



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Luís de Camões

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM DIREITO

**A DELINQUÊNCIA JUVENIL EM ANGOLA: CONTRIBUTOS
PARA A CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM DELINQUENTE
ANGOLANO E SUA REABILITAÇÃO ATRAVÉS DA
JUSTIÇA RESTAURATIVA**

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Direito,
especialidade em Ciências Jurídico-Processuais.

Autor : Wesley Naidir Sambo Tavares

Orientador: Doutor Mestre Juiz Desembargador Rui Rangel

Lisboa

Março 2016

Dedico este trabalho aos meus Pais e
a todas as crianças sem voz, as das avenidas e as dos
musseques de Angola.

Agradecimentos

Antes de mais, gostaria de expressar o meu profundo agradecimento a Deus, pela inspiração, a partir de um sonho, para a elaboração deste trabalho, e pela Luz que sempre me guiará nesta caminhada terrena.

Aos meus Pais, Feliciano Lopes Tavares e Maria Lina Sambo, pelo esforço, carinho e amor que sempre me dedicaram, incansavelmente.

Aos meus irmãos, à minha namorada de todas as horas e de sempre, aos meus companheiros de luta e a todos aqueles que apoiaram a minha caminhada em Portugal, ao longo destes 18 anos.

Ao meu orientador, o excelentíssimo senhor Doutor Juiz Rui Rangel, pelo exemplo, rigor, disciplina e disponibilidade demonstradas desde o início.

Aos Agentes e Inspectores da Polícia Nacional Angolana, em Luanda, Cabinda e Benguela, pela disponibilidade prestada durante o trabalho de campo e pelas informações confidenciais.

Por fim, gostaria de agradecer aos jovens delinquentes entrevistados nesta dissertação, por connosco terem partilhado as suas vidas, pelas informações valiosíssimas que enriqueceram este trabalho e pela segurança prestada durante as pesquisas nos labirintos dos musseques, fazendo-nos reviver a belíssima obra do Mestre Luandino Vieira, *O nosso musseque*.

A todos, e do fundo do coração, muito obrigado por tudo, pois as palavras serão sempre insuficientes para tamanha gratidão.

Resumo

Começa a ser preocupante o elevado número de crimes perpetrados por menores e jovens em Angola, o que prenuncia um grave problema de segurança pública. Aliás, estes crimes são diariamente veiculados nos media do País.

Ao abordar este acutilante tema, apoiámo-nos em outras ciências fundamentais, como a Psicologia Infantil, a Psicopatologia Infantil, a Sociologia da infância e a Criminologia, para assim melhor entender as causas deste fenómeno social. Fizémos, assim, uma caracterização socio-cultural de Angola e estabelecemos elos de ligação entre as vivências nos musseques e a delinquência juvenil. A poligamia surge também como um fenómeno socio-cultural que muito contribui para a delinquência juvenil.

No nosso estudo empírico - realizado com base em nove entrevistas a jovens delinquentes – constatámos que os aspetos socioculturais anteriormente referidos em conjugação com ambientes familiares disfuncionais e baixa escolaridade contribuem decisivamente para a vida de delinquência destes jovens.

Assim, confirmam-se as três hipóteses colocadas inicialmente, ou seja, a pobreza, os maus-tratos infantis e o tipo de gestão familiar (disfuncional) conduzem os jovens angolanos à delinquência.

Conclui-se, assim, que uma intervenção precoce e eficaz no seio da família, bem como o afastamento do menor ou jovem de ambientes perniciosos poderá evitar a delinquência.

Apesar do enquadramento jurídico destes casos de delinquência, verifica-se que há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de dar voz às crianças negligenciadas e maltratadas. Fazem-se algumas sugestões no sentido de contribuir para a recuperação destas crianças e jovens através da justiça restaurativa.

Palavras-Chave: Delinquência juvenil em Angola, a disfunção familiar, maus-tratos, justiça restaurativa, poligamia

Abstract

The huge number of crimes committed by youngsters in Angola that are reported every day by media it's getting worrying, predicting a serious public security problem.

In addressing this acute issue, we have based our investigation in other fundamental sciences like child psychology, child psychopathology, sociology of childhood, and criminology, among others, in order to get a better understanding of this social phenomenon's causes. Therefore, we have done a social and cultural description of Angola and we have set a connection between living in a "musseque" and juvenile delinquency. Moreover, polygamy also appears as a social and cultural phenomenon that strongly contributes to juvenile delinquency.

In our empirical study – based on interviews with nine young offenders – we have noticed that the social and cultural features previously mentioned in connection with a disfunctional family environment and a low educational level undoubtedly boost juvenile delinquency.

Consequently, the three hypotheses that we have put initially have been confirmed, which means that poverty, childish mistreatments and a dysfunctional family environment are leading angolan youngsters to delinquency.

We have come to the conclusion that an early and effective intervention in the family, as well as the separation of the youngster from harmful environments could avoid delinquency.

Despite the existing legal framework for these delinquency matters, there is still a long way to go to secure a better hearing for neglected and mistreated children. Consequently, we have made some suggestions in order to contribute for the recovering of these children and youngsters through the restaurative justice.

Keywords: juvenile delinquency in Angola, family mismanagement, maltreatments, restorative justice.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. Razões do interesse por este campo de estudo	5
2. O problema em estudo e os objectivos da pesquisa	6
3. Breve caracterização geográfica e socioeconómica de Angola	8
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO	9
1. A delinquência juvenil em Angola	10
1.1. Caracterização da delinquência juvenil em Angola - Conceito de delinquência juvenil	10
2. Factores impulsionadores da delinquência juvenil em Angola	14
2.1. A disfunção familiar	14
2.2. Desvinculação familiar	20
2.4. Os ambientes familiares pautados por actos de violência	29
2.4.1. Os maus-tratos sofridos no seio familiar	30
2.4.2. Dos maus-tratos físicos e psicológicos sofridos pelo menor ou jovem	31
2.5. Uma tentativa de síntese dos fatores que impulsionam a delinquência juvenil em Angola	32
3. Aplicação da lei do Julgado de Menores	34
4. Delinquência Escolar	40
4.1. A Brigada de Segurança Escolar	40
4.2. Modo de actuação da Brigada de Segurança Escolar (B.S.E)	41
5. A justiça restaurativa: um modelo de justiça adequado à realidade e à sociedade angolanas	42
5.1. Definição e conceito histórico	42
5.2. Características fundamentais da justiça restaurativa	45
5.3. Dos princípios orientadores para a utilização de programas de justiça restaurativa	46
5.4. Modo de funcionamento dos programas de justiça restaurativa	47
5.4.1. Os facilitadores	48
5.4.2. Tipos de modelos restaurativos	48
6. Estudo comparado entre o modelo de justiça retributiva e restaurativa	51
6.1. O modelo retributivo (tradicional)	51
6.1.1. Definição do conceito	51
6.2. O modelo restaurativo	52
6.2.1. Definição do conceito	52

7. As práticas restaurativas em matéria penal pelo mundo	55
7.1. A implementação de práticas restaurativas na Bélgica	55
7.2. A implementação de práticas restaurativas no Brasil	58
7.3. Justiça restaurativa em Portugal	61
8. Caracterização sócio-cultural de Angola	63
8.1. Os musseques	63
8.1.1. Descrição de um musseque	63
8.1.2. Os novos musseques	64
9. A poligamia	65
10. Violência doméstica	67
10.1. Principais causas da violência doméstica	68
10.2. A poligamia enquanto responsável indirecto pela delinquência juvenil	69
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	71
1. Introdução	72
2. Sujeitos	74
3. Metodologia	76
3.1. Introdução	76
3.2. Instrumentos	76
3.3. Procedimentos	77
3.3.1. Dificuldades encontradas	78
4. Análise dos resultados	80
4.1. Introdução	80
4.2. Infância / adolescência dos entrevistados	80
4.2.1. Caracterização do ambiente familiar	80
4.2.2. Caracterização sócio-económica do agregado familiar	83
4.3. A vida dos jovens delinquentes na actualidade	84
4.3.1. Escolaridade, habitação e ocupação	84
4.4. Actos de delinquência / maus-tratos	85
4.5. Prisão	87
4.6. Vícios	87
4.7. Opinião dos entrevistados sobre o modo de vida actual e a vida que gostaria de ter	89
4.8. Conselhos aos jovens	91
4.8.1. Para evitarem a delinquência	91
4.8.2. Para saírem da delinquência	92

5. Discussão dos resultados	94
PARTE III – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	96
1. Dos resultados empíricos à realidade socio-cultural	97
2. Sugestões para evitar/ minimizar a delinquência juvenil	97
PARTE IV - BIBLIOGRAFIA	100
V. SITES CONSULTADOS	105
ANEXOS	107
Anexo 1 - Nações Unidas – Conselho Económico e Social	108
Anexo 2 – Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	113
Anexo 3 – Lei 25/11 – Lei contra a violência doméstica	127
Anexo 4 – Declaração dos Direitos da Criança	134
Anexo 5 – Plano da entrevista	136
Anexo 6 – Síntese das entrevistas realizadas a jovens delinquentes	141
Anexo 7 - Lei sobre o Julgado de Menores	172

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação de afeto da mãe pelo filho (Fonte: Born, 2005: 77)	23
Quadro 2- Percentagem de jovens delinquentes e não-delinquentes segundo a avaliação de afecto do pai pelo filho	23
Quadro 3 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação de afecto da fratria pelo rapaz	23
Quadro 4 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação da ligação do rapaz ao pai. (Fonte: Born, 2005:78)	24
Quadro 5 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação dos métodos parentais de controlo. (Fonte: Born, 2005:79)	24
Quadro 6 - Julgado de Menores - delitos e medidas aplicadas (Fonte: Medina, 2008)	38
Quadro 7- Julgado de Menores - delitos e medidas aplicadas (Fonte: Medina, 2008)	39
Quadro 8 - Caracterização dos sujeitos	74
Quadro 9 - Caracterização dos sujeitos	75
Quadro 10 - Caracterização do ambiente familiar	82
Quadro 11- Caracterização do ambiente familiar (continuação)	82
Quadro 12 - Caracterização sócio-económica do agregado familiar	83
Quadro 13 - Escolaridade, habitação e ocupação	85
Quadro 14 - Atos de delinquência / maus tratos	86
Quadro 15 - Prisão	87
Quadro 16 - Vícios	88
Quadro 17 - Opinião dos entrevistados sobre o modo de vida actual	90
Quadro 18 - Opinião dos entrevistados sobre o modo de vida actual (continuação)	91
Quadro 19 - Conselhos para evitarem a delinquência	92
Quadro 20 - Conselhos para saírem da delinquência	93

INTRODUÇÃO

1. Razões do interesse por este campo de estudo

A presente investigação aborda a delinquência juvenil, uma realidade cada vez mais latente na sociedade angolana, cujos contornos são preocupantes.

Angola tem protagonizado um crescimento económico exponencial¹. Esta realidade, a par do rumo que o país assumiu na sequência do *boom* económico verificado desde a assinatura dos acordos de paz, em 2002, demonstrou que as diferenças sociais e a marginalidade têm aumentado em relação directa com o crescimento do produto interno bruto (PIB).

Diariamente ouvimos (e lemos) notícias de que o país se desenvolve, ao mesmo tempo que aumenta o nível de pobreza dos mais desfavorecidos. O fosso entre ricos e pobres assume uma maior dimensão.

Grandes medidas têm sido implementadas pelo poder político para que as condições de vida dos angolanos melhorem. No entanto, se por um lado assistimos a parcas melhorias, por outro vemos a delinquência juvenil alastrar.

Não podemos tolerar e fomentar tal desgraça. Não podemos continuar a virar a cara para o lado face a esta doença social nem tapar o sol com a peneira tendo por base medidas especialmente perniciosas, perigosas mesmo, que ofendem os direitos fundamentais consagrados constitucionalmente.

Em Angola, parece-nos, a vida humana perde valor a cada dia. As dificuldades têm-se revelado imensas para a generalidade dos cidadãos, mas uns senti-las-ão mais do que outros.

A ausência de oportunidades faz com que as pessoas, e neste caso concreto os jovens, percam toda a esperança depositada nas instituições estatais que, infelizmente, tardam em solucionar ou melhorar as suas condições, descredibilizando-se, assim, involuntariamente.

¹ Duarte, P. (2012) “Angola regista a maior taxa de crescimento do mundo”. *Económico*. Recuperado a 3 de abril de 2013, de <http://economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/internacional/economia/pt/desarrollo/1004850.html>

Como se tem demonstrado, vontade não falta para que vivamos todos em harmonia e em paz, uma vez que a guerra aniquilou muitos dos nossos princípios e valores enquanto angolanos e homens livres.

As armas calaram-se há 13 anos. No entanto, subsiste uma guerra silenciosa que diariamente aniquila a sangue-frio o nosso viver. Torna-se, desta forma, bem mais violenta que a guerra bélica. Actualmente, o silêncio das armas contrasta com os gritos das vítimas que a cada esquina perdem a vida de uma forma tão bárbara que nos faz duvidar se realmente vivemos numa sociedade moderna.

2. O problema em estudo e os objectivos da pesquisa

A contenda está instalada em todos os lares e sítios do nosso país, seja nas grandes avenidas da cidade seja nos musseques (bairros de lata, guetos localizados dentro da cidade e na periferia dos centros urbanos de Angola). O tempo urge para que possamos efectivamente deitar mãos à obra e redefinir alguns conceitos outrora estabelecidos mas que hoje se apagam nas nossas mentes.

Desta forma, um dos objectivos da presente dissertação é ilustrar a caminhada de jovens carentes, marginalizados e socialmente desfavorecidos, que invariavelmente acabam por desafiar a ordem social imposta, caindo assim nas malhas do crime. As desigualdades sociais são imensas. A lei, infelizmente, é mais justa para uns do que para outros.

Sem sombra de dúvida que, neste momento Angola oferece oportunidades para muitos. As nossas fronteiras estão abertas a homens que realmente pretendem crescer e, acima de tudo, tencionam fazer Angola evoluir, tornando o nível de vida geral mais harmonioso.

Não é fácil encarar a vida quando o conhecimento e a formação não nos foram transmitidos ou foram-no de maneira bastante débil. O futuro apresentar-se-á sempre duro, isento de esperança, suscitando medo na população quanto aos desafios que se aproximam.

Estando os referidos jovens à mercê desses medos, imaturamente acreditam ser a vida fácil do crime a via mais adequada à satisfação das suas necessidades.

Assim, neste estudo descrevemos as condições sociais que rodeiam a vida destes jovens, bem como o ambiente familiar em que estão inseridos desde o nascimento, passando pela adolescência, até à vida que levam nas ruas. Explicitamos ainda o tipo de crenças que lhes são transmitidas (e que os jovens acabam por fomentar), quer pelos progenitores e outros familiares próximos, quer pelos vizinhos e afins. Finalmente, descrevemos o meio de extrema pobreza em que vivem e se envolvem, as condições sub-humanas em que crescem e a falta de infra-estruturas sanitárias, escolas, saneamento básico, segurança e justiça.

Em Angola, a inexistência de centros educativos é preocupante, na medida em que não sabemos até que ponto estes jovens são acompanhados por profissionais qualificados - sociólogos, psicopedagogos e psicólogos - que lhes possibilitem uma verdadeira reintegração social, livre dos traumas a que foram submetidos.

Em Angola, a 16 de junho comemora-se o Dia da Criança Africana. Para assinalar a efeméride, inaugurou-se nesse dia, em Luanda, no ano de 2015, o primeiro Centro Educativo do país especificamente dirigido a menores delinquentes. Até agora, a inexistência de outros centros fez com que os menores fossem colocados em estabelecimentos prisionais, juntamente com criminosos adultos, o que não é o mais adequado. Por contraste, podemos referir o Brasil, Portugal e Bélgica, cuja cultura avançada quanto à forma e ao tratamento restaurativo proporcionado a estes jovens delinquentes tão carentes de amor e afecto familiar e social faz toda a diferença.

De acordo com o anteriormente exposto, colocámos o nosso problema de investigação do seguinte modo: **Quais os factores que conduzem os jovens angolanos à delinquência?** Para tentar dar-lhe resposta elaborámos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – A pobreza *per si* conduz à delinquência.

Hipótese 2 - Os maus-tratos infantis conduzem à delinquência.

Hipótese 3 – O tipo de gestão familiar contribui para a delinquência.

3. Breve caracterização geográfica e socioeconómica de Angola

A República de Angola situa-se na região austral do continente africano. Possui uma superfície de 1.246.700km² e uma costa marítima com 1.650 quilómetros. A sua extensão geográfica de norte a sul é de aproximadamente 1.300 quilómetros, sendo de 1250 quilómetros de oeste a leste (Dumbo, 2011). O território nacional é delimitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo oceano atlântico. Luanda é a capital administrativa de Angola, encontrando-se o País organizado em 18 províncias e 158 municípios.

Infelizmente, não se realizaram recenseamentos populacionais entre 1970 e 2013, daí que os dados oficiais fornecidos pelo Estado angolano e aqueles disponibilizados pelas organizações internacionais sediadas no País sejam incongruentes e desfasados da actual realidade. Porém, e de acordo com os resultados preliminares dos Censos populacionais realizados entre os dias 16 a 31 de maio de 2014, estima-se que a população atual se aproxime dos 24,3 milhões de habitantes, dos quais 11,8 milhões são do sexo masculino (48%) e 12,5 milhões do sexo feminino (52%). De acordo com os dados preliminares, 62% da população reside nas áreas urbanas.

Os quarenta anos de guerra civil destruíram em Angola parte fundamental das estruturas básicas e edificações destinadas à saúde e à educação, contribuindo para um retrocesso social profundo e para a falência do tecido social e económico. Estima-se que durante o conflito mais de um milhão de angolanos hajam abandonado as suas casas para se refugiarem em áreas mais seguras do território nacional, o que afetou e deturpou fortemente os valores que regiam as famílias.

Em 2003 o governo angolano publicou o estudo *Estratégias de Combate à Pobreza* com base num inquérito apresentado aos agregados familiares sobre despesas e receitas. No estudo concluiu-se que

“a incidência da pobreza em Angola é de 68% da população, ou seja, 68% dos cidadãos angolanos têm em média um nível de consumo mensal inferior a 392 kwanzas (Moeda angolana) por mês, o que corresponde a aproximadamente 1,7 dólares americanos diários. A incidência da pobreza extrema corresponde a um nível de consumo de menos de 0,7 dólares americanos diários, é de 28% da população”.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

1. A delinquência juvenil em Angola

1.1. Caracterização da delinquência juvenil em Angola - Conceito de delinquência juvenil

Ao buscarmos uma definição de delinquência juvenil jamais podemos ter a pretensão de que a mesma constitua uma caracterização estanque e absoluta (Dias, 1992) deste fenómeno em Angola, na medida em que, em primeiro lugar, não existe consenso quanto à faixa etária que a mesma abrange. Em Segundo lugar, surge a dificuldade de saber se as acções ou actos desviantes que não são delitos criminais podem ser integrados neste conceito jurídico e criminológico. Além disso, a doutrina diverge relativamente à classificação deste flagelo social. Que conceito será mais correto? Delinquência juvenil ou criminalidade juvenil (Herrero, 2001)?

Neste sentido, resolvemos alargar o campo de estudo quanto à idade dos jovens em análise. A razão é simples: se por um lado, existe comprovação científica de que a puberdade se inicia, em geral, entre os 12 e os 14 anos, podendo verificar-se antes; também sabemos que hoje a puberdade se prolonga mais do que antigamente, pois o aumento da escolaridade obrigatória permite ao jovem uma maior permanência no ensino e uma tardia entrada no mercado laboral. Com efeito, é aos 25 anos que a formação completa da personalidade de um individuo ocorre.

Nesta linha de raciocínio, e segundo o Dec-Lei nº 401/82 de 23/9, é considerado jovem, para efeitos criminais, o indivíduo entre os 16 e os 20 anos, com o qual se estabelece uma regulamentação peculiar de correção. Podemos assim estabelecer uma associação entre os jovens autores de crimes cujas idades se compreendem na referida faixa etária e a Lei Tutelar Educativa, que anui ao adolescente com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, a prática de um “facto qualificado pela lei como crime”².

Assim, a nosso ver, e com base na revisão da literatura, consideraremos delinquência juvenil **um conjunto de actos ou comportamentos sociais desviantes, cometidos por um**

² Na versão impressa a nota é Cf. Artigo 1 da lei nº166/99, de 14 de setembro. Consultado em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=542&tabela=leis&so_miolo= a 10 de junho de 2015.

jovem de idade compreendida entre os 12 e os 21 anos, susceptíveis de serem criminalizados por lei.

A evolução da personalidade de um indivíduo dependerá directamente da sua idade, pois a entrada na adolescência evidencia-se ainda mais com o passar dos anos e a entrada em funcionamento acelerado das hormonas - nas raparigas, por exemplo, com o alargamento das ancas, o surgimento dos pêlos púbicos e axilares, o aumento dos seios e a primeira menstruação. Nos rapazes desenvolvem-se os testículos. Os pelos púbicos, axilares e a barba também marcam o início à adolescência. Os ombros alargam, a voz muda e os rapazes começam a ejacular³.

Invariavelmente, as transformações físicas serão acompanhadas pelas transformações psíquicas. Nesta fase da vida o adolescente começa a sentir necessidade de se afirmar socialmente, como parte da construção da sua personalidade. Contudo, nesta confluência de sentimentos, a necessidade de afirmação social e a imaturidade podem levar o adolescente a comportamentos desviantes e, por vezes, extremos (Baptista, 2002).

Os adolescentes encontram-se particularmente permeáveis aos factores externos, em particular aos estímulos supérfluos da sociedade globalizada, veiculados incessantemente pelos meios de comunicação de massas, erigidos sobre a premissa da busca do lucro fácil e das elevadas audiências. A afirmação social a que os adolescentes tanto almejam é influenciada por tais factores, que contribuem para um desenvolvimento pessoal débil, para que o sucesso ambicionado na fase adulta seja alicerçado em frágeis estruturas emocionais e sentimentais.

Esta particularidade na formação do adolescente é também bastante influenciada pelo pré-conceito de que o sucesso social na vida do Homem passa meramente pela ostentação e pela aquisição de bens, de preferência, advindas de muito pouco trabalho individual.

Contudo, na maioria dos casos, prevalece nas famílias angolanas uma profunda pobreza e uma enorme falta de acompanhamento parental, aspectos que se reflectem na ausência de uma figura que imponha autoridade, que sirva de referência e que oriente os adolescentes face aos desafios da vida. Pelo contrário, o ambiente é, em geral, tremendamente pautado pela violência

³ Cf. Sprinthall, Norman A. e Collins, W. Andrew, "As transformações físicas e os seus efeitos psicológicos", in ob. Cit. Pp.41 e sgs.

entre os membros da família nuclear, vizinhança e comunidade em que os jovens estão inseridos.

Em Angola, o ensino básico é débil. Infelizmente, e apesar dos esforços que o Executivo tem feito para a atenuar a pobreza, por ora ainda insuficientes, nas escolas a fraca formação dos pedagogos e a conjuntura a que diariamente estão sujeitos resultam na ausência de profissionais-modelo para o adolescente. A desmotivação que se instala no espírito destes jovens traduz-se na sua classificação de “falidos sociais”, ou mesmo de casos perdidos da nação. Neste sentido, a escola e a família perdem o seu lugar de instituições basilares para o desenvolvimento sadio dos jovens em sociedade⁴. No entanto, registou-se uma melhoria nas condições sociais dos cidadãos.

As incertezas que este modo de vida encerra, traduzidas nas carências a que estes jovens são involuntária e sistematicamente sujeitos, reflectem-se num futuro totalmente isento de esperança. Conjugados, estes factores resultam num sentimento de ansiedade conducente à sociopatia e a comportamentos agressivos e impulsivos.

Mais a frente, abordaremos em pormenor as consequências destes factores na vida dos adolescentes, conduzindo-os a uma vida marginal e errante.

Uma vez que a família e o Estado não satisfazem as necessidades básicas dos jovens, facilmente estes enveredam pelo crime, integrando *gangs*. Em Angola, na gíria (de surdina) estes grupos também se designam “os senhores” ou os “miúdos de grupo”.

Nestes grupos de marginais, o adolescente encontra os seus companheiros de “luta”, com os quais, de certa forma, se identifica (Tomson, Barbara e Diedler 1975), na medida em que os membros deste *gang* são seus companheiros (nascidos e criados no mesmo bairro ou área) e, de forma directa ou indirecta, sofrem na pele o mesmo estigma social. Estando juntos na pobreza, juntos estarão para o crime que, erradamente, julgam ser a única via para obter o reconhecimento social que sempre ambicionaram.

⁴ “Gestão: 1.acção de administrar uma empresa (...) ações combinadas”. In Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Texto Editora, (p.551).

Em Angola, como noutras partes do Mundo, os actos de delinquência juvenil são fundamentalmente perpetrados em grupo. As idades dos elementos dos gangs são geralmente pouco díspares. Estes actos desviantes e criminosos praticados por “menores” – usamos este termo dado que a sua capacidade de discernimento não é tão clara como a de um adolescente integrado numa sociedade mais organizada e desenvolvida - deveriam ser julgados à face da lei como actos praticados por inimputáveis. A verdade é que tal não sucedeu até junho de 2015, altura em que, como suprarreferido, foi inaugurado o primeiro Centro Educativo do País.

2. Factores impulsionadores da delinquência juvenil em Angola

2.1. A disfunção familiar

Para o estudo em apreço consideraremos a disfunção familiar como sendo a insusceptibilidade ou a incapacidade de planeamento administrativo elaborados pelos cônjuges ou companheiros no âmbito de uma família, tendo em vista a educação e o desenvolvimento social sadio dos seus filhos quer no âmbito da família quer fora dele. Assim, quando nos referimos ao círculo familiar, referimo-nos às relações vivenciadas entre os cônjuges ou companheiros e a prole. Por outro lado, o ambiente externo à família alude às relações estabelecidas entre os pais, os encarregados de educação, a Escola e outras instituições sociais.

Dadas as características específicas da família, um dos seus objectivos centrais reside no aperfeiçoamento exigido quanto às suas relações internas e externas, que se fortalecerão uma vez que estejam sustentadas no amor, no afecto, no companheirismo e em actos que fortaleçam emocionalmente os seus membros. De facto, é no âmbito familiar que as crianças vêm os seus progenitores e responsáveis como entidades basilares das suas vidas.

Neste sentido, e conforme discorrido no parágrafo anterior, a administração familiar é legalmente exercida pelo instituto do poder paternal (tanto no Direito angolano como no Direito português), daí que aos pais seja sempre atribuída a obrigação de educar os filhos segundo a capacidade legal que lhes foi atribuída. Consequentemente, essa capacidade implica o direito de os progenitores exigirem dos filhos o cumprimento dos deveres que lhes são imputados.

Apesar das agruras da vida, os progenitores e os tutores de menores não poderão desistir do exercício pleno deste poder que lhes é concedido para a educação e formação dos seus filhos ou tutelados. De facto, é com base numa saudável inter-relação entre ambos que se poderá formar uma identidade infanto-juvenil e uma personalidade equilibrada fortes, favorecendo a estabilidade emocional, preparando-os para o desempenho, na idade adulta, de papéis sociais que lhes serão exigidos e para contribuir para a construção de uma sociedade menos dissemelhante e iníqua, embora as condições económicas não favoreçam as melhores condições de subsistência humana.

Num Estado Democrático de Direito, como é Angola, em que a dignidade e o valor da pessoa humana são, ou deveriam ser, princípios estruturantes e fundamentais, o sistema jurídico jamais poderá ser, de acordo com os pressupostos positivistas, algo estático ou rígido, pois urge a necessidade de haver convergência entre áreas científicas que contribuam para o progresso humano, como é o caso da Psicologia, da Psicanálise, da Sociologia, da Antropologia, da História ou da Criminologia, para que o Direito se aplique de acordo com a dignidade da pessoa humana. Assim, defendemos que a penalização e o tratamento a serem aplicados ao “menor” infractor deverão ser minorados, na medida em que este se encontra em plena construção da sua identidade e personalidade.

Os efeitos nocivos que a globalização, os meios de comunicação de massas e o consumismo exacerbado geram na nossa sociedade têm-se revelado devastadores. Com efeito, a falta da escolaridade básica e a incapacidade de filtrar a informação veiculada por esses meios influencia os jovens a adoptar uma postura contrária aos valores transmitidos pela família. Os pais vêm-se num conflito entre a necessidade de aplicação dos bons princípios veiculados no seio familiar, por um lado; e a incapacidade de os menores filtrarem as influências potencialmente perniciosas associadas à utilização das tecnologias, como a televisão ou a Internet, por outro. Ora, encontrando-se numa faixa etária em que a sua personalidade está em plena formação e evolução, os jovens apresentam-se como especialmente vulneráveis a estas influências. Assim, o exercício do poder paternal é ferido na sua génese e o dever que os progenitores opoderiam exigir dos seus filhos não é cumprido na íntegra.

O espaço para o diálogo entre os membros de uma família deveria, e deve ser, mais amplo, assim como a generosidade entre os seus membros na definição das regras que regem o lar.

A ética e a moral, conceitos que infelizmente parecem ter-se extinguido com os longos anos de guerra, deverão ressurgir para que construamos uma sociedade mais justa, equilibrada e solidária. Infelizmente, nas discórdias familiares ainda impera o autoritarismo e a violência verbal e física. Os progenitores não exercem o seu poder paternal democraticamente, actuando sem coerência ou equilíbrio quanto às decisões familiares (por exemplo, satisfazem os filhos com bens materiais, não sabendo dizer “não” nas situações adequadas). Não descartamos, portanto, a possibilidade de aplicação de técnicas educativas mais severas, desde que

proporcionais às acções praticadas pelos filhos. Infelizmente, por motivos de segurança e de estabilidade nacional, a polícia angolana não foi autorizada a facultar-nos dados mais recentes sobre o índice de criminalidade no País.

A partir de 2002, com o cessar do conflito civil que dilacerava Angola e o seu tecido social, humano e económico, assistimos a um avanço significativo no que respeita ao desenvolvimento e à melhoria das condições básicas de saúde, educação e segurança, porém ainda insuficientes para a satisfação da comunidade. Infelizmente, a taxa de mortalidade infantil é hoje extremamente elevada: uma em cada quatro crianças morre antes de completar cinco anos. Por outro lado, mais de metade das crianças em Angola não frequentam o sistema de ensino e a maioria das que logram fazê-lo somente o conseguem por dois anos. Finalmente, 45% padecem de malnutrição crónica (UNICEF, 2005). A taxa de mortalidade infantil em Angola é a oitava mais elevada no mundo (IDH, 2012).

De acordo com as palavras proferidas por Malloch-Brown⁵ no 10º Fórum Angola na Chathan House, os “altos níveis de riqueza gerados pela indústria petrolífera angolana ainda não se traduzem em ganhos para os mais pobres” (Malloch-Brown, 2009). Embora assistamos a um grande esforço do executivo no investimento e na construção de infraestruturas, ainda são poucas as melhorias verificadas no combate à pobreza.

Segundo Yong (1997) o fenómeno social que está a verificar-se em Angola designa-se “transição da modernidade tardia”, pois cada vez mais a sociedade angolana tenderá a transformar-se numa sociedade excludente. Estabelecendo umnexo causal entre a violência e a exclusão social a que os mais desfavorecidos estão votados, o autor defende que a “privação crónica pode conduzir os pobres ao crime, do mesmo modo que a insegurança pode levar os que vivem bem à intolerância e à perseguição (Hespanha, 2001).

O aumento do fosso entre ricos e pobres em Angola começa a assumir contornos preocupantes, dado que os elevados índices de desenvolvimento económico não se coadunam com a melhoria do modo de vida dos angolanos. Nesta medida, os níveis de violência vêm aumentando drasticamente, originando *estratégias de apartheid social* (Martin e Schumann,

⁵ À data era vice-secretário geral das Nações Unidas.

1996). Ou seja, assistimos a uma proliferação de condomínios fechados que materializam uma acentuada separação entre ricos e pobres, bem como a disseminação de empresas especializadas em segurança privada, particularidades muito específicas de sociedades em transição (Martin e Schumann *apud* Hespanha, 2001).

Apesar de Angola ser uma nação rica, não só a nível económico e financeiro, mas também ao nível dos seus recursos naturais e humanos, a verdade é que a maior parte da população vive em condições de extrema pobreza. A guerra civil, o êxodo rural, a inexistência de infra-estruturas sociais e de meios e vias de comunicação conduziram o país a uma catástrofe humanitária, geradora de uma pesada desvalorização e desclassificação do angolano.

As feridas causadas pela guerra tardam a sarar. Como tal, neste longo processo de cura os casos de corrupção, prostituição, delinquência juvenil e abuso de drogas e de álcool têm aumentado vertiginosamente. Embora tendo em vista a resolução destes flagelos, o estado e o governo angolanos não conseguem dar resposta imediata e real às necessidades básicas do povo.

Deste modo, e segundo António de Sousa, (Sousa, 2006) a delinquência juvenil em Angola deve-se em particular ao estado de

“pré-delinquência do menor, como aquela que engloba toda a conduta desviante, cujas causas podem ser multiformes: a pobreza, as condições de vida sub-humanas dentro dos centros urbanos, as dificuldades de acesso ao progresso educacional, dificuldades de inserção no mundo do trabalho (...) mais ainda as que estão ligadas à própria pessoa do menor, como o desejo incontrolado do consumismo, o uso de drogas, o abuso de bebidas alcoólicas, que propiciam o furto e a violência. A desadaptação juvenil é causada por múltiplas formas de desvio de conduta e muitas vezes a origem do comportamento criminal encontra as suas causas em: factores macro sociais, como as transformações sociais, crises de estruturas e de instituições tradicionalmente vocacionadas para a socialização; em factores micro sociais, como a incapacidade e a desagregação da família e a irradiação do próprio grupo social; e factores individuais de natureza psicopatológica e ambiental, como dificuldades de socialização, dificuldades com a figura de autoridade, desadaptação escolar, desadaptação ao trabalho, fuga e vagabundagem, associações em bandos juvenis, prostituição e outros desvios” (Sousa, 2006).

Estes desvios são bem reveladores da necessidade urgente da elaboração e aplicação de leis que protejam e previnam a incursão dos jovens no mundo do crime. Normalmente, os principais tipos de crime cometidos por estes jovens (muitos com idade inferior aos 16 anos)

são o furto, o roubo, o tráfico e o consumo de drogas, leves e pesadas.

A capital do país, Luanda, a par das províncias de Cabinda, Huambo, Benguela, Lubango e de cidades com maior densidade populacional, é o centro urbano com as mais elevadas taxas de criminalidade juvenil. Com efeito, em Luanda verificam-se os casos mais graves, como assaltos a mão armada, não só a residências, mas também a instituições financeiras privadas. Por sua vez, nas restantes províncias supramencionadas os casos possuem um pendor menos grave, constituindo basicamente pequenos roubos e furtos, por exemplo de animais, telemóveis ou objectos de baixo valor monetário. Segundo os últimos dados oficiais do Governo⁶, entre janeiro e junho de 2009 registaram-se 442 casos de delitos perpetrados por jovens. Destes autores, 407 eram menores de 15 anos. Casos existem em que menores de 11 anos cometem crimes friamente. Dos delitos oficializados e revelados pela polícia não faltaram casos de furto, violação, roubo e ofensas corporais graves. Entrementes, não podemos esquecer-nos das “chamadas cifras negras”, ou seja, dos “crimes que não são registados nas estatísticas criminais” (Dumbo, 2012), muito presentes na realidade angolana.

Pelo exposto acima, e na óptica da Teoria Interacionista no âmbito da Psicologia, explicaremos a forma como a disfunção familiar pode conduzir o adolescente à delinquência. Assim, segundo os estudos desenvolvidos por Terence P. Thornberry e Marvin D. Krohn (2004) sobre a marginalidade, observando-se a primeira infância do indivíduo até à fase adulta, conclui-se que este poderá apresentar uma oscilação de comportamentos anti-sociais ou delituosos ao longo do crescimento. No entanto, poderá ainda ser influenciado pelo tipo de relacionamento desenvolvido com as instituições sociais basilares da comunidade, como a família, a Igreja ou a Escola.

A fim de avaliar a aplicabilidade desta teoria foram verificadas e experimentadas, cumulativamente, três outras teorias, a saber:

1. A Teoria Desenvolvimentista. Alicerça-se na trajetória do indivíduo desde o nascimento até à morte, especificando-se as fases e as variâncias da

⁶ De salientar que os dados mais recentes disponíveis no site da Polícia Nacional de Angola remontam a 2009. Estando a consulta de processos-crime e de dados oficiais mais recentes vedada a indivíduos externos aos organismos estatais, não nos foi facultado o acesso a esses documentos.

delinquência. Deste modo, as oscilações comportamentais dependerão do tratamento proporcionado ou negado ao indivíduo durante a fase do crescimento. Comprovou-se desta forma que a delinquência é um factor dinâmico ao longo da vida, podendo extinguir-se ou ter continuidade.

2. Teoria do Comportamento. Explica-se por uma forte interacção bidirecional. Esta teoria advoga a influência sofrida pelo indivíduo no meio em que está inserido, por um lado; e a influência exercida pelo indivíduo no meio envolvente, por outro. Ou seja, será a partir das interacções vividas pelo indivíduo no meio em que está inserido que a sua personalidade sofrerá maior influência. Conforme a natureza amigável ou não dessas interacções, os actos delas decorrentes assim se designarão de anti-sociais ou pró-sociais.
3. Teoria das influências exercidas pelas estruturas sociais no desenvolvimento da delinquência (Thornberry, T. & Marvin. D. (2004). Esta teoria dá ênfase à influência que as interacções sociais negativas e/ou problemáticas exercem sobre a conduta delitiva. Entre os exemplos mais prementes contam-se a pobreza extrema; a impreparação dos pais face ao exercício do poder paternal (frequentemente inaptos psicológica e materialmente para educar um filho); escolas que não exercem de forma plena e digna a sua missão de ensinar e contribuir para a disciplina social; e vizinhos com características criminais (ou seja, casos em que existam antecedentes ou práticas desviantes e delitos). Ou seja, os meios precários favorecem o surgimento e o desenvolvimento de uma personalidade anti-social e violenta ou pró-social e apaziguadora, consoante a forma como decorreu a interacção entre o indivíduo e o meio em que está inserido.

As três teorias em que se alicerça a teoria interacionista demonstram que a delinquência juvenil é ainda fruto do meio em que o indivíduo está inserido, bem como das inter-relações ocorridas nesse meio, daí que essas relações influenciem a formação da personalidade e a identidade da criança.

A família será sempre a instituição social de maior primazia. Como vimos anteriormente, é no seu cerne que a gestão familiar deve concretizar-se, pois a formação de

cidadãos equilibrados e íntegros, que contribuirão para uma sociedade mais harmoniosa, são frequentemente o resultado do tipo de relação estabelecida, da qualidade dessa relação e dos comportamentos que a mesma fomenta.

Por isso, se a dado momento a família carecer de meios de subsistência, mas devido a um aumento substancial do rendimento conseguir melhorar a qualidade de vida, tal contribuirá para uma maior abertura ao conhecimento e à satisfação das necessidades básicas, outrora inexistentes. Ora, esta melhoria das condições de vida irá fortalecer emocional e afectivamente a personalidade da criança, inibindo-a de enveredar pelo crime.

No entanto, sabemos que, independentemente das condições financeiras, a gestão de um agregado familiar revela-se sempre uma tarefa árdua no que respeita à educação dos descendentes e à formação das suas personalidades. De facto, as relações desenvolvidas pelos jovens com o exterior influenciam particularmente a qualidade dos laços criados, bem como a forma como estes se estabelecem entre os seus membros, contribuindo para o fortalecimento ou o enfraquecimento do vínculo familiar entre os pares. Este argumento coaduna-se com a tese de que quanto melhores forem as relações travadas, quer a nível familiar quer social (mas essencialmente familiar), mais profundo e de melhor qualidade será o vínculo entre os elementos de uma família.

2.2. Desvinculação familiar

Ao rever a história de vida de um indivíduo, desde o nascimento até à morte, não podemos negar a forte relação afectiva com os seus progenitores, ou responsáveis, que influenciam profundamente a formação saudável da sua personalidade, contribuindo para uma vida adulta com menos problemas tanto a nível individual como colectivo.

Assim, Bowlby (*apud* Machado, 2004; Born, 2005) elaborou um estudo sobre a Teoria da (Des)vinculação, designada por “Baltimore”, cujo objectivo consistia em analisar em laboratório as comoções que uma criança sofria ao ser exposta a uma situação que lhe suscitasse determinado grau de ansiedade.

Neste processo de investigação procedeu-se do seguinte modo: numa primeira fase, a

criança era analisada durante 21 minutos pelos investigadores após a entrada de um estranho na sala; numa segunda fase, a criança contactava com outra pessoa; e na terceira fase, a mãe saía da sala.

Através deste procedimento, os investigadores conseguiram distinguir três tipos de vínculos familiares: **o vínculo seguro** – no qual se denota a felicidade das crianças ao reverem os seus progenitores e, instantaneamente, mostraram-se confortáveis (sensivelmente em 70% dos casos). De salientar que o comportamento das mães perante as crianças fora classificado como sensível e compreensível, de acordo com a reacção manifestada perante a aflição do filho. O segundo tipo foi classificado como **vínculo inseguro**, pois ao constatarem o regresso das suas mães as crianças continuaram irritadas, chegando mesmo a evitá-las e a ignorá-las (20% dos casos analisados). A atitude da mãe foi classificada como insensível diante dos anseios do filho e de repugnância ao toque do filho. Por fim, o terceiro tipo foi definido como o **vínculo ambivalente** – porque se constatou que as crianças se sentiam nervosas enquanto estavam sozinhas e, mesmo com o regresso da mãe, continuavam exasperadas e ansiosas, tendo havido uma demora no restabelecimento da tranquilidade (em 10% dos casos). Nestes casos, segundo Born (2005) a mãe foi considerada incongruente face às necessidades do seu filho.

No que respeita à gestão familiar, este estudo (apesar de se ter cingido a uma pequena amostra) permitiu avaliar e certificar emocional e afectivamente a qualidade do desempenho da mãe ou responsável pela criança segundo o tipo de trato que esta confere ao seu filho. Este estudo *per si* veio dar maior crédito à primeira fase eriksoniana, também conhecida como o estágio oral, pois a criança depende inteiramente dos cuidados da mãe ou de outro adulto. Durante este estágio é de capital importância que se recupere o vínculo familiar de modo a suscitar na criança uma maior sensação de confiança. Daí o inconveniente em se adoptar atitudes inconsequentes, irascíveis e de desprezo, que geram na criança sentimentos traumáticos de insegurança, tornando-a num ser provavelmente agressivo e enraivecido para com os seus companheiros.

Por sua vez, as crianças cujo vínculo familiar é ambivalente tornam-se manipuladoras - tentam captar para si todas as atenções, através de acções e atitudes incongruentes, vulgarmente caracterizadas como “disparates”, o que as transforma em seres frágeis e dependentes, pelo que

não se desenvolvem condignamente no meio escolar e social. Uma criança emocional e afectivamente segura apresenta um maior grau de motivação ao progresso, adaptando-se e apresentando mais facilidades no acolhimento das suas responsabilidades sociais.

Não nos restam dúvidas de que uma boa gestão familiar está subordinada a factores internos e externos, como já referimos, passíveis de potenciar a delinquência no futuro. Logo, e para reforçar esta enunciação, faremos uma análise sobre outra pesquisa no âmbito das relações inter-familiares/ parentais.

O estudo ora em apreço, padrão em criminologia, elaborado por Sheldon e Eleanor Glueck (*apud* Born, 2005), teve como objectivo primordial encontrar os fundamentos da delinquência juvenil a partir da análise das diferentes (inter)relações que surgem nos meandros de uma família.

Para tal, estes autores adoptaram o seguinte método de investigação:

- A. Reuniram 1000 jovens do sexo masculino, dos quais 500 eram considerados delinquentes, tendo os restantes 500 uma conduta social sem registo de comportamentos desviantes. Todos eram de raça caucasiana, oriundos de bairros problemáticos de Boston, Massachusetts (EUA), com idades, nacionalidades, níveis socioeconómicos e proveniência (bairro) semelhantes.
- B. Para definir delinquente, os investigadores consideraram os jovens que tinham estado três vezes perante um juiz de menores. Por sua vez, os jovens não-delinquentes caracterizavam-se por nunca terem tido uma conduta desviante e terem estado sempre inseridos no sistema de ensino. A faixa etária destes jovens era compreendida entre os 10 e os 17 anos, tendo estes sido submetidos a exames psicológicos, psiquiátricos e de inteligência bastante rigorosos, bem como outros testes que permitiam traçar um perfil fidedigno dos menores.

A partir da investigação efectuada sobre os tipos de relações familiares entre os menores e os progenitores, os investigadores chegaram às conclusões que a seguir se apresentam.

*Quadro 1 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação de afeto da mãe pelo filho
(Fonte: Born, 2005: 77)*

	Delinquentes	Não delinquentes (%)
Calor humano	72,1	95,6
Calor humano com superprotecção	24,4	15,2
Indiferença	21,2	3,4
Hostilidade	6,7	1,0

Quadro 2- Percentagem de jovens delinquentes e não-delinquentes segundo a avaliação de afecto do pai pelo filho

	Delinquentes (%)	Não delinquentes (%)
Calor humano	40,2	80,7
Indiferença	42,9	16,0
Hostilidade, rejeição	16,9	3,3

Quadro 3 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação de afecto da fratria pelo rapaz

	Delinquentes	Não delinquentes (%)
Preferência	5,4	7,4
Afecto normal	66,4	85,4
Indiferença ou hostilidade	28,2	7,2

Quadro 4 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação da ligação do rapaz ao pai. (Fonte: Born, 2005:78)

	Delinquentes	Não delinquentes (%)
Vinculação	32,5	65,1
Indiferença	16,5	5,6
Hostilidade aberta	11,8	2,8
Bloqueio sobre esta questão na entrevista	39,2	26,5

Quadro 5 - Percentagem de jovens delinquentes e não delinquentes segundo a avaliação dos métodos parentais de controlo. (Fonte: Born, 2005:79)

	Delinquentes	Não delinquentes (%)	
	Mãe	Pai	Mãe
Punição física	55,6	67,8	34,5
Apelo à razão	16,4	11,3	28,2

Da análise dos quadros acima apresentados podemos concluir o seguinte:

- Os progenitores dos menores não-delinquentes eram mais afectuosos, embora educassem também os seus filhos através de castigos físicos e do chamamento à razão, em percentagens aproximadas. O grau afectivo entre os irmãos é normal. Excluindo-se as mães, entre pais e filhos esta afectividade era igualmente sadia.
- Por sua vez, observou-se que nos delinquentes a afeição e a ternura demonstradas pela mãe dependiam em grande escala da demonstrada pelo pai, daí a verificação de uma maior ligação (vinculação) entre filho e progenitura. Assim, constatou-se uma ausência de vínculos entre pai e filho e vice-versa. Porém, comprovou-se que a excessiva protecção materna, materializada pelo calor humano, impedia as mães de

impor disciplina aos seus filhos, contribuindo assim, por vezes, para o surgimento e o fomento de um carácter criminoso. Esta constatação não é fechada ou absoluta pois, como verificámos anteriormente, uma boa integração social da criança dependerá não só de determinados factores externos, mas também da sua personalidade.

- Pelo facto de não se perceberem ou desconhecerem a personalidade dos seus filhos, os pais de ambos os grupos tendem a usar força física excessiva, em detrimento do recurso à chamada à razão e ao diálogo pacífico (Burt, *apud* Mannheim, 1984).

Pela análise dos resultados obtidos nestas pesquisas, não só se constatou que o desvinculo familiar influi no surgimento e desenvolvimento de uma personalidade com características desviantes, mas também que determinados factores externos, como a ausência de superintendência do estado e da polícia, conduzem à massificação deste fenómeno.

Estas constatações são consubstanciadas por diversas condições externas, a saber:

- a) Progenitores e responsáveis permissivos (Mannheim, 1984), que apresentam alguma dificuldade em estabelecer regras disciplinadoras, preferindo a aplicação e o uso da força na educação dos seus filhos;
- b) Fracos laços familiares (Calheiros, 2006) e desunião no seio familiar;
- c) Pais analfabetos que cresceram e vivem ainda em ambientes insalubres, muitas vezes pautados pela pobreza extrema num contexto em que a violência impera;
- d) Convívio dos filhos com companhias de má índole social, por exempl, em meio escolar;
- e) Falta de disponibilidade dos progenitores para passar tempo de qualidade com os seus filhos, preferindo compensá-los com bens materiais;
- f) Falta de um eficaz controlo por parte das entidades escolares e entre os professores e pedagogos;
- g) Aliciamento dos jovens das classes mais baixas, e não só, para o lucro fácil e para a satisfação das suas necessidades, muitas vezes fúteis;
- h) Permissão do Estado para a venda indiscriminada de bebidas alcoólicas, drogas ilícitas e cigarros (Born, 2005);

- i) Existência de meios de comunicação social sem ética na sua programação, apelando mais à violência e a outras formas de alienação mental dos seus telespectadores (Strasburguer, 1999).

Perante tantos factores que podem influenciar negativamente a qualidade da gestão familiar, não nos restam dúvidas de que o modo como esta se processa é o factor que mais contribui para o saudável desenvolvimento da criança. Uma gestão familiar sadia alicerça-se na comunicação aberta entre os seus membros, pautando-se pela consciencialização e responsabilização dos menores, ao longo da vida, sobre um desempenho exemplar do seu papel na sociedade. Infelizmente, como já verificámos, as relações que se travam no meio externo, isto é, nas escolas e nas instituições, bem como no contexto das relações de vizinhança, por exemplo, interferem na gestão familiar, podendo mesmo conduzir à sua degradação.

No entanto, relativamente aos fundamentos internos e externos, a ausência ou a verificação de certos factores considerados decisivos para o desenvolvimento de uma criança delinquente não são estanques, nem absolutos. Na verdade, muitas crianças nascidas e criadas em meios desestruturados não desenvolveram em si tendências ou comportamentos desviantes, susceptíveis de ser criminalizados. Pelo contrário, possuem uma personalidade forte, não tendo por isso sido afectadas pelos desequilíbrios parentais. Pelo contrário, resistiram às tentações e provações que as relações externas oferecem, evitando desta forma enveredar por um estilo de vida criminoso.

O menor que ao longo da vida viveu em condições precárias e as ultrapassou é, segundo Tavares, uma pessoa resiliente, caracterizando-se por ser “flexível, aberto, criativo, livre, inteligente, emocionalmente equilibrado, autêntico, empático, comunicativo, e capaz de resistir às mais variadas situações” (Tavares *apud* Simões, 2007: 91). Ou seja, os indivíduos que não se deixaram afectar ou influenciar pelos problemas e circunstâncias de risco que viveram apresentam, por consequência, uma maior capacidade para enfrentar as adversidades.

Embora cientes de que nenhum modelo educativo e familiar é perfeito, e constatando-se, felizmente, numerosos casos de adolescentes resilientes, salientamos, ainda assim, que pequenos erros na gestão familiar podem deitar a perder o bom trabalho realizado, promovendo

a degradação da personalidade e identidade do menor.

2.3. Que género de inferências suscita a disfunção familiar no desenvolvimento de uma criança?

De acordo com o que defendemos anteriormente, pequenas dúvidas nos restarão quanto às causas e às consequências que uma “má” gestão familiar, exercida por pais impreparados a nível emocional e material, gera. Aliás, progenitores com estas características podem mesmo motivar graves alterações psicológicas, físicas e intelectuais no menor. Neste sentido, e segundo análises elaboradas sobre a temática em apreço, uma débil gestão familiar pode reflectir-se em distintas formas de desvio no comportamento do menor. Em seguida, apresentamos as mais representativas (Graça et al, 2002).

- 1) Desvios relativamente aos hábitos e às actividades próprias de crianças inseridas numa faixa etária específica. Como exemplos, refira-se a necessidade de um menor se masturbar em idade imprópria, o receio de se deslocar a determinados locais, o recurso à prostituição, o ingresso pelos caminhos da marginalidade ou o uso excessivo da mentira.
- 2) Desvios comportamentais próprios da idade, ou seja, atitudes e comportamentos inadequados à faixa etária em que a criança está inserida, como actividade sexual promíscua, activa e/ou excessiva; enurese nocturna; uso abusivo de bebidas alcoólicas e drogas; recurso habitual à violência, principalmente dirigida a crianças.
- 3) Desvios educativos, que permitem constatar a existência de elevados graus de imaginação e curiosidade, embora num quadro de desempenho escolar insatisfatório. No âmbito dos desvios respeitantes à educação enunciamos ainda, a título de exemplo, a dificuldade de concentração.
- 4) Desvios emocionais e psicológicos, que se caracterizam pelo surgimento, na criança, de depressões, tentativas de suicídio, paralisia cerebral, epilepsia, desenvolvimento de fobias, baixo nível intelectual e cognitivo e lesões autoinfligidas.

A nosso ver, é de capital importância referir que os desvios enumerados não são exclusivos de uma má gestão familiar, mas potenciados por uma débil gestão familiar. Ora, para minimizar este drama teríamos que conjugar as várias Ciências Sociais e Humanas na construção de instrumentos que nos permitissem avaliar as famílias e os tipos de relações travadas no seu seio, passíveis de potenciar o surgimento e o desenvolvimento de características desviantes na personalidade da criança.

Embora um indivíduo possa enveredar pela delinquência durante grande parte da sua vida, a verdade é que, devido a factores que posteriormente analisaremos, eventualmente nunca o fará. Na verdade, de entre as várias causas passíveis de levar uma criança ou adolescente a abdicar de uma vida sustentada no crime, salienta-se a melhoria das condições de vida no seio familiar, resultantes de uma situação material e financeira mais favorável (Thornberry & Marvin, 1998).

Por outro lado, quadros psicológicos mais sadios no contexto familiar denotam frequentemente potencial para fortalecer laços outrora quebrados pela pobreza no seio da família. Nesta linha de raciocínio, também uma boa integração e desempenho escolares, a par de um sadio relacionamento com a igreja e outras instituições sociais, poderá contribuir de forma decisiva para que a má relação muitas vezes desenvolvida com os pais ou tutores melhore significativamente. Para esta realidade contribuirão ainda uma personalidade resiliente e a implementação de programas sociais de responsabilidade estatal que previnam e combatam efectivamente a delinquência juvenil, com um forte investimento no capital humano dos jovens (e não só dos que estão em risco), simultaneamente combatendo o preconceito e almejando sempre a inclusão social como objectivo último (Thornberry & Marvin, 1998).

No âmbito das Ciências Sociais e Humanas, podemos afirmar que as teorias e os conceitos são corolários elásticos e permeáveis, susceptíveis de sofrer influências e alterações de factores extrínsecos. No caso em apreço apenas citamos algumas causas que inibem o jovem de enveredar por uma vida de delinquência, não esquecendo a personalidade da criança, distinta da dos seus pais. No entanto, a elaboração deste trabalho mostra que uma gestão familiar pautada pela negligência, por abusos e pela falência de afectos marca fortemente a criança e o adolescente, reflectindo-se de forma duradoura na sua vida. Além disso, e segundo a teoria de

Erikson, no âmbito do desenvolvimento da personalidade e identidade da criança surgem momentos em que esta possui a capacidade de discernir livremente sobre o que é certo ou errado, à semelhança do que fazem os indivíduos resilientes.

Neste sentido, conclui-se que não são meramente os factores externos negativos a influenciar e a conduzir à má gestão familiar. Com efeito, esta poderá verificar-se na confluência das especificidades perniciosas da personalidade de um indivíduo, peçadas por tendências criminosas, com a ausência de valores morais e éticos da comunidade envolvente.

Assim, concluímos que para o sucesso da gestão familiar não se exigem aos progenitores conhecimentos de Pedagogia ou mesmo de Psicologia. Apenas se exige que transmitam mais amor, afecto e carinho aos filhos ao longo da vida, já que o exercício da paternidade se estende por uma vida inteira e não apenas até os filhos atingem a maioridade ou quando julgamos terem a personalidade formada.

2.4. Os ambientes familiares pautados por actos de violência

Em consonância com o que referimos anteriormente, nos primeiros anos de vida a qualidade do ambiente familiar em que a criança ou adolescente estão inseridos influi de forma decisiva para um saudável desenvolvimento emocional e psicossocial. Da análise de várias investigações desenvolvidas por Pedro Strecht conclui-se que menores que viveram circunstâncias traumáticas durante a infância a partir dos seis anos desenvolveram personalidades e caracteres propensos ao crime (Strecht, 2003).

Assim, e de acordo com Strecht (2003:174), as crianças entre os três e os cinco anos que usufruíram de um desenvolvimento emocional sadio aperfeiçoam

“progressiva e autónoma[mente] uma estrutura de autocensura, que designamos por *super eu*, e que permite a organização de um sentido de culpa. É esse normal sentido de culpa que permite uma identificação com o outro, e a respectiva representação emocional do impacto dos nossos atos no outro”.

Deste modo, e citando o autor (Strecht, 2005:37),

“fala-se na infância como a base onde o processo da adolescência vai assentar, embora o espaço de manobra para o crescimento psíquico transcenda o condicionalismo de vivências anteriores. De fato, aos 13 ou 15 anos, existe ainda uma maleabilidade e plasticidade do “eu”, que permite manter abertas muitas portas, quer elas signifiquem passos em frente, quer tenham por fim regressões, paragens ou desvios desse mesmo crescimento”.

Neste sentido, e segundo Winnicott, é durante a infância e a adolescência que os pais devem estar mais presentes e atentos às necessidades emocionais dos filhos, investindo ilimitada e responsavelmente na satisfação das mesmas a fim de estes desenvolverem uma personalidade forte e equilibrada.

Deste modo, ao viver desde sempre num ambiente familiar pejado de todos os tipos de violência e insegurança, o menor é profundamente afectado psicologicamente, assumindo comportamentos agressivos – a seu ver normais – para com terceiros, satisfazendo os seus desejos por via da coerção. Sendo este o género de educação que recebem dos pais, estas crianças entendem que a violência é o único meio que devem usar para serem valorizadas pela sociedade (Vesterdal, 1991).

2.4.1. Os maus-tratos sofridos no seio familiar

De acordo com Teresa Magalhães (2005:33), definimos maus-tratos como

“a forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação responsabilidade, confiança ou poder. Podendo manifestar-se por comportamentos activos ou passivos. E, pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e dignidade”.

No entanto, Starr, *apud* Matos e Figueiredo (2001), defende ser necessário que se verifiquem cumulativamente três preceitos elementares para que consideremos se determinado ato poderá ser considerado como mau-trato: 1) a intenção do ato, ou seja, se o propósito do agressor é o de provocar lesões à criança ou ao jovem; 2) os resultados do ato, que se configuram no ensejo de causar danos físicos ou psicológicos à criança; 3) o juízo de valor sobre o ato, que se realiza a partir da avaliação do comportamento desviante, atribuindo-lhe importância pela forma como foi julgada.

Muitos autores, como é o caso de Oates, *apud* Matos e Figueiredo (2001), defendem que os diferentes tipos de maus-tratos podem coexistir simultaneamente, ou mesmo iniciarem-se por um ato de negligência e evoluir para casos mais graves de maus-tratos.

Na óptica de Browne, *apud* Matos e Figueiredo (2001), a negligência é um modelo passivo de mau-trato, manifestando-se através de um conjunto de erros cometidos pelos progenitores na satisfação das necessidades dos menores. Porém, não podemos confundir negligência com casos em que um dos pais atrasa por instantes a hora de alimentar o filho ou de lhe mudar as fraldas. Nestes casos, há uma omissão relativamente aos cuidados adequados que devem ser prestados aos menores, não lhes infligindo dor intencionalmente.

2.4.2. Dos maus-tratos físicos e psicológicos sofridos pelo menor ou jovem

Os maus-tratos físicos são aqueles infligidos aos menores, e em que as lesões geradas pelos mesmos foram, ou são, causadas com a clara intenção de os magoar, a partir de uma acção ou omissão dos progenitores e/ou responsáveis que possuam a guarda do menor, não se coibindo de as maltratar (Ranião, 2007).

Por outro lado, e relativamente aos maus-tratos psicológicos, Peled & Davis, *apud* Sani (2006) observaram três diferentes modos de actuação por parte dos pais ou tutores, relativamente aos menores, no que se refere a esta problemática familiar, a saber: 1) deixam-nos estarecidos, agredindo-os oralmente, oprimindo-os e atemorizando-os, gerando-lhes a crença de que o mundo é demasiado perigoso; 2) sujeitam-nos a viver em meios perniciosos; 3) submetem-nos a modelos e papéis negativos e limitadores, fomentadores de uma personalidade rígida, auto-destruidora, violenta e antissocial.

Por sua vez, O'Hagan, *apud* Sani (2006) distingue entre maus-tratos emocionais e psicológicos, defendendo que os abusos emocionais causam um fraco desenvolvimento emocional e mental na criança e os psicológicos afectam capacidades cognitivas como a memória, a inteligência e a capacidade de concentração.

Neste sentido, não nos restam dúvidas de que os abusos emocionais e psicológicos que as crianças/jovens sofrem ao longo das suas vidas, principalmente no seio familiar, provocam

traumas que influenciam negativamente a sua auto-estima e o modo como estes lidarão com terceiros em sociedade. Como já referimos, as ofensas são fomentadas pelos pais ou responsáveis quando, ao invés de prestarem os cuidados necessários às crianças, usam uma linguagem hostil, baseada no medo e na intenção de expor o menor/jovem ao ridículo e ao abandono, demonstrando uma ausência de valores que satisfaçam as reais carências pessoais e emocionais dos menores/jovens.

2.5. Uma tentativa de síntese dos fatores que impulsionam a delinquência juvenil em Angola

A partir do seu vasto trabalho e experiência científica nos Centros Educativos do Instituto de Reinserção Social, Pedro Strecht (2005:177) concluiu que “a evolução delinquente representa um longo trajeto de mal-estar psicossocial que começou nos primeiros anos de vida”. Na verdade, as histórias de vida de muitos jovens estão recheadas de traumas, como tratamento negligente por parte dos progenitores, abandono familiar e profundos abusos psicológicos e emocionais. Ora, estas vivências permitem prescrever “um nexos de causalidade entre os maus-tratos e delinquência futura, pois os comportamentos desviantes cometidos por crianças e jovens consubstanciam-se na exteriorização de um sofrimento interior não aliviado” (Strecht, 2005: 177).

Num artigo publicado pela UNESCO, David P. Farrington (2002) elabora uma antologia de várias teses que justificam o nexos causal entre os abusos sofridos durante a infância pela criança/jovem e a consequente delinquência ulterior. Em seguida, explanamos duas dessas teses:

1. Len Eron acompanhou aproximadamente 900 crianças em Nova York e concluiu que o tipo de corretivos que os pais aplicavam aos filhos eram susceptíveis de conduzir à prisão antes dos 30 anos, na sequência de comportamentos violentos. Além disso, os maus-tratos sofridos na infância influenciarão e ditarão fortemente o modo como estes jovens tratarão os seus filhos e o seu cônjuge no futuro - isto é, a probabilidade de o fazerem de forma violenta é bastante elevada.
2. Ao realizar uma pesquisa com mais de 900 crianças e 700 pais, Cathy Widom concluiu que o historial dos abusos físicos, psicológicos e emocionais, assim como os

comportamentos negligentes perpetrados pelos pais às crianças, seriam indícios de futura prisão por violência, não obstante a idade, a raça/etnia ou género.

Assim, poderemos afirmar que as crianças e os jovens que são vítimas de abusos possuem uma maior propensão, ao longo das suas vidas, para serem detidos e/ou cumprirem pena de prisão na sequência de actos violentos, comparativamente aos menores que nunca foram vítimas de maus-tratos.

No entanto, e como é do nosso conhecimento, nem sempre as vítimas de maus-tratos se transformam em delinquentes. Um dos aspetos fulcrais para que os jovens maltratados não enveredem pelo caminho da marginalidade é o restabelecimento, por parte dos membros da família, da segurança outrora perdida, bem como de um profundo trabalho de reestruturação a nível emocional, físico e psicológico do jovem.

3. Aplicação da lei do Julgado de Menores⁷

O presente capítulo foi elaborado com o intuito de colmatar a falta de dados oficiais que pudessem enriquecer o presente trabalho, mas, por questões de segurança, essa informação não nos foi concedida pelas autoridades competentes. Em alternativa, optámos por analisar a lei do Julgado de Menores, que está intimamente associada à história de vida dos jovens delinquentes, sujeitos do estudo empírico, que, apesar de não serem menores, cumpriram penas em estabelecimentos prisionais (para adultos) antes de atingirem a maioridade.

É neste contexto de elevados índices de delinquência juvenil, de ineficácia da aplicação da lei e da falta de medidas de protecção e prevenção deste flagelo social, que surge a Lei nº9/96 de 19 de abril referente ao Julgado de Menores. Esta lei contempla na sua jurisdição normas que regulam o modo como as crianças e os adolescentes que se encontrem em “situação de perigo social ou de pré-delinquência” deverão ser acompanhados pelas autoridades policiais e judiciárias, dada a sua fragilidade social, resultante não só do meio social particularmente desfavorecido em que vivem, mas também da imaturidade associada à sua faixa etária, que os impede de ser julgados nos tribunais comuns.

Assim, e de acordo com o Artigo 1º da Lei 9/96 de 19 de abril, “a Sala do Julgado de Menores” é um “órgão jurisdicional de competência especializada, integrado no Tribunal Provincial da Província”. Conforme o Artigo 2º da Lei 9/96 de 19 de Abril, a finalidade deste órgão é “assegurar aos menores sujeitos à sua jurisdição a protecção judiciária, a defesa dos seus direitos e interesses e a protecção legal (...) mediante aplicação de medidas tutelares de vigilância, assistência e educação”. Deste modo, e segundo o Artigo 3º da Lei 9/96 de 19 de Abril, estarão sujeitos a jurisdição do Julgado de Menores não só os menores de idade, mas também os seus “pais, tutores ou quem tenha o menor a seu cargo” e “todo aquele que pratique acto que constitua violação dos deveres de protecção social do menor”.

Quanto à composição do Julgado de Menores e dos órgãos que o integram, segundo o artigo 4º nº1 e nº2 da Lei 9/96 de 19 de abril, o “Julgado de menores é o órgão colegial, composto por um juiz especializado coadjuvado por dois peritos assessores” (...). Assim, as

⁷ Este texto foi elaborado a partir da legislação avulsa vigente, ou seja, inserida no *Código Civil da República de Angola*, nomeadamente Lei 9/96 de 19 de Abril.

decisões são proferidas pelo juiz após auscultação do parecer elaborado pelos peritos assessores.

Os Magistrados do Ministério Público que simultaneamente “exercem funções nos (sic) Julgado de Menores são designados Procuradores de Menores”, tendo competência para “representar judicialmente o menor, defender os seus direitos e interesses”. Desta forma, podem “exigir aos pais, tutores ou pessoas encarregadas da sua guarda os esclarecimentos necessários” (Artigo 7º da Lei 9/96 de 19 de abril).

Conforme refere o artigo 10º nº 1 e nº2 da Lei 9/96 de 19 de abril, “podem ser aplicadas singular ou cumulativamente (...) as medidas tutelares de protecção, assistência, ou educação”, desde que sejam adequadamente aplicadas tendo em vista as especificidades de cada caso perseguindo sempre, intransigentemente, a protecção e os melhores interesses do menor.

Deste modo, segundo pode ler-se no Artigo nº12 da Lei 9/96 de 19 de abril, competirá ao Julgado de Menores a aplicação de medidas de “protecção social aos menores de qualquer idade”, assim como as “medidas de prevenção criminal aos menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos (...)”.

Assim, “as medidas de protecção social são decretadas (...)” nas situações em que os menores sejam “vítimas de maus-tratos físicos, morais ou de negligência por parte de quem os tenha à sua guarda” ou se “dediquem à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem, ou façam uso de bebidas alcoólicas ou estupefacientes”, conforme o Artigo nº14 da Lei 9/96 de 19 de abril.

Por outro lado, o artigo 15º da Lei nº9/96 de 19 de Abril, enuncia as seguintes medidas de protecção social: “(...) permanência em casa dos pais ou tutores ou outros responsáveis mediante acompanhamento do Julgado de Menores; (...) imposição de regras de conduta; (...) colocação em família substituta; (...) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino; (...) inscrição em centro de formação profissional; (...) requisição de assistência médica, de testes psicotécnicos ou outros; (...) semi-internamento em estabelecimento de assistência ou educativo; (...) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo”.

Por sua vez, e em consonância com o Artigo 16º da Lei 9/96 de 19 de abril, “as medidas de prevenção criminal são aplicáveis aos menores que pratiquem factos tipificados na lei como delitos”. Conforme o Artigo 17º do mesmo diploma legal, essas medidas incluem “a) repreensão; b) imposição de regras de conduta; c) condenação do menor ou do seu representante legal, em multas, indemnizações ou restituições; d) prestação de serviços à comunidade; e) liberdade assistida; f) semi-internamento em estabelecimento de assistência ou educativo; g) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo”.

Noutro plano, e conforme o Artigo nº20 da Lei 9/96 de 19 de abril, das decisões do Julgado de Menores cabe recurso, por um lado, “para a Câmara do Civil e Administrativo do Tribunal Supremo, das [decisões] que apliquem medidas de protecção social ao menor”. Por outro lado, “para a Câmara dos Crimes Comuns do Tribunal Supremo” cabe recurso das decisões “que apliquem medidas de prevenção criminal ao menor”. Finalmente, das decisões do Julgado de Menores cabe também recurso “para a Câmara do Civil e Administrativo do Tribunal Supremo das [decisões] que apliquem medidas por contravenção do dever de protecção social ao menor”.

De salientar que os “processos da competência do Julgado de Menores são de natureza confidencial e não podem ser usados em desfavor da pessoa do menor (...)”, sob pena de condenação por “crime de desobediência”, segundo o Artigo 25º nº 1 e nº3 da Lei 9/96 de 19 de abril.

Assim, e de acordo com o artigo 8º nº 1 do Julgado de Menores, conjugado com o artigo 26º do mesmo diploma, a Sala do Julgado de Menores deverá integrar na sua estrutura funcional serviços sociais como a Comissão Tutelar de Menores, órgão permanente, autónomo e não jurisdicional responsável pela execução das decisões proferidas por aquele órgão.

Assim, constatamos que o ordenamento jurídico angolano consigna normas / legislação avançada em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos⁸ e outros instrumentos de direito internacional

⁸ Consultada em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/carta-africa.html>, ver Anexo 2.

regularmente aprovados e formalmente integrados no direito angolano.

No entanto, na prática não se verifica a sua aplicação plena, uma vez que faltam recursos materiais (orfanatos, centros de acolhimento e centros educativos) e humanos (psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras, entre outros) que possibilitem a sua concretização. Ora, esta situação conduz inevitavelmente a uma grande ineficácia da lei, que se revela desfasada da realidade socio-cultural do país em que vigora.

Como se pode verificar no quadro seguinte, as medidas aplicadas aos menores, independentemente do delito cometido, são, no essencial, as mesmas. Por exemplo, as medidas de “liberdade assistida” e “Proibição de ausência da residência depois das 18h” e “repreensão” são aplicadas a delitos como o furto, o furto qualificado e o homicídio voluntário, não havendo uma distinção segundo o grau de gravidade do delito praticado. Existe apenas uma medida adicional aplicada que demarca o tipo de delito, como no caso do homicídio voluntário, no qual a família do infrator é obrigada a pagar indemnização à família da vítima. Neste sentido, e apesar de existirem órgãos estatais como a Comissão Tutelar de Menores, responsável pela execução das medidas judiciais, as medidas implementadas são manifestamente insuficientes, revelando-se ineficazes quando aplicadas.

Quadro 6 - Julgado de Menores - delitos e medidas aplicadas (Fonte: Medina, 2008)

DELITO	MEDIDAS DE...	MEDIDAS APLICADAS	INTERVENÇÃO DA FAMÍLIAR	TEMPO
Furto qualificado	Prevenção criminal	Liberdade assistida		12 meses
Furto	Repreensão	Proibição de ausência da residência depois das 19h	Já restituiu o bem roubado O menor frequenta a escola e tem bom comportamento	6 meses
	Repreensão	Proibição de ausência da residência depois das 18h	Os pais do menor foram condenados a restituir à lesada metade do valor do furto.	6 meses
	Prevenção criminal (criança de rua)	Liberdade assistida	Órfão de pais Reside atualmente com a família Aprende a profissão de mecânico	12 meses

Quadro 7- Julgado de Menores - delitos e medidas aplicadas (Fonte: Medina, 2008)

DELITO	MEDIDAS DE...	MEDIDAS APLICADAS	INTERVENÇÃO DA FAMÍLIAR	TEMPO
Homicídio voluntário	Repreensão	Proibição de se ausentar da residência depois das 18h Liberdade assistida	Familiares condenados a pagar uma indemnização aos herdeiros da vítima de Kz 400.000,00 (cada um 100.000,00).	12 meses
		Proibição de se ausentar da residência depois das 18h Prestação de serviços à comunidade (2 dias por semana e 2h por dia)	Os pais do menor são condenados a pagar à família da vítima Kz 120.000,00.	52 semanas
	Prevenção criminal	Proibição de se ausentar da residência depois das 18h	Compensação à família da vítima de Kz. 163.050,00	2 anos
		Prestação de serviços à comunidade (2 dias por semana e 2h por dia)		52 semanas
Roubo	Prevenção criminal Proteção social	Proibição de se ausentar da residência depois das 18h	O menor foi entregue ao pai	2 anos
		Prestação de serviços à comunidade (2 dias por semana e 2h por dia) A medida foi suspensa por motivos de saúde do menor		52 semanas

4. Delinquência Escolar

Por motivos alheios à nossa vontade, infelizmente a solicitação para as entrevistas a directores e docentes não nos foi facultada, pois os requerimentos por nós elaborados solicitando entrevistas e informações sobre o índice de criminalidade nas escolas públicas carecem de autorização do Ministério da Educação ou da Secretária Provincial da Educação. Este processo revelou-se bastante burocrático e moroso, mesmo após termos mostrado o guião com as perguntas, uma vez que as informações e respostas que nos seriam facultadas poderiam comprometer a segurança e a estabilidade nacionais.

Pelo que constatámos durante o estudo empírico, a maioria dos casos ocorrem fora do recinto escolar, consubstanciando-se em agressões físicas, ofensas verbais, furtos e lutas entre grupos (gangs). No entanto, estes mesmos actos também ocorrem no interior dos recintos, traduzindo-se um novo fenómeno, o bullying, cujas vítimas são silenciadas pelo medo de virem a sofrer represálias. Além disso, carecem do apoio das eventuais testemunhas, que dizem nada ter visto ou ouvido, descridibilizando a vítima e fragilizando-a na sua argumentação.

Relativamente às instituições de ensino privadas, foram-nos concedidas 7 (sete) entrevistas, cujas gravações não foram autorizadas, havendo o receio de que revelássemos os nomes das instituições, manchando assim “o seu bom nome”. Desta forma, as entrevistas decorreram como meras conversas informais. Aliás, segundo constatámos, as normas internas vigentes nas instituições de ensino privadas são bastante claras e rígidas. Assim, em situação de conflito, essas normas e medidas são aplicadas de forma veemente, pelo que, dependendo do grau de gravidade da infração, o seu perpetrador é expulso, suspenso ou recebe uma advertência sobre as consequências de uma eventual reincidência.

4.1. A Brigada de Segurança Escolar

A Brigada de Segurança Escolar (B.S.E), órgão do Comando Geral da Polícia Nacional, foi criado pelo Governo angolano no dia 13 de Setembro de 2003, com o intuito de monitorizar as instituições de ensino, prevenindo e combatendo os índices de criminalidade e insegurança nas escolas. Numa primeira fase, a mesma apenas se destinava aos estabelecimentos de ensino básico e secundários. No entanto, atualmente, a sua jurisdição estende-se também aos estabelecimentos

de ensino superior. De salientar que a maioria dos casos atendidos pela B.S.E. são conflitos com a lei perpetrados por inimputáveis. Nestas situações, os mesmos são encaminhados para o Julgado de Menores.

Nem todos os casos que se consubstanciam em delitos são tratados pela B.S.E., pois, alguns são resolvidos no âmbito interno das normas vigentes nas escolas. Nas instituições de ensino cujos níveis de perigosidade e índice de criminalidade são elevados, a B.S.E responsabiliza-se por efectuar um patrulhamento mais incisivo, chegando mesmo, por vezes, a disponibilizar agentes policiais permanentes.

4.2. Modo de actuação da Brigada de Segurança Escolar (B.S.E)

A informação infra exposta foi colhida a partir de uma entrevista gentilmente concedida por um Superintendente da Brigada de Segurança Escolar, que por motivos de segurança não autorizou a divulgação do seu nome. De salientar que os métodos de ação da B.S.E. se estendem por todo o território angolano. Assim, e das informações que nos foram disponibilizadas, a atuação da B.S.E. baseia-se nos seguintes quatro elementos:

- I- Elemento cadastro** – faz-se o registo do prevaricador, com fotos e dados pessoais, assim como a descrição e as razões do cometimento do delito. Em seguida, elabora-se o historial do infractor, verificando-se posteriormente a eventual existência de cadastro.
- II- Elementos aconselhados** – no seio da Brigada de Segurança Escolar existe uma secção de aconselhamento e apoio, constituída por três áreas - a área de apoio social, sob a direcção de um sociólogo; a área de apoio psicológico, regida por um psicólogo; e a área policial, superintendida por um especialista em delinquência juvenil.
- III- Elemento encaminhado** - este departamento entra em acção após averiguação do tipo de crime cometido pelo jovem delinquente. Ou seja, no contexto de crimes mais graves, tais como ofensas corporais graves, roubos, furtos qualificados ou tentativas de homicídio, os casos são encaminhados para o Departamento Provincial de Investigação Criminal (D.P.I.C.), que, de seguida, e após auscultação e inquérito ao menor, o encaminha para o Departamento de Delinquência Juvenil.

- IV- Elemento acompanhamento** - este departamento é composto por agentes à paisana que acompanham o comportamento do jovem (menor) delinquente. Isto é, tendo conhecimento da instituição escolar e da zona de residência do prevaricador, estes agentes observam discretamente o jovem delinquente, averiguando se o mesmo reincide no que tange a comportamentos desviantes.

5. A justiça restaurativa: um modelo de justiça adequado à realidade e à sociedade angolanas

5.1. Definição e conceito histórico

Segundo José de Faria Costa (1986), a justiça restaurativa “é uma forma divertida de política criminal”. Ou seja, este conceito refere-se a um processo de participação ativa e conjunta entre os sujeitos de um crime, isto é, entre o agressor, a vítima e qualquer outro cidadão ou membro de uma comunidade directamente afectados pelo crime. Este processo inclui ainda a participação de um árbitro, que auxiliará as partes relativamente ao entendimento a ser dado à conduta criminosa, ajudando a encontrar a forma mais adequada para a resolução do conflito em causa. Este árbitro trabalhará com o objectivo de proporcionar um entendimento do crime e dos seus efeitos, promovendo a “humanização, a pacificação, e a reparação” dos danos causados pelo ato culposos (Santos, 2006).

Esta forma de justiça (restaurativa) possui as suas raízes no pensamento vitimológico (Beristain, 2000) e na criminologia abolicionista, tendo-se destacado em meados dos anos 70 como forma de contestação ao insucesso da designada justiça retributiva (Duarte, 2006; Aertsen & Tony Peters, 2006). Na verdade, a justiça restaurativa permite ao delinquente perceber todo o processo, o que contribuirá para uma sua melhor integração, ao mesmo tempo que a taxa de reincidência é reduzida.

Este modelo de justiça foi inspirado pelas decisões tomadas aquando dos conflitos surgidos no seio da comunidade de aborígenes maoris na Nova Zelândia. Deste modo, convém sublinhar que essas práticas restaurativas não surgiram como um novo fenómeno, mas como algo já existente, embora com uma nova roupagem (Prudente, s.d.).

Foi em 1970, nos EUA, e no Canadá, em 1976, com o Victim Offender Reconciliation Project (VORP), que se registaram as primeiras experiências de mediação entre vítima e agressor. Só posteriormente, em meados dos anos 80, este modelo se expandiu a diversos países da Europa e Oceania, encontrando-se agora implementado em diversos países do mundo⁹.

As Nações Unidas elaboraram uma proposta relativamente à justiça restaurativa, que considerava um “desafio espiritual” (spiritual endeavour), cujo principal objectivo era a cura (healing), tratando assim a reparação e a compreensão como secundárias. Neste sentido, a justiça restaurativa é vista como uma via complementar da justiça convencional penal aplicável a todos os tipos de delinquência, incluindo as formas mais graves (Bastos, 2006).

Contudo, realçaremos a experiência da Nova Zelândia, uma vez que a mesma foi pioneira, em 1989, no que concerne à implementação deste modelo, no seu ordenamento de justiça e na solução de conflitos, aquando da promulgação da “Lei Sobre Crianças, Jovens e suas Famílias”, ao incluir a Justiça Penal Juvenil¹⁰.

O êxito da aplicabilidade deste modelo foi tão elevado que logo após as primeiras experiências/práticas no campo de acção da delinquência juvenil, o mesmo foi implementado essencialmente na justiça para adultos (Nunes, 2006). Verifica-se em países como a Bélgica a forma como estas práticas podem ser aplicadas nas prisões (Aertsen, 2006).

Na busca de uma reconciliação e resolução reparadoras, salientamos que as práticas restaurativas têm sido utilizadas e continuarão a sê-lo conforme as tradições culturais, políticas e sociais de cada época e país.

Assim, de acordo com a revisão da literatura e o nosso conhecimento da realidade angolana, este modelo poderá ser implementado desde que respeite e esteja em perfeita harmonia com a cultura do povo angolano.

Assim, a título de exemplo, e de acordo com as diferenças culturais e políticas, temos o caso de França, situada na Europa Continental, e dos EUA, país anglo-saxónico onde se aplica

⁹ www.justica21.com

¹⁰ Cf. Informações disponíveis no site www.justica21.com

este tipo de práticas alicerçadas na justiça restaurativa.

Em França, vigora o “modelo de integração” baseado no cidadão, num sistema político de um Estado central e na mediação penal (prática corrente na resolução dos pleitos) que é um ato estatal, configurando-se, assim, o tradicional modelo romano-germânico.

Por sua vez, os EUA, caracterizam-se por ter um sistema político de descentralização em que o Estado se encontra limitado quanto ao seu poder de atuação em prol da comunidade, dado que a prática restaurativa de eleição é a negociação. Portanto, contrariamente ao que se verifica em França, os norte-americanos preferem a “community mediation”, em detrimento da mediação vítima-agressor (Lauwaert, 2006).

De um modo geral, podemos afirmar que a justiça restaurativa visa substituir a punição pela consciencialização a partir do diálogo, eliminando determinadas formalidades processuais. Além disso, a justiça restaurativa tem participação na sociedade nos seus mais diversos contextos e realidades, com o intuito de ajudar quer os delinquentes quer as vítimas dos comportamentos desviantes (Calhau, 2008).

Ora, estes objectivos só poderão ser atingidos se se verificarem dois princípios importantes para a aplicabilidade de medidas restaurativas e para a obtenção de resultados positivos. Esses princípios basear-se-ão nos seguintes pressupostos:

- Far-se-á o reconhecimento da relação cotrovertida, relacionado com a interacção dos sujeitos do conflito, isto é, o ato de reconhecer o outro, de perceber e entender o significado das suas palavras e acções (Pelikan, 2006). Este reconhecimento é feito por uma terceira pessoa imparcial, que auxilia os envolvidos, antes e durante os encontros entre as duas partes, a resolver o litígio. Ou seja, o intuito deste processo será fazer um reconhecimento mútuo, que permita aos indivíduos compreender as suas diferenças, defendendo, sem se submeter ao outro, o seu posicionamento acerca da situação geradora do conflito. Assim, será este reconhecimento que possibilitará um verdadeiro arrependimento por parte do delinquentes, bem como o respectivo perdão da vítima, culminando assim num dos objectivos

primordiais da justiça restaurativa (Pelikan, 2006).

- Exigir-se-á que as partes/sujeitos envolvidos tenham a capacidade, no processo, de se defender e opinar sobre o que sentem quanto à resolução do pleito e de argumentar sobre o que será chamado a juízo. Desta forma, impede-se a existência de vantagens e desvantagens de uns relativamente a outros. Caso se verifique tal situação, de superioridade de uma das partes, o árbitro, ou facilitador, intervirá no sentido de promover um melhor entendimento da situação (Pelikan, 2006).

5.2. Características fundamentais da justiça restaurativa

Após a revisão da literatura no que se refere à definição do conceito e aos objectivos da justiça restaurativa, constatamos três elementos fundamentais deste modelo de justiça: o social, o participativo ou democrático e o reparador (Pelikan, 2006; Lázaro & Marques, 2006).

Quando nos referimos ao elemento social deste modelo temos em mente a forma como devemos percepcionar o crime. Nesta perspectiva, o crime não poderá ser visto apenas como uma contrariedade perante a lei, mas antes como uma cisão das relações humanas, ou seja, um comportamento perpetrado por um membro da comunidade contra outro e, logo, contra a comunidade em que ambos estão inseridos.

Por sua vez, o elemento participativo ou democrático - considerado o mais importante, na medida em que permite a diferenciação do modelo tradicional retributivo - consiste na importância atribuída à participação activa das partes envolvidas no pleito. Este elemento, como referimos, é a particularidade que melhor define este modelo de mediação.

Por fim, o elemento reparador consiste na implementação das práticas e medidas restaurativas necessárias à reparação dos danos sofridos pela vítima. Assim, será a partir deste elemento que o delinquente reconhecerá e reparará os danos infligidos à vítima, atendendo às reais necessidades desta (Pelikan, 2006).

5.3. Dos princípios orientadores para a utilização de programas de justiça restaurativa

Baseando-se na Resolução 1999/26¹¹, e acordo com debates e conclusões proferidos num Congresso em 2000¹² as Nações Unidas, apresentaram no mesmo ano um anteprojeto com as diretrizes relativas ao uso e funcionamento dos programas de justiça restaurativa em matéria penal. O mesmo foi depois materializado na Resolução 2002/12, de 24 de julho de 2002.

“Princípios básicos para o uso de programas de justiça em matéria penal” é um documento que contém em anexo as definições, os meios de utilização dos programas de justiça restaurativa e a forma como deverá ser efectuado o funcionamento desses programas. Além disso, o referido documento especifica ainda quem são os facilitadores e qual será a sua actuação. Referem-se também os meios necessários ao desenvolvimento dos referidos programas. De seguida, faremos uma análise sucinta sobre cada um dos itens supramencionados.

Segundo a Resolução, um “programa de justiça restaurativa” é aquele em que se utilizam processos restaurativos com o intuito de se atingir um determinado resultado. Neste sentido, “resultado restaurativo” é um entendimento que resultou, ou resultará, de um processo que consistirá numa compensação à vítima ou num serviço prestado à comunidade, assim como noutras medidas previstas.

Por sua vez, o “processo restaurativo” será aquele em que a vítima, o agressor e a comunidade, ou qualquer outra parte directamente afectada pelo crime (ou seja, as partes do processo), têm uma participação activa e conjunta para a resolução do conflito, usufruindo do auxílio de um terceiro elemento, que se exige imparcial¹³.

Os programas de justiça restaurativa deverão estar disponíveis em todas as fases do processo de justiça criminal, podendo as partes desistir deles a qualquer momento do processo. Será necessário um consentimento livre e voluntário dos envolvidos - das partes, neste caso -, e que os mesmos tenham conhecimento do(s) facto(s) para, dessa forma, poderem decidir

¹¹ Resolução 1999/26 de julho de 1999, designada “Desenvolvimento e implementação de mediação e medidas de justiça restaurativa em matéria penal”. In *Sub Júdice*, 37, Outubro/Dezembro 2006, p.115

¹² *Ibidem*, pp.115.

¹³ Resolução 2000/14, de 27 de julho de 2000, *Sub Júdice*, 37, 2006, pp.115-116.

imparcialmente sobre o pleito em questão, permitindo apenas convenções segundo juízos de proporcionalidade e razoabilidade. É de capital importância levar em consideração a idade, a maturidade e as capacidades cognitivas/mentais das partes. Nenhuma questão poderá ser suscitada e admitida como sendo prova de admissão da culpa nos processos criminais ulteriores. Na impossibilidade de um acordo ou da aplicação de medidas restaurativas, os agentes de justiça criminal deverão auxiliar e instigar o delinquente a responsabilizar-se e a compensar os danos por si causados.

5.4. Modo de funcionamento dos programas de justiça restaurativa

Será necessário estabelecer linhas orientadoras e adequadas ao uso de programas restaurativos e de diretrizes sobre a forma e as condições em que deverão ocorrer os casos dos processos restaurativos no que se refere às qualificações, à formação e à avaliação dos facilitadores. Tudo isto sem descurar, neste caso, a definição da administração desses programas e das regras e normas éticas a observar, que regularão o seu funcionamento¹⁴.

Na realização desses programas, é importante que se verifiquem os requisitos processuais que garantam um aconselhamento legal para as partes antes e depois do processo restaurativo e, se necessário, a devida tradução e interpretação. Havendo menores entre as partes, como é o caso em apreço no presente estudo, os mesmos serão acompanhados pelos pais durante todo o processo. As partes nunca poderão ser obrigadas a aderir ao processo restaurativo, devendo sempre ser informadas sobre os trâmites, os direitos e as consequências inerentes à escolha deste tipo de justiça.

Todos os actos realizados nas sessões do processo restaurativo serão confidenciais, até ao momento em que ambas as partes cheguem a acordo. Não existindo acordo, o processo é reencaminhado para outro programa de justiça restaurativa ou mesmo para a justiça tradicional, que tomará as medidas adequadas ao restabelecimento da paz entre as partes, sem proferir uma sentença que seja mais severa do que a que hipoteticamente se alcançaria através de um acordo¹⁵.

¹⁴ Resolução 2000/14, de 27 de julho de 2000, *Sub Júdice* 37, 2006, p.116.

¹⁵ *Ibidem*, p.116.

Os órgãos de justiça criminal e os programas de justiça restaurativa deverão reunir-se com o intuito de chegar a um entendimento relativamente aos processos e aos resultados restaurativos que se pretenderão alcançar, visando assim alargar o seu campo de acção. Em simultâneo, é importante estudar a possibilidade de se materializarem medidas restaurativas em processos que correm na justiça tradicional. Além disso, pretende-se efetuar pesquisas e avaliações dos processos restaurativos e dos seus resultados, com o intuito de os tornar mais eficazes.

5.4.1. Os facilitadores

Os facilitadores serão considerados os terceiros habilitados, imparciais, que coadjuvarão as partes envolvidas no processo restaurativo. Estes agentes deverão sempre respeitar a dignidade das partes, garantindo uma actuação baseada no respeito mútuo. O seu recrutamento será efectuado em todas as camadas da sociedade civil, com a exigência de que possuam, de modo geral, um bom conhecimento da cultura das comunidades locais.

Neste sentido, os facilitadores deverão receber formação contínua ao longo de toda a sua carreira. Especificamente, os cursos de reciclagem e outros visam a atribuição e capacitação de meios para a resolução de conflitos, bem como a obtenção dos conhecimentos gerais necessários sobre a justiça criminal e os conhecimentos específicos relativos aos programas restaurativos¹⁶.

5.4.2. Tipos de modelos restaurativos

Como é do conhecimento geral, encontramos em diversas áreas do Direito práticas restaurativas directamente relacionadas com a matéria penal. Deste modo, embora que de forma sucinta, seguidamente enumeraremos algumas.

A **mediação** é considerada uma prática restaurativa por excelência, devendo recorrer-se a um “consenso construtivo” para a resolução de um conflito (Almeida, 2005:40). O seu objectivo primordial é a aproximação de ambas as partes.

A mediação entre a vítima e o agressor é feita na presença de uma terceira pessoa,

¹⁶ Resolução 2000/14, de 27 de julho de 2000, *Sub Júdice*, 37, 2006, pp.16.

imparcial. As partes são convidadas a expor o seu ponto de vista e sentimentos relativamente ao sucedido entre ambos. Em conjunto, tentam encontrar a melhor decisão para o caso. Atribui-se ao infractor a possibilidade de rever os actos cometidos e as suas consequências. O seu principal objectivo reside na resolução do litígio em causa, pautando-se pela aproximação das partes desavindas, contribuindo assim para a reconciliação, para a reintegração do agente prevaricador e para a paz e a pacificação social. O regime da arbitragem voluntária vigora em Angola nos mesmos moldes que em Portugal, tal como os julgados de paz.

Aproximando-se bastante da mediação, embora num formato mais amplo, teremos a Conferência (de grupos e familiares). Contrariamente ao sucede na mediação, o número de participantes é maior, isto é, na Conferência teremos a participação dos advogados e dos familiares das partes, sendo também permitida a participação nas sessões/reuniões de membros da comunidade, serviços de assistência social, polícias e demais personalidades interessadas no litígio (Duarte, 20069).

Como já referimos, esta prática restaurativa teve origem na experiência da Nova Zelândia. Caracteriza-se por partir de um trabalho conjunto entre todos os participantes, repreender o agressor, mostrando-lhe que socialmente a sua conduta é inadequada, e responsabilizando-o pelo erro cometido. Porém, é-lhe atribuída a possibilidade de se redimir e de, juntos, encontrarem vias mais adequadas à sua reintegração no meio social, prevenindo-se futuras reincidências (Lauwaert, 2006).

Devido à sua amplitude, abrangência e ampla participação de pessoas, este modelo restaurativo é considerado melhor por alguns autores do que a mediação, pois, alcançando-se um acordo entre as partes, a vítima sente-se reparada relativamente ao dano sofrido e o agente, tendo sido responsabilizado pelo delito cometido, aceita a sua culpa. Desta forma é reinserido na sociedade.

Por fim, teremos o “grupo de decisão”, ou o “círculo restaurativo”. Este meio restaurativo difere, em certa medida, dos anteriores, pois os intervenientes - a vítima e o agressor - não são as partes “principais” na resolução do litígio. Neste meio restaurativo decorrem reuniões entre os membros de uma comunidade interessados em encontrar uma solução pacífica para determinado caso, procurando-se uma forma adequada de resolução do

conflito (reparação do dano) e definindo-se as medidas adequadas para a prevenção de ocorrências futuras similares (Duarte, 2006).

Logo após a reunião do grupo ou do círculo, apresenta-se ao juiz uma proposta para que este profira uma decisão, baseando-se no consenso alcançado pelo grupo. No entanto, a decisão do juiz e a proposta apresentada pelo grupo não impedirão que a comunidade possa posteriormente apresentar novas ideias quanto à responsabilização da infracção e ao modo como a mesma deverá ser reparada.

6. Estudo comparado entre o modelo de justiça retributiva e restaurativa

Neste capítulo, faremos uma explanação sobre as características dos dois modelos de justiça criminal em análise, dando especial atenção ao facto de no modelo retributivo a reparação do dano sofrido pela vítima ocorrer a partir de uma penalidade. No entanto, no modelo restaurativo, a reparação faz-se através de uma interlocução e do entendimento entre as partes envolvidas.

6.1. O modelo retributivo (tradicional)

6.1.1. Definição do conceito

Consensualmente aceite, o modelo retributivo de justiça possui um conceito jurídico de crime, considerado uma transgressão das leis penais (e, quiçá, dos costumes) de uma sociedade representada por um Estado e pelas normas que a regem.

Assim, o crime acabará por ser um conflito, uma violação das leis vigentes, pois o indivíduo transgrediu e actuou à margem dos preceitos legais. Neste modelo, atribui-se uma maior importância à determinação da culpa, a partir da análise que é feita sobre os comportamentos e actos cometidos pelo prevaricador.

Relativamente ao seu procedimento jurídico, o mesmo ocorre a partir de um ritual formal e contencioso, com o cumprimento do princípio do contraditório e de outros procedimentos fundamentais para o alcance e apuramento da verdade.

As “principais” partes envolvidas no processo, o agressor e a vítima, são representadas pelo Estado e pelos advogados, sendo as decisões proferidas pela autoridade judicial competente, designada para a solução do caso em apreço. Assim, será a partir de uma punição que o Estado penalizará o infractor e tentará prevenir a ocorrência de novos atos perpetrados pelo agressor, garantindo o restabelecimento da paz social pública, que fora fracturada pelo crime em causa (Duarte, 2006; Prudente, s.d.).

Portanto, o agressor é penalizado pelo acto violador das leis penais que regem a

sociedade, não se verificando, muitas vezes, um autêntico incentivo ao arrependimento e reintegração social do mesmo.

Por outro lado, a vítima não usufrui de uma voz activa, sendo remetida ao silêncio pelo sistema tradicional de justiça. Neste modelo, a participação da comunidade é nula e, infelizmente, não verificamos a intenção de se estabelecer a harmonia nem o perdão entre a vítima e o agressor (Prudente, s.d.).

Actualmente, têm-se verificado várias discussões e tomadas de posição sobre a degradação que o modelo de justiça retributiva tem sofrido, pois este, muitas vezes, não auxilia a vítima do crime e comete demasiadas falhas no que respeita à reinserção do infractor na comunidade. O sistema jurídico peca especialmente por não esclarecer de forma clara a finalidade de determinado tipo de punições, nem do tipo de penas aplicadas a quem cometeu determinados crimes (Duarte, 2006).

Não nos restam dúvidas de que a finalidade primordial das penas é a de suscitar e fomentar no criminoso uma reabilitação e prevenção de eventual reincidência futura. Além disso, as penas têm também como finalidade o restauro dos laços que se haviam quebrado a partir do momento em que o delito foi cometido. Infelizmente, da análise que pode ser feita das taxas de reincidência e do elevado crescimento dos níveis de insegurança social decorre a certeza de que o modelo retributivo não tem funcionado em pleno.

6.2. O modelo restaurativo

6.2.1. Definição do conceito

No modelo restaurativo, contrariamente ao que se sucede no modelo retributivo, o delito - neste caso, o crime - é avaliado de forma mais ampla, baseando-se profundamente em conceitos morais e sociais, entre outros, além daquilo que está convencionado legalmente (Prudente, s.d.). É inegável a primazia que se atribui à lei, neste tipo de justiça. Porém, outros conceitos são também tidos em linha de conta para que se atinja um consenso mais “harmonioso” entre as partes envolvidas no litígio, pois sendo estas as “peças” fundamentais do conflito, verifica-se uma maior participação, não só das partes, mas também da comunidade em que estão inseridas. Este modelo, contrariamente ao que se sucede no retributivo, procura

alcançar um acordo entre as partes, reparando-se o dano que causado. Desta forma, induz-se a prevenção de futuros delitos.

Para o alcance deste consenso, isto é, para a obtenção do acordo pacífico que se pretende atingir entre as partes e se espera que perdure, o processo ocorre de uma forma informal, participativa, espontânea, colaborativa e sigilosa. Como referimos anteriormente, as partes envolvidas neste litígio são as figuras preponderantes do processo, pois todas as deliberações tomadas são o resultado do assentimento entre a vítima, o infractor e a comunidade. Através do diálogo entre as partes, buscar-se-á um entendimento sobre a orientação que se deverá seguir relativamente ao crime cometido. Deste modo, o reparo do dano causado será feito a partir do consenso que se atingir entre as partes envolvidas e não pela punição. O agressor responsabilizar-se-á pelo crime cometido, cumprindo, voluntariamente, o que foi estabelecido para o reparo do dano causado. Neste modelo de justiça, a culpa do agente não é estabelecida, uma vez que nos encontramos perante um delito cometido e julgado sob circunstâncias especiais.

Havendo a possibilidade de controlo e participação activa da vítima, o que ocorre em todo o processo resolutivo do litígio, respeitando-se e auscultando-se as necessidades da mesma, deparamo-nos com a importância que lhe é atribuída e que esta tem neste procedimento. Por sua vez, ao infractor, também é concedida a possibilidade de participar directamente no processo, atribuindo-se-lhe a possibilidade de interacção e cooperação com a vítima e a comunidade, podendo ainda escolher a decisão que será tomada como consequência dos seus actos, demonstrando assim o seu arrependimento e comprometimento futuro sobre os danos que causou à vítima e à sociedade.

Nestes casos, o Estado opera como “árbitro”, ou melhor, como facilitador do litígio e da relação estabelecida entre a vítima e o agressor. A comunidade possui igualmente um papel fundamental, pois contribuirá para a harmonia colectiva ao promover um acordo que perdure, reinserindo o prevaricador em vez de excluí-lo e estigmatizá-lo, como muitas vezes sucede.

Uma das grandes vantagens que o modelo restaurativo apresenta é, sem dúvida, o facto de ser mais amplo do que o modelo retributivo, pelo menos no que toca à sua aplicação, pois ao permitir uma participação activa entre as partes principais do litígio e um diálogo entre estas torna-se possível decidir consensualmente a via e as sanções que melhor se adequam ao caso

em apreço. Desta forma, restabelece-se a harmonia social perturbada pelo agressor a partir do momento em que o crime foi cometido. O intuito fundamental deste modelo é o de reparar os vínculos sociais deteriorados pela transgressão, estabelecendo-se um acordo de paz entre a vítima e o agressor, bem como entre o agressor e a comunidade em que vive e na qual será reintegrado.

Como é sabido, o modelo restaurativo não tem o intuito de eliminar por completo a criminalidade, nem é essa a tese que defende. No entanto, permite que se atribua uma maior honorabilidade tanto ao criminoso como à vítima do delito, na medida em que leva em conta as carências de ambas as partes (Lázaro & Marques, 2006). Assim, suscita-se e fomenta-se um sentimento de perdão por parte da vítima, ao invés do sentimento de represália. Reconhecendo o seu ato como marginal, e culpabilizando-se pelo mesmo, o agressor sentirá uma maior vontade de mudar e não reincidir, pois a comunidade, ao perceber melhor as suas razões, integra-o, deixando de o encarar como um inimigo público ou como alguém errante (Prudente, s.d.).

Apesar de constatararmos que, a priori, existirão mais motivos propícios para a aplicação do modelo de justiça restaurativo em detrimento do retributivo, seria um erro da nossa parte afirmar que aquele é melhor ou mais eficaz e que a coexistência entre ambos seria inconcebível.

Na verdade, existem casos em que o modelo restaurativo ainda se mostra incapaz de encontrar uma solução satisfatória para ambas as partes nos diferendos, aplicando-se necessariamente, e não subsidiariamente, as normas do modelo retributivo. O objectivo ideal seria o de se fazer uma fusão entre os dois modelos, que iria permitir uma mudança substancial na justiça, não alterando a implementação da génese da justiça retributiva. Desta forma, possibilitar-se-ia o aproveitamento das características mais benéficas de cada um dos modelos conducentes à resolução pacífica e harmoniosa dos casos que forem submetidos a apreciação.

7. As práticas restaurativas em matéria penal pelo mundo

Estamos cientes de que constitui um tremendo risco importar determinados modelos, neste caso de justiça, do Ocidente, bem como implementá-los em outras civilizações com baixo desenvolvimento social e humano. Nestas circunstâncias, a implementação de semelhante modelo constituiria uma ambição desmesurada e/ou desajustada em relação às condições de vida da população, pois torna-se evidente a necessidade de dar prioridade a outras necessidades básicas.

Em seguida afluiremos a título de exemplo países como a Bélgica e o Brasil, onde a implementação de práticas restaurativas teve grande sucesso e que poderá servir de modelo, pois acreditamos que uma das maiores virtudes é a de aprendermos com as experiências dos outros, para depois tentarmos implementar os projectos de acordo com a nossa realidade sociocultural.

7.1. A implementação de práticas restaurativas na Bélgica

O processo de implementação e de aplicação de práticas restaurativas na Bélgica teve início nos anos 80, daí que este país seja considerado um dos pioneiros impulsionadores deste modelo de justiça com a criação e aplicação de vários programas ao longo dos anos. Este pioneirismo permite-nos considerá-lo como um dos países europeus mais desenvolvidos, se não mesmo o mais desenvolvido, na mediação de casos relacionados com a delinquência juvenil nos seus diferentes níveis de gravidade criminal e natureza jurídica (Agra & Castro, 2005).

A “mediação penal” foi o primeiro modelo a ser implementado neste país, consistindo num protótipo de intermediação que operava no interior do sistema judicial com a intervenção do Ministério Público, possuindo, apesar disso, um contexto normativo próprio.

O objectivo primordial deste programa é o de atribuir uma resposta mais célere e simples aos casos de criminalidade, um maior respeito às necessidades e interesses da vítima e um restabelecimento da confiança por parte da sociedade em relação ao sistema judicial penal. Implementado em sete distritos judiciais do Tribunal de Recurso de Gent, estimou-se que 71% dos casos tiveram sucesso, contra apenas 18% nos restantes, estando 11% ainda na fase de

avaliação (Agra & Castro, 2005; Aertsen & Peters, 2006).

Após uma fase experimental, a 10 de fevereiro de 1994 o parlamento da Bélgica votou uma lei que regulamentava o modo como a mediação penal deveria ser processada, dando-se posteriormente a possibilidade de determinados processos/casos serem arquivados pelo Ministério Público. Este preceito foi aplicado de modo a responder de uma forma eficaz e rápida aos crimes cometidos por adultos e aos que possuíam um grau de gravidade menor, cujas punições não excediam os dois anos. Assim, o delegado ou ao Ministério Público tinha a possibilidade de recomendar ao infractor determinadas práticas restaurativas que pudessem substituir a pena (Aertsen, 2006). Este avanço legislativo permitiu que novos poderes fossem atribuídos ao Ministério Público, pois o mesmo passou a seleccionar os delitos que deveriam ser apreciados à luz do referido programa, fazendo com que os “assistentes de mediação” e os “conselheiros de mediação” ficassem sob a alçada daquela entidade pública (Agra & Castro, 2005).

O modo como este programa se processa revela-se, em teoria, simples, pois o Ministério Público, após ter recebido e seleccionado para mediação determinado processo, confere aos técnicos “assistentes de mediação” a responsabilidade de informar as partes sobre a possibilidade de o pleito ser decidido de acordo com este modelo, para que seja consensualmente firmado um acordo entre ambos. O acordo firmado pelas partes, consensual e pacificamente, é informado pelos técnicos mediadores ao Ministério Público de modo a ser-lhe atribuída a devida validade formal e oficial por um magistrado. As partes poderão sempre ser coadjuvadas por um advogado e à vítima atribui-se ainda a possibilidade de representação nos casos em que a mesma não pretende encarar o prevaricador (Agra & Castro, 2005).

Quando se trata de crimes menores, os casos podem ser solucionados ao nível (da entidade) policial, procurando-se assim chegar de forma rápida e sem formalidades a acordos relativos a certas compensações financeiras à vítima. Este mesmo acordo é depois informado ao Ministério Público (Agra & Castro, 2005).

Embora este modelo tenha atingido bons níveis de sucesso no que respeita à obediência que era exercida pelas partes relativamente aos acordos firmados, não se verificava uma grande satisfação de ambas as partes, pois as reuniões foram consideradas verdadeiros “mini-

julgamentos”, nos quais o magistrado se centrava tendencialmente mais no prevaricador, silenciando a vítima, destoando assim da verdadeira génese do conceito de mediação penal.

A “mediação com fins reparadores”, também designada “mediação para reparação”, difere do modelo anterior, pois trata-se de um programa destinado aos transgressores maiores, que praticaram crimes com um maior grau de censurabilidade social contra pessoas, e que já tenham sofrido uma acusação por parte do Ministério Público (Agra & Castro, 2005; Aertson & Peters, 2006).

Este projecto-piloto, que durou sensivelmente três anos, foi convertido, em 1996, num serviço público financiado pelo Ministério da Justiça e alargado a outras regiões do país (Agra & Castro, 2005; Aertson & Peters, 2006).

Ao contrário do que sucede na “mediação penal”, neste modelo a mediação funciona de modo independente do sistema judiciário, apesar das conexões estreitas que existem com os serviços do Ministério Público.

Este processo inicia-se com a avaliação e selecção dos casos que, em conjunto, o Ministério Público e os técnicos mediadores elaboram e julgam ser os adequados à mediação. De seguida, os mesmos contactam as partes envolvidas no pleito, convidando-as a submeterem-se à mediação. As partes, ao aceitarem, reúnem-se com os mediadores, individualmente, para que se faça uma clarificação das circunstâncias ocorridas. Definem-se ainda as necessidades que devem ser tidas em conta pelos mediadores para a resolução do litígio. Esta fase designa-se por pré-mediação restaurativa. Assim, apercebemo-nos de que as partes podem alcançar um pré-acordo ainda antes de se terem confrontado directamente, isto é, antes da realização da primeira reunião.

Tendo-se atingido o objectivo primordial da mediação, o acordo devidamente firmado, o mesmo é direccionado para o Ministério Público que o apensará ao processo original. Não havendo acordo, é feita uma comunicação escrita ao Ministério Público (Agra & Castro, 2005).

A grande vantagem deste modelo reside no facto de existir sempre a possibilidade de se escutar os diferentes sentimentos que cada parte nutre sobre o que se sucedeu – em especial a

vítima, que é a parte mais afectada pela ocorrência -, mesmo que os intervenientes não tenham chegado a acordo (Agra & Castro, 2005).

O último modelo, criado em 2000, e a ser executado designa-se por “iniciativas restaurativas que têm lugar na fase pós-sentencial e em contexto penitenciário” (Agra & Casto, 2005: 103-104). O mesmo define-se como “uma tomada de consciência do preso da necessidade de reparação da vítima” e de consciencializar mais os guardas prisionais (Agra & Casto, 2005: 103-104). Este modelo pauta-se pela promoção de valores humanos e pela consciencialização dos presos sobre a profunda necessidade de restaurar os danos causados à vítima, que participa activamente em todo o processo restaurativo.

7.2. A implementação de práticas restaurativas no Brasil

Ao falarmos de justiça restaurativa não poderíamos deixar de frisar o exemplo do Brasil, por ser um país lusófono e possuir alguma experiência relativamente à implementação deste modelo de justiça. Na verdade, o Brasil reconhece e aplica no seu ordenamento jurídico exemplos de modelos de justiça restaurativa como a arbitragem, a conciliação e a mediação laboral (Bandeira, 2002). Além disso, o Brasil apresenta no seu tecido social problemas semelhantes aos que actualmente se verificam em Angola neste período pós-guerra. No entanto, apesar de constatarmos algumas similaridades entre as duas nações, não nos podemos esquecer de que o nível de desenvolvimento humano e social no Brasil é superior ao registado em Angola.

No entanto, apesar da sua profícua experiência na implementação da justiça restaurativa entre a vítima e o agressor, poucos são os estados que comungam e aplicam este modelo de justiça no seu ordenamento jurídico, sendo apenas adoptados na capital Federal do País, Brasília. Nesta cidade, o modelo de justiça foi adoptado no âmbito do Juizado Especial Criminal. O seu procedimento inicia-se na delegacia policial, a partir do momento em que o delegado e agentes policiais seleccionam os casos susceptíveis de apreciação à luz de medidas restaurativas. De seguida, ao receber o processo, o promotor de justiça elabora o termo circunstanciado de ocorrência¹⁷ e, em conjunto com o juiz, formula uma proposta às partes,

¹⁷ Cf. Lei 9.099/1995 Ordenamento Jurídico Brasileiro.

convidando-as a participar nas assembleias restaurativas.

Havendo uma aceitação das partes desta proposta, dar-se-á início às sessões restaurativas, suspendendo-se o processo “original” até que o acordo final seja fixado entre as partes. Após a homologação do acordo por parte do juiz, o processo será então arquivado.

Na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, a justiça restaurativa é aplicada sob a forma de mediação. O termo circunstanciado de ocorrência é orientado por um grupo especial, que posteriormente o encaminha para seis mediadores que trabalham em conjunto. Estes mediadores entram em contacto com as partes a fim de atingir o consenso restaurativo pretendido. Este procedimento restaurativo assemelha-se bastante ao adoptado em Brasília, tendo o seu início no campo do 1.º Juizado Especial Criminal de Recife (Prudente, s.d.).

A cidade de Porto Alegre, no estado de Rio Grande Sul, foi a primeira a adoptar e a implementar medidas restaurativas no Brasil. O seu procedimento é dividido em duas fases. A primeira fase ocorre antes de o magistrado anuir sobre a sua presença no processo, quando as partes são convidadas a submeter o seu pleito a estas medidas restaurativas. A segunda fase acontece durante o processo, em que a sentença é cumprida pelo delinquente, sendo este auxiliado por uma equipa multidisciplinar que o acompanha desde o momento em que se dá início às sessões/medidas restaurativas. Este processo é profundamente alicerçado em pressupostos como o voluntarismo, a susceptibilidade de se responsabilizar o prevaricador e de se evitar a todo custo uma re-vitimização (Prudente, s.d.).

O “Projeto Justiça para o século XXI” que se iniciou em 2005, na 3ª Vara da Infância e Juventude, criado pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, é constituído por um conjunto de medidas que tem o objectivo primordial de divulgar, promover e aplicar medidas restaurativas para a resolução de delitos. Este projecto tem o patrocínio de ONG’s, escolas, comunidades locais e do Sistema de Justiça da Infância e Juventude. Nos seus três primeiros anos de existência (2005-2008), e de acordo com os dados fornecidos¹⁸, 2.583 pessoas participaram em 380 processos restaurativos ocorridos no Juizado da Infância e da Juventude.

¹⁸ Informações retiradas do site www.justica21.org.br

Além disso, 5.906 pessoas participaram ainda em formações realizadas pela Justiça 21.

Na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, a implementação das medidas de carácter restaurativo divide-se em três fases (Prudente, s.d.).

- I. Preventivo-escolar. Sessões restaurativas em que participam os funcionários das escolas, os professores, os pais e os alunos, com o intuito de solucionar, consensualmente, determinados litígios.
- II. Preventivo-comunidades. Sessões em que participam os membros de uma determinada comunidade. Em conjunto com outros moradores, os membros mais destacados da comunidade examinam as decisões a serem tomadas relativamente aos conflitos entre os vizinhos.
- III. Judicial. Neste caso, o Promotor de justiça e um juiz convidam as partes a submeterem-se à luz das normas restaurativas. Ao aceitarem, e chegando a acordo, será redigido um relatório final, dirigido ao Ministério Público para que um juiz o homologue.

Na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais (Prudente, s.d.), os processos restaurativos ocorrem a nível policial. Este modelo foi aplicado nas diligências realizadas pela 4.^a Delegacia Seccional Leste, cuja jurisdição pertence à 5.^a Delegacia Distrital de Belo Horizonte. Este projeto, designado “Projecto Mediar”, foi implementado em 14 bairros de Belo Horizonte, com o objectivo de resolver pequenos litígios e contravenções como ameaças, conflitos familiares ou entre vizinhos, maus-tratos, lesões corporais, entre outros. O “Projecto Mediar” tem como principal objectivo fomentar a redução e o controlo dos conflitos que ocorrem nas comunidades locais (Prudente, s.d.). Como constatámos, em outras cidades este projecto é implementado de modo informal e voluntário, uma vez que as partes procuram consensualmente resolver o conflito e atingir um acordo satisfatório para ambos.

No final, a convenção é firmada não só pelos intervenientes principais, mas também pelos mediadores do pleito. No entanto, existe ainda a possibilidade de desistência das partes, a qualquer momento, e de ter de se conduzir legalmente o processo nos tribunais competentes sobre a matéria. Por fim, convém salientar que a participação neste processo restaurativo não está apenas circunscrita às entidades policiais, pois tal como ocorre noutros ordenamentos, é

permitida a participação activa de vários membros da comunidade.

7.3. Justiça restaurativa em Portugal

A justiça restaurativa chegou a Portugal em setembro de 2014 através de um projeto piloto implementado pela associação Confiar, representante portuguesa da organização não-governamental Prison Fellowship International. A IPSS Confiar junta vítimas de assaltos e os culpados desses crimes para conversarem ao longo de oito sessões acompanhadas por especialistas altamente preparados. O objetivo é que ambas as partes tomem noção dos diferentes resultados de uma ação. Durante as sessões, os agressores e as vítimas são colocados frente a frente para entender o conceito de delito – afinal, o que é considerado delito? -, para que o delinquente tome consciência das suas ações. Em última instância, poderá, inclusive, pedir desculpa à vítima, abrindo mesmo a porta ao apaziguamento desta. Ou seja, o objetivo da justiça restaurativa é “criar pontes de perdão entre vítimas e agressores”¹⁹, afirma Luís Graça, professor de Ética Social e Profissional no Estabelecimento Prisional do Linhó, vice-presidente da Confiar e responsável pela comunicação desta associação.

No entanto, o conceito de justiça restaurativa advém de outro mais abrangente, que o engloba – a mediação penal. Embora recente, a mediação penal tem mais alguns anos de percurso no país. Segundo Sónia Reis, “Entre nós surgiu pela mão de entidades privadas na década de noventa do século XX. A primeira experiência de mediação com a chancela do Ministério da Justiça teve lugar em 1997 com a criação do Gabinete de Mediação Familiar (GMF) (2), um serviço público promovido pela Direcção-Geral da Administração Extrajudicial (DGAE) do Ministério da Justiça, criado com vista à resolução extrajudicial de situações de conflito parental relativas à regulação, alteração da regulação e incumprimento do exercício das responsabilidades parentais”²⁰.

De acordo com o site da Direcção-Geral da Política de Justiça, “A Mediação Penal foi introduzida no ordenamento jurídico português, através da Lei n.º 21/2007, de 12 de junho. O XVII

¹⁹ Consultado em <http://observador.pt/2014/06/13/justica-restaurativa-uma-catarse-ao-sistema-criminal-tradicional/> a 5 de junho de 2014.

²⁰ A vítima na mediação penal em Portugal consultado em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=50874&idsc=112472&ida=112725 a 4 de abril de 2014.

Governo Constitucional executou assim o disposto no artigo 10.º da Decisão Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho da União Europeia, relativa ao estatuto da vítima em processo penal, que determina que os Estados-Membros se devem esforçar por promover a Mediação, no âmbito de processos de natureza criminal”²¹.

A mediação penal surgiu em Portugal com base numa iniciativa “promovida pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), pela Procuradoria-Geral Distrital do Porto e pelo Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto (DIAP) designada “Projecto do Porto”, prossegue Sónia Reis²². Estas entidades celebraram então um protocolo com o intuito de “desenvolver um projecto de mediação penal no âmbito de inquéritos processuais penais em que fosse possível a aplicação de *mecanismos de diversão e de consenso ao tempo previstos na lei processual penal*. O “Projecto do Porto” teve o seu início a 2 de Novembro de 2004 e, embora em um momento inicial tenha sido restringido aos casos em que fosse aplicável ou o instituto do arquivamento em caso de dispensa de pena (artigo 280.º do Código de Processo Penal — CPP — e artigo 74.º do Código Penal — CP) ou o da suspensão provisória do processo (artigo 281.º CPP), a verdade é que o decorrer da experiência veio a determinar o reconhecimento da mediação penal como um instituto autónomo, independente de outros institutos associados aos meios de diversão e de consenso e dos respectivos pressupostos. No contexto do “Projecto do Porto”, a mediação penal era levada ao conhecimento do denunciado e do queixoso através de uma carta enviada pelo DIAP que, para além de descrever os factos objecto de inquérito, explicava aos destinatários em que consistia e como se processava o processo de mediação penal. Quando houvesse lugar a mediação penal, as sessões tinham lugar em um Gabinete de Mediação Penal, instalado na FDUP (6/7)”²³.

²¹ Consultado em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/gral/mediacao-publica/sistema-de-mediacao7982> a 2 de maio de 2014.

²² A vítima na mediação penal em Portugal consultado em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=50874&idsc=112472&ida=112725 a 4 de abril de 2014.

²³ A vítima na mediação penal em Portugal consultado em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=50874&idsc=112472&ida=112725 a 4 de abril de 2014.

8. Caracterização sócio-cultural de Angola

Dado que o nosso objecto de estudo é a delinquência juvenil, consideramos pertinente caracterizar os musseques, por estes serem os bairros degradados onde reside a maioria destes jovens delinquentes. Devido à sua morfologia, como adiante se verá, os musseques revelam-se verdadeiros antros de criação e formação de futuros delinquentes, sendo estas zonas local de habitação da maior parte da população pobre.

8.1. Os musseques

A expressão “musseque” tem origem etimológica no dialecto angolano quimbundo (“mu seke”, na origem), maioritariamente falado no Sul de Angola. Significando em Português “areia vermelha”, o vocábulo “musseque” adveio do facto de, no auge do seu desenvolvimento, as barrocas²⁴ e as casas de palha ilegalmente construídas nas áreas suburbanas ocuparem zonas em que a areia possuía uma tonalidade vermelho ocre (seke).

No início da década de 60 do século XX o surgimento das primeiras indústrias, associado ao desenvolvimento da construção civil, gerou um êxodo das populações rurais mais carenciadas para os subúrbios das principais capitais de província angolanas em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Assim, os subúrbios passaram a ser habitados pelos colonizados – os não assimilados -, ou seja, cidadãos assalariados, com baixos rendimentos, fonte de mão-de-obra barata e desqualificada. Estas zonas tornaram-se ainda redutos dos marginalizados e dos marginais, sendo os musseques desenvolvidos à margem do processo evolutivo urbano.

8.1.1. Descrição de um musseque

Poderemos definir musseque como um bairro fechado sobre si próprio, sem pavimentação ou qualquer género de ordenamento ou planeamento urbanístico, envolvendo um entrecruzamento de ruas, ruelas e corredores desalinhados ao longo dos quais, em muitos casos, apenas é possível transitar uma pessoa de cada vez. O acesso dos veículos não é possível em

²⁴ Montes de terra ou de barro.

muitos locais.

Os espaços de passagem acima referenciados são delimitados pelas construções habitacionais, vedações precárias, frequentemente construídas a partir de matérias recolhidas no lixo ou dos restos encontrados em obras de construção civil.

A morfologia dos musseques fomenta, pois, o cometimento de todo o tipo de delitos. Podemos assim considerar os musseques como sendo o berço, ou mesmo a “fábrica”, da maior parte dos jovens delinquentes em Angola.

A falta de privacidade nos imóveis que constituem os musseques, o contacto frio e directo sem qualquer tipo de regras e pudor entre os membros das diferentes famílias, os seus maus hábitos, assim como os seus costumes, favorecem a aquisição e a interiorização de influências negativas e prejudiciais ao crescimento sadio da personalidade de uma criança/adolescente.

8.1.2. Os novos musseques

A destruição causada pela guerra civil, bem como as demolições de algumas zonas urbanas e suburbanas precárias que careciam de requalificação, tem fomentado uma significativa desarmonia arquitectónica nas urbes, gerando um crescimento desordenado e descontrolado com total desrespeito pelas regras urbanísticas. Esta situação torna-se ainda mais gravosa na medida em que a aplicação das políticas de desenvolvimento e urbanização se revela bastante demorada.

Os imóveis que compõem um musseque são habitações precárias, construídas com adobe, frequentemente sem alicerces ou mesmo fundações. Outras são barracas ou tendas improvisadas que servem de refúgio. Normalmente são construídas à beira da estrada, desajustadas aos terrenos em que estão implantadas. Dadas estas condições, na época das chuvas torrenciais as enxurradas destroem esses imóveis, deixando famílias inteiras desalojadas.

De salientar que os esgotos dos musseques se encontram a céu aberto. A inexistência de redes de abastecimento de água potável, de electricidade, de recolha de lixo e de distribuição

das águas pluviais é uma ameaça constante à saúde pública, fomentando doenças como a malária, a tuberculose ou a hepatite. Por consequência, a taxa de mortalidade infantil é bastante elevada. Esta realidade, no seu todo, condiciona totalmente o desenvolvimento dos habitantes destas zonas precárias, conduzindo-os invariavelmente para níveis de pobreza extrema. no entanto, temos de reconhecer as constantes iniciativas do governo de Angola em prol da atribuição de moradias condignas aos habitantes.

9. A poligamia

Nos últimos anos, em Angola, vem-se debatendo mais amiúde a poligamia e suas implicações sociais, nomeadamente no que respeita ao aumento da criminalidade juvenil. No entanto, antes de abordarmos o tema mais a fundo, impõe-se a definição do conceito. Segundo Eva Maria Lakatos, “a Poligamia refere-se ao casamento do homem ou da mulher com dois ou mais cônjuges” (Lakatos: 173). Esta forma de matrimónio assume três vertentes distintas: a poliginia, ou seja, o casamento de um homem com duas ou mais mulheres em simultâneo, sendo esta a situação mais comum; a poliandria, isto é, o casamento de uma mulher com dois ou mais homens em simultâneo, constituindo este um cenário mais raro; e a poligamia grupal, que configura uma “união marital de vários homens e várias mulheres, o mais raro de todos (nativos das ilhas Marquesas; os Toda, da Índia)”, refere a investigadora (Lakatos:173). Portanto, a poligamia, para ser entendida como tal, envolve obrigatoriamente o casamento entre pessoas de sexo oposto (em Angola, a poliginia predomina quase exclusivamente).

No entanto, de acordo com o site da Fundação António Agostinho Neto (FAAN)²⁵, este regime legal “aponta-se muitas vezes, para legitimar o adultério travestido de poligamia, o êxodo para aglomerados urbanos, particularmente em consequência da guerra que transportou consigo costumes rurais para as cidades e vilas angolanas. É um argumento falacioso. O que acontece nas cidades é que os homens têm, para além da esposa, uma ou mais amantes, tratando-se portanto de uma relação de infidelidade e sem aceitação social”.

²⁵ FAAN consultado em

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=359:poligamia-ou-adulteiro&catid=77:2010 a 2 de fevereiro de 2014.

Com efeito, segundo o mesmo site²⁶, com base em declarações da socióloga Fátima Viegas, no que diz respeito à poligamia registada nos meios urbanos “a lei não obriga a casar ou a registar a união de facto (monogamia), nem pune a poligamia. Logo, os cidadãos angolanos tomam as suas decisões e constroem as suas trajectórias familiares pelo livre arbítrio e em função da moral religiosa que preferem seguir. Paralelamente aos dois sistemas, vivemos uma realidade híbrida, caracterizada pela combinação, mais ou menos velada, de um casamento de acordo com o regime legal, supostamente monogâmico, com outra união (ou outras uniões) conjugais” (...).

A antiga ministra da Justiça angolana, Dr^a Guilhermina Prata, partilha desta opinião, sublinhando que a poligamia viola dois valores-chave, refere o site da Fundação António Agostinho Neto²⁷: “Em primeiro lugar, o princípio monogâmico, regra milenar absoluta erigida como um bem jurídico digno de tutela penal, sendo que o anteprojecto do Código Penal de Angola previa o crime de bigamia no seu artigo 221º. Em segundo lugar, o casamento poligâmico põe flagrantemente em causa o princípio da igualdade dos cônjuges reconhecido na nossa Constituição, nos artigos 35º e 23º. A desigualdade encontra-se enraizada em toda a relação familiar, que repousa numa forma de organização conjugal fundada no poder marital e na inferioridade da mulher”.

Por outro lado, as melhorias verificadas nas vias de acesso no país, que permitem uma maior capacidade de deslocação pelo território, reflectem hoje a tendência para os homens polígamos terem mulheres e famílias em diferentes províncias, cidades ou bairros, sendo agora menos frequentes as situações em que os diversos agregados familiares vivem no mesmo espaço ou em residências contíguas. Esta realidade traduz-se, portanto, no isolamento dessas famílias, que frequentemente não chegam a conhecer-se. A ausência quase permanente do pai implica ainda um menor acompanhamento escolar, social e económico dos filhos, mais sujeitos a cair facilmente na delinquência.

²⁶ Consultado em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=359:poligamia-ou-adulteiro&catid=77:2010 a 5 de março de 2014.

²⁷ Consultado em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=359:poligamia-ou-adulteiro&catid=77:2010 a 5 de março de 2014.

No entanto, sendo um problema sócio-cultural, a poligamia vem sendo perpetuada quer pelo homem quer pela mulher. Para Mila Malavoloneke²⁸, “a poligamia não depende apenas do homem, afinal quando um não quer, dois não fazem”, em especial num tempo em que a mulher angolana se encontra em processo de emancipação, ocupando alguns cargos de relevo e empregos bem remunerados, nem sempre encontrando-se economicamente dependente da figura masculina.

10. Violência doméstica

A violência doméstica constitui um grave problema em Angola, com vastas implicações sociais, educacionais, económicas e psicológicas. Na verdade, e como teremos oportunidade de verificar mais adiante, as situações de violência doméstica e maus-tratos no seio da família conduzem frequentemente ao abandono dos menores da casa dos pais ou dos tios, tornando-os especialmente vulneráveis à influência de terceiros já pertencentes ao mundo da delinquência. Além disso, a necessidade premente de sobreviver torna o ingresso destes no mundo do crime uma solução fácil para a satisfação das suas necessidades imediatas.

No entanto, antes de dissertarmos sobre este tema impõe-se a definição do conceito. Assim, segundo a Lei nº25/11, “entende-se por violência doméstica, toda a acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana no âmbito das relações previstas” e assinaladas no artigo 2º do mesmo diploma legal.

As relações em causa, assinaladas no Artigo 2º da lei acima indicada, “aplicam-se aos factos ocorridos no seio familiar ou noutro que, por razões de proximidade, afecto, relações naturais e de educação, tenham lugar, em especial (...) nos infantários (...), nos asilos para idosos (...), nos hospitais (...), nas escolas (...), nos internatos femininos ou masculinos (...), nos espaços equiparados de relevante interesse comunitário ou social”. O Artigo 3º classifica a violência doméstica em violência sexual, violência patrimonial, violência psicológica, violência

²⁸ Consultado em http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=19269:poligamia-angola-tem-poucos-homens-para-tantas-mulheres-mila-malavoloneke&catid=17&Itemid=1067&lang=pt a 10 de janeiro de 2014.

verbal, violência física e abandono familiar.

10.1. Principais causas da violência doméstica

Em Angola, são vários os factores que presidem ao fenómeno da violência doméstica: a pobreza; a falta de diálogo no seio familiar; o consumo de álcool e de drogas, que frequentemente provém da violência doméstica ou nela resulta; e a violência transferida pelos ex-combatentes para o seio familiar, frequentemente num quadro de stress pós-traumático, associado a importantes dificuldades de integração na sociedade do pós-guerra.

Com efeito, segundo Meitjes (2002:4), citado por Gabriela das Dores Tyimboto²⁹, “a evidência confirma que a violência de género que as mulheres vivem em tempos de guerra aumenta quando o conflito termina”. Com efeito, a realidade do conflito bélico era a única que muitos antigos combatentes conheciam. Ora, encontrando-se o país pacificado há apenas 13 anos, e dadas as profundas sequelas sociais, psicológicas e económicas resultantes da guerra, ainda bem patentes na sociedade angolana, facilmente podemos observá-las sob a forma de violência doméstica.

Avelino Walile (2012) acrescenta outras razões para fenómeno, quase endémico na sociedade angolana: “a desagregação da família tradicional, desestruturação socioeconómica das famílias, a desorientação cultural e axiológica - deturpação da escala de valores”, factores que diz serem “consequência do conflito armado que o país viveu durante cerca de três décadas”. O investigador identifica ainda “outros factores resultantes da dinâmica social como, a modernização da vida social, a emancipação da mulher - sua promoção social e profissional - a influência dos meios de comunicação social e o intercâmbio cultural com vários povos de outras culturas, e ainda outros, como os desajustes de carácter educacional que afecta o pensar e o carácter das novas gerações”.

Ciente do problema, o Estado angolano parece estar investido na criação de mecanismos tendentes à sua atenuação. Aliás, segundo o Jornal de Angola³⁰, “todos os dias decorrem em

²⁹ Consultado em <http://br.monografias.com/trabalhos3/violencia-domestica-angola-implicacoes-aprendizagem/violencia-domestica-angola-implicacoes-aprendizagem.shtml> a 4 de janeiro de 2014.

³⁰ Consultado em <http://paginaglobal.blogspot.pt/2013/07/angola-violencia-domestica.html> a 4 de janeiro de 2014.

Angola acções que visam mobilizar as comunidades contra a violência doméstica. (...) .

No entanto, a eficácia destas acções poderá colocar-se em causa, dada a escassez de meios financeiros, técnicos e humanos, não obstante o Artigo 9º da lei prever o “surgimento de instâncias vocacionadas para o aconselhamento familiar com vista a prevenção da violência doméstica”.

Na verdade, as situações de violência doméstica têm aumentado significativamente na última década, bem como a gravidade dos crimes perpetrados nesse contexto – mutilações e homicídios não são raros. Neste sentido, é premente a urgência de se desenvolverem acções tendentes a reduzir a incidência destes actos, bem como a sua gravidade, pelo que o Estado angolano assegura “a formação sobre as questões de género e violência doméstica a profissionais que intervenham no processo sobre a violência doméstica” (Artigo 10º).

A lei prevê ainda várias medidas de protecção à vítima, entre as quais o encaminhamento da “vítima de violência doméstica provisoriamente para um abrigo temporário (...), proibir o contacto entre a vítima e o agente em locais que impliquem diligências na presença de ambos (...), determinar o apoio psicossocial por período não superior a seis meses, salvo se circunstâncias excepcionais impuserem a sua prorrogação (...)”.

Numa lógica de manutenção da harmonia e paz social e familiar, o Artigo 21º da lei prevê a promoção de encontros reconciliatórios entre as vítimas e os agressores, vulgo justiça restaurativa – “Sem prejuízo de outros procedimentos e medidas que tenham sido adoptados, persistindo o conflito, podem ser promovidos, nos termos a regulamentar, encontros entre o agente do crime e a vítima, obtido o consentimento expresso de ambos, garantidas as condições de segurança necessária e a presença de um mediador credenciado para o efeito”.

10.2. A poligamia enquanto responsável indirecto pela delinquência juvenil

Também a poligamia apresenta uma relação de causalidade com a violência doméstica e a marginalidade. De facto, é frequente que as várias mulheres de um homem maltratem os filhos deste (em especial nas relações madrastra/enteado). Não raras vezes, estas situações traduzem-se na fuga de casa dos menores, que vão viver para a rua ou com amigos. Para muitas

dessas crianças e adolescentes, esse momento marca o seu ingresso no mundo do crime e da marginalidade.

Também as frequentes acusações de feitiçaria dirigidas a crianças e adolescentes, em particular pertencentes ao grupo étnico Bakongo³¹, se encontram na origem da marginalidade. Embora recente, este fenómeno resulta em grande parte da desestruturação familiar causada pela guerra. Sono, sonambulismo ou doenças como a epilepsia estão muitas vezes na base da acusação, por parte da família ou dos vizinhos, de as crianças exercerem poder sobre forças sobrenaturais com o intuito de trazer pouca sorte à própria família. Segundo Luena Nunes Pereira (2008), estas crianças “situam-se, na maior parte das vezes, na faixa etária entre 8 e 13 anos, não sendo incomum a acusação a crianças muito pequenas, inclusive bebês”.

A investigadora refere ainda que “a grande maioria das crianças acusadas são órfãs de um dos pais ou ambos, ou filhos de pais separados, sendo acolhidas por parentes como tios ou avós, ou vivem com padrastos ou madrastas que muito frequentemente são os responsáveis pelas acusações (...)” de feitiçaria.

Estas acusações de feitiçaria resultam, em grande medida, do facto de famílias numerosas, na maioria das vezes praticamente sem meios de subsistência, se verem na obrigação de receber crianças órfãs devido ao HIV-SIDA, à guerra ou a migrações. Estas acusações de feitiçaria e consequente expulsão de casa das crianças/adolescentes em causa poderá constituir, em muitos casos, uma forma de a família extensa (que também é de acolhimento) se desresponsabilizar por mais uma boca para alimentar.

³¹ Predominante no norte de Angola.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

1. Introdução

De acordo com a observação elaborada durante o trabalho de campo, e analisando a estrutura de um musseque, bem como a sua morfologia e o género de famílias que coabitam nestas áreas suburbanas e periféricas, salientamos o facto de a maioria dos jovens delinquentes serem oriundos destes meios. Sublinhamos ainda o facto de a grande maioria dos indivíduos que habitam nos musseques serem analfabetos ou pouco instruídos.

Os estabelecimentos de ensino localizados nas proximidades destas áreas habitacionais encontram-se, na sua maioria, votados ao abandono e à degradação, desmerecendo qualquer tipo de atenção por parte do Ministério da Educação. Nas diferentes províncias onde o trabalho de campo decorreu tivemos oportunidade de ver escolas totalmente destruídas, sem condições mínimas de saneamento ou funcionamento. Apesar disso, estes estabelecimentos de ensino laboram durante todo o ano lectivo, com grandes dificuldades logísticas. Dado que a electricidade raramente chega a estas zonas, a luz do dia é aproveitada da melhor forma. No entanto, uma vez que as escolas funcionam igualmente no período nocturno, a escassez de luz nas salas de aula desmotiva muitos jovens a frequentar o sistema de ensino. Além disso, são regulares os casos de jovens obrigados pela família a não frequentar o sistema de ensino, na medida em que o regresso da escola a horas tardias põe em causa a sua integridade física – e até mesmo a sua vida - o que, em última instância, podemos considerar praticamente um acto de heroísmo.

De salientar que as greves gerais dos docentes são uma constante em Angola, tendo por base a exigência de melhores salários e condições de trabalho. Por outro lado, na estação pluvial é frequente a interrupção das aulas por falta de alunos ou de professores devido às fortes chuvas, que geram cheias, tornando intransitáveis as vias de acesso. Além disso, os estabelecimentos de ensino não apresentam condições mínimas que os protejam dos fenómenos naturais.

Infelizmente, o sistema de ensino público em Angola é bastante precário, em contraste com o sistema privado, cada vez mais desenvolvido, mas inacessível para o angolano médio, uma vez que as propinas cobradas pelas escolas privadas cobram são demasiado elevadas.

No seio das próprias famílias existe uma forte descrença relativamente à possibilidade

de um dos seus membros evoluir em termos académicos e, inclusive, formar-se. Na verdade, sendo as propinas bastante onerosas, a frequência do ensino superior está totalmente inacessível à esmagadora maioria das famílias, sem quaisquer posses financeiras. Muitos são os pais e filhos (muitos deles menores) desempregados e analfabetos que se dedicam à venda ambulante nas ruas das principais cidades de Angola ou nos mercados a céu aberto a que chamamos "praça".

Outros são os que se dedicam à lavagem de carros nas ruas, ao controlo de viaturas ou ao carregamento de mercadorias mais pesadas, que determinados transeuntes não conseguem transportar por si.

Muitos são os casos de jovens do sexo masculino que sobrevivem diariamente da mendicância e da boa vontade de alguns cidadãos. Vivem na rua, ao relento. Muitos estão inseridos em gangues que cometem os delitos mais hediondos, que muitas vezes não são transmitidos pelos órgãos de comunicação social para não alarmar a população. Quanto aos jovens do sexo feminino, os casos de delitos cometidos por este género não são tão evidentes, uma vez que as raparigas encontram outras alternativas para garantir a sua subsistência, como a prostituição. Por esta razão, decidimos seleccionar apenas indivíduos do sexo masculino para a nossa amostra. Só a polícia detém os dados, nomeadamente estatísticos, relativos a estes acontecimentos.

Durante o processo de trabalho e pesquisa de campo solicitaram-se várias entrevistas a directores de estabelecimentos de ensino e a docentes. As mesmas foram recusadas, tendo estes profissionais alegado não possuir autorização das entidades superiores - neste caso, o Ministro da Educação ou o delegado provincial da educação - para conceder entrevistas, uma vez que as suas declarações seriam susceptíveis de manchar "o bom nome" das instituições de ensino em causa e deturpar o progresso verificado no sistema de ensino durante os anos mais recentes. Até à finalização desta dissertação não obtivemos resposta do Ministério da Educação ou das Delegações provinciais relativamente às solicitações das autorizações exigidas pelos funcionários da educação para que as entrevistas fossem concedidas.

Havendo necessidade de enriquecer o trabalho com informações policiais credíveis, que garantissem um maior rigor ao nosso trabalho, recorreremos às entidades policiais e judiciais, que

se recusaram a prestar declarações tanto oficialmente como a título meramente informativo, alegando que as informações solicitadas comprometeriam a segurança do estado e dos cidadãos.

2. Sujeitos

As entrevistas durante o trabalho de campo foram realizadas a nove sujeitos do sexo masculino, delinquentes juvenis, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, oriundos de bairros sociais degradados (musseques), localizados nas áreas suburbanas das principais províncias de Angola: Cabinda, Benguela e Luanda.

Estes jovens, alguns deles ex-presidiários, pertencem a famílias disfuncionais e foram vítimas de abusos, maus-tratos e violência doméstica. Assim, a partir das entrevistas, pretendemos verificar se as situações traumáticas ocorridas no passado, no meio em que estavam inseridos, influenciaram negativamente os seus percursos de vida, conduzindo-os à marginalidade.

Quadro 8 - Caracterização dos sujeitos

Entrevistados	Perfil dos Entrevistados		
Nº	Idade	Zona	Descrição geral
1	21	Luanda	Cresceu com os pais. O pai faleceu (era pastor na igreja) e a mãe não trabalha. Os pais fizeram a 4ª ou classe. O entrevistado estudou até à 10ª classe. Já presenciou muitos atos de delinquência. Jovem delinquente. Não quis revelar mais sobre a sua vida, receando que o entrevistador pertencesse à segurança.
2	19	Cabinda	Jovem que sofreu maus-tratos, de uma família desestruturada de classe media-baixa. Foi delinquente, mas deixou a marginalidade, optando agora por trabalhar e estudar.
3	21	Luanda	O entrevistado fez parte de um gangue que comete vários crimes. Não se percebe se ainda faz parte do <i>gang</i> ou já não, pois umas vezes fala no presente, outras no passado. No entanto, a conclusão que se tira é que quer dar a entender que já não pratica esses atos, quando tal não é verdade.

Quadro 9 - Caracterização dos sujeitos

Entrevistados	Perfil dos Entrevistados		
Nº	Idade	Zona	Descrição geral
4	17	Luanda	O entrevistado cresceu com os pais e foi vítima de maus-tratos. Saiu de casa e foi viver com um amigo. Afirma primeiramente que já tem uma vida normal e que a vida de crime pertence ao passado. No entanto, no decorrer da entrevista contradiz-se ao afirmar que continua a praticar esses crimes.
5	19	Cabinda	O entrevistado saiu de casa dos pais, pois estes não trabalhavam e foi viver com os tios. Cresceu num ambiente de delinquência. Afirma ter sofrido maus-tratos da tia, que o acusava de roubá-la e lhe tentava incutir algumas regras. A designação de “maus-tratos” é, portanto, discutível. Contradiz-se ao dizer que gosta da vida que tem, mas afirma querer mudar, embora não aponte razões para tal.
6	18	Luanda	Cresceu num internato, onde foi levado pela tia. Queixa-se de maus-tratos e de normas rígidas que se não fossem cumpridas, seriam aplicados castigos. Gostaria de mudar de vida, classifica a vida que leva como o “caminho do Diabo”.
7	18	Luanda	Cresceu com os pais, agora vive sozinho. Queixa-se dos maus-tratos da polícia e afirma que gostaria de ter uma vida normal (estudar e ter outra ocupação), o que só conseguirá se tiver um emprego.
8	17	Benguela	Cresceu com os pais analfabetos e depois foi viver com a tia que o expulsou de casa aos 12 anos e que acusa de o maltratar. Afirma que vive na miséria (em contentores), no meio de bandidos. Nunca encontrou ajuda para sair daquela vida.
9	16	Cabinda	Cresceu com os pais e actualmente vive com a avó materna. Antes viveu com a madrastra, que o maltratou. Sonha em constituir a sua própria família, mas questiona se acontecerá o mesmo aos seus filhos, isto é, serem maltratados por uma madrastra. Gostaria de aprender uma profissão e mudar de vida.

3. Metodologia

3.1. Introdução

Neste estudo optámos por utilizar uma metodologia qualitativa, dadas as características dos sujeitos constantes da amostra, constituída por nove delinquentes provenientes de um universo muito vasto. Não sendo esta amostra representativa do universo em estudo, a presente investigação possui apenas validade interna, já que os resultados não poderão ser extrapolados para outras situações similares.

Assim, elegemos o método etnográfico para a realização do estudo empírico, pois em sentido amplo este implica a utilização da técnica da observação participante, centrando o investigador a sua atenção no ambiente natural. Desta forma, poderemos afirmar que a postura do investigador foi a de pseudo-indígena (Bogdan & Biklen, 1994:125), pois, apesar de este se ter “infiltrado” no seio das várias comunidades de delinquentes juvenis, não perdeu de vista o seu objectivo inicial.

Na verdade, este método implicou a criação de um clima de empatia e confiança, indispensáveis à realização das entrevistas. No entanto, ficaram muitas vezes vestígios de desconfiança dada a natureza e estilo de vida dos sujeitos entrevistados.

3.2. Instrumentos

No âmbito da metodologia qualitativa que utilizámos pareceu-nos pertinente realizar entrevistas semi-directivas aos sujeitos que iriam permitir um certo grau de liberdade nas respostas. Assim, foi elaborado um guião de entrevista (Anexo 1), tendo como principal objectivo caracterizar o estilo de vida dos indivíduos, descobrir as causas da vida de delinquência que os mesmos levam, bem como a relação existente com os maus-tratos a que foram sujeitos, a gestão familiar e o meio envolvente, em consonância com as três hipóteses anteriormente formuladas.

Foi ainda criado um guião para as entrevistas a realizar a directores de instituições escolares, que não foi possível efetuar por motivos alheios à nossa vontade, tendo estas entidades declinado os nossos pedidos de entrevista (Anexo 2).

Houve ainda necessidade de colmatar a falta de informação ou informação fragmentada com notas do trabalho de campo. Estas são de natureza descritiva (aparência dos sujeitos, espaço físico, actividades, comportamento do observador) e reflexiva, parte mais subjectiva do trabalho de campo na qual se registam problemas, ideias, palpites, impressões, etc. que se tornam extremamente úteis na análise e, sobretudo, na discussão dos resultados.

3.3. Procedimentos

O nosso trabalho de campo teve início em Luanda, no Largo da Mutamba, no dia 17 de setembro de 2013, com observações e pesquisas permanentes nos locais onde, segundo informações que nos foram cedidas por agentes policiais, ocorriam alguns dos casos mais sonantes de delitos criminais perpetrados por menores delinquentes.

Deste modo, pudemos estudar no terreno as melhores técnicas que facilitassem a integração do investigador nos grupos de jovens/menores delinquentes passíveis de interessar à pesquisa.

A primeira abordagem no terreno serviu de mote para as restantes pesquisas e entrevistas efetuadas noutros locais fulcrais. Essa primeira abordagem aconteceu no dia 23 de setembro de 2013, aquando da demonstração do nosso interesse acerca de algumas obras-de-arte urbanas, neste caso graffitis, que proliferavam na zona onde jovens delinquentes se concentravam durante o dia para elaborar pequenos trabalhos, biscates que lhe garantem um ganha-pão honesto. Sendo o próprio investigador um coleccionador de arte, e estando em vias de criar um movimento artístico em Angola, a abordagem surgiu no intuito de conhecer os artistas responsáveis pelas obras expostas em murais, de modo a que pudessem ser recrutados para o movimento artístico.

Assim, infiltrámo-nos delicadamente e criámos laços sociais que nos permitiram uma rápida inserção no seio do grupo, evitando que o investigador fosse encarado como um elemento estranho. Desta forma, anularam-se quaisquer tipos de desconfianças que impedissem ou inviabilizassem as entrevistas.

Numa primeira fase, o trabalho de pesquisa de campo cingiu-se ao conhecimento

travado com alguns membros do “gang da Mutamba” no que concerne à sua história de vida, bem como à troca de impressões sobre as artes plásticas urbanas e às possibilidades que as mesmas ofereciam enquanto forma de mudar as suas vidas para melhor.

A intenção primordial deste período temporal, que durou sensivelmente três meses, foi adquirir a confiança dos membros do grupo, de forma a que pudessem ser o mais sinceros possível aquando da elaboração das entrevistas.

Numa segunda fase, após termos adquirido a confiança dos membros do grupo, revelámos a nossa intenção académica, que requeria a realização de entrevistas com alguns elementos dispostos a revelar o seu historial no mundo do crime.

De salientar que a predisposição demonstrada por alguns membros menos sépticos foi imediata. De facto, ao longo dos meses havíamos conquistado confiança suficiente por parte destes elementos para que pudessem desabafar sobre o modo de vida errante que levavam. Aliás, revelaram mesmo ensejo de ajudar na elaboração deste trabalho.

3.3.1. Dificuldades encontradas

No entanto, no que tange à elaboração e à concretização do trabalho de campo, salientam-se as seguintes dificuldades. Apesar de termos conquistado a confiança de alguns membros de grupos de jovens delinquentes, alguns indivíduos recusaram-se a conceder-nos entrevistas, pois desconfiavam das nossas intenções. Julgavam que fôssemos polícias disfarçados em busca de criminosos, ou mesmo jornalistas que transmitiriam aos respetivos órgãos de comunicação social as informações recolhidas. Esta desconfiança tinha efectivamente fundamento, pois não seria a primeira vez que alguém alegadamente pleno de boas intenções quisesse prejudicá-los, piorando a sua condição de vida. Previsivelmente, muitos foram os jovens delinquentes que se recusaram a falar connosco sobre as suas vidas.

Devido à situação acima relatada, em alguns casos fomos obrigados a adiar as entrevistas com membros importantes dos grupos de delinquentes e, noutros, a cancelá-las. Todavia, sendo muitos dos elementos entrevistados toxicodependentes e/ou alcoólicos, eram frequentes aqueles que se encontravam sob o efeito destas substâncias durante as entrevistas

concedidas, o que se traduziu na incoerência dos seus discursos e explicações quanto ao seu modo de vida.

A pesquisa de campo e as entrevistas foram interrompidas por diversas vezes, na medida em que a acção policial poderia colocar em risco a vida e a reputação do investigador, que se encontrava inserido num meio pouco recomendável, podendo ser confundido com um criminoso e detido pelas autoridades policiais.

Finalmente, algumas entrevistas ficaram a meio, ou por se realizar, pois no dia e hora marcados para a sua concretização o investigador deparava-se com o facto de o entrevistado ter sido detido pelas autoridades policiais horas ou dias antes do encontro.

4. Análise dos resultados

4.1. Introdução

Antes de iniciarmos a análise dos resultados, será importante referir que as respostas individuais dos sujeitos às perguntas colocadas na entrevista revelam não só a sua postura, as suas vivências, mas também a do grupo em que estão inseridos. Ou seja, por razões de vária ordem, que adiante abordaremos, os entrevistados revelam apenas parcialmente o seu modo de vida, pelo que as diferentes respostas devem ser vistas como peças de um vasto puzzle que a nossa análise pretende organizar. Pretendemos deste modo clarificar as razões que levaram à obtenção de baixas frequências de alguns indicadores.

De salientar ainda que, relativamente ao nível de escolaridade dos entrevistados, este não foi confirmado, pelo que apenas temos a informação prestada por eles. Fica assim, a dúvida quanto à veracidade das declarações prestadas.

Apesar da informação fragmentada que revelaram ao longo das entrevistas, alguns indivíduos confessaram sentir-se mais aliviados após a entrevista, pois pela primeira vez tiveram oportunidade de falar abertamente sobre a sua condição de vida.

4.2. Infância / adolescência dos entrevistados

4.2.1. Caracterização do ambiente familiar

De notar que alguns entrevistados viveram primeiro com os pais e depois com tios, amigos, irmãos, etc. Esta sequência de diferentes locais de habitação deve-se ao falecimento de um ou dos dois progenitores ou ao clima familiar insustentável que conduziu os entrevistados a abandonar o lar.

Optámos por associar a subcategoria *Maus-tratos* aos familiares com quem os entrevistados coabitaram na infância e/ou adolescência para proporcionar uma leitura mais clara da relação existente entre estes comportamentos e os referidos familiares que foram, na generalidade, referidos como os perpetradores dos mesmos. No entanto, na categoria 4.2.2. *Actos de delinquência sofridos* este assunto será analisado em pormenor.

Apesar de alguns entrevistados afirmarem ser vítimas de maus-tratos, no decorrer da entrevista apercebemo-nos de que algumas situações descritas não se configuram como tal. De facto, nestes casos trata-se apenas da imposição de regras por parte dos familiares que estes jovens se recusam a cumprir.

Afigura-se-nos, assim, que em alguns casos os alegados *Maus-tratos* são uma tentativa de impor alguma ordem e dar educação aos menores, pois as situações descritas ocorreram quando os entrevistados eram menores. No entanto, muitas vezes estas intenções educativas na prática não teriam sido implementadas da melhor forma, devido, porventura, a questões de ordem cultural e à falta de instrução por parte destes familiares.

A figura da madrasta surge três vezes associada a situações de maus-tratos. Alguns entrevistados referem-se mesmo à discriminação que esta fazia entre eles e os seus filhos. Por outro lado, referem também a influência perniciosa que esta tinha junto do pai, manipulando as situações. Tal situação poderá estar relacionada com a poligamia, prática cultural ancestral e consignada no direito costumeiro em Angola.

Quadro 10 - Caracterização do ambiente familiar

Indicadores		Entrevistados								
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Cresceu num internato							X			
Cresceu com os pais		X		X	X	X		X	X	X
Cresceu com o pai e a madrasta			X							X
A mãe faleceu		X								X
O pai e mãe faleceram		X					X		X	
Maus-tratos ↓	Até aos 12 anos					X	X			
	Até aos 14/15 anos	X	X							X
	Até aos 17 anos							X		
	Até aos 18 anos			X						
	Viver com o pai e a madrasta	X								X ³²
	Viver com os tios	X				X	X ³³			
	Agressões físicas, insultos	X	X		X					X
	Viver com os tios / tia	X		X					X	
Sentia-se...	Muito mal, sentia-se triste	X		X	X		X	X		
	Sozinho no mundo			X						
	Com falta de carinho			X						
	Com desejo de vingança			X						
	Um estranho, um visitante		X							

Quadro 11- Caracterização do ambiente familiar (continuação)

Indicadores		Entrevistados								
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Ajuda	Deveria ter sido mais informado	X								
	Junto de familiares			X						
	Fugia para casa da mãe		X							
	Amigos e vizinhos apoiavam		X		X					
	Não procurou – conformou-se com a situação	X	X							
	Ninguém o ajudou						X	X	X ³⁴	X
Irmãos	Um estuda na faculdade e outro trabalha	X								

³² Quando maltratado, este entrevistado lembrava-se da mãe, já falecida. Preocupa-se com o facto de, no futuro, quando constituir família, que os seus filhos também sejam maltratados por uma madrasta.

³³ O entrevistado diz que sofria maus tratos, mas o que considera maus tratos efetivamente não o são – “não poderia sair, não poderia estar com os cambas, sempre que voltava em casa era um grito. Se eu não fizesse nada em casa era um caso”.

³⁴ Os tios achavam que era bruxo, feiticeiro.

4.2.2. Caracterização sócio-económica do agregado familiar

Como se verifica no quadro seguinte, apesar de constataremos alguns casos de frequência do ensino secundário e superior, tal não impediu estes jovens de cair na delinquência. Nota-se também que quando os jovens saem de casa dos pais e vão viver com os tios, estes apresentam um nível sócio-económico superior ao dos seus pais. No entanto, como constatámos na análise da categoria anterior, verificam-se inúmeros conflitos quanto ao reconhecimento da autoridade destes familiares.

Quadro 12 - Caracterização sócio-económica do agregado familiar

Subcategorias	Indicadores		Entrevistados								
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Habilitações / profissões do agregado familiar	Pai	Pastor na igreja	X								
		Nível de escolaridade desconhecido							X		
		Analfabeto								X	
		Curso médio	X			X					
		Trabalha(va)		X	X	X					X
		Ensino superior (frequência)		X							X
		Não trabalhava					X				
	Mãe	Trabalha(va)			X						X
		Nível de escolaridade desconhecido							X		
		Analfabeta								X	
		Não trabalhava	x				X				
		Ensino superior									X
		Curso médio	x								
		11º ano				X					
		5º ano			X						
	Madrasta	Não trabalha		X							
	Irmãos	Um estuda na faculdade e outro trabalha	X								
	Tios	Trabalhavam					X				
	Tio	Estudou fora					X				
	Tia	Não trabalhava						X			
		Desconhece nível de escolaridade							X		
	Avó materna	Muito velha com dificuldade em sustentá-lo									X

4.3. A vida dos jovens delinquentes na actualidade

Apesar de os entrevistados estarem a referir-se à sua situação presente, demonstram alguma relutância em revelar a verdadeira extensão dos seus actos de delinquência, por desconfiança em relação ao entrevistador. Assim, ao referir algumas destas acções, estes jovens usam o pretérito perfeito como forma de escamotear os traumas do passado.

4.3.1. Escolaridade, habitação e ocupação

Apesar de alguns destes jovens terem uma escolaridade entre o 7º e o 10º anos, acabam por perder a capacidade de escrever e comunicar corretamente, dado estarem há muito tempo fora do sistema educativo - em média cerca de 5-7 anos -, sem oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no contexto escolar. Este facto impossibilita-os de ingressar no mercado de trabalho, dada a exigência de qualificações específicas por parte do mercado laboral.

Note-se que todos os entrevistados abandonaram a casa dos pais - alguns foram daí expulsos devido aos conflitos permanentes, outros fizeram-no voluntariamente, em busca de melhores condições de vida, o que nem sempre conseguem. No entanto, preferem este estilo de vida na media em que possuem mais liberdade, pois vivem sem regras sociais impostas.

De referir ainda que os indicadores *trabalha* e *faz biscates* são sinónimos, pois nenhum destes jovens tem uma actividade profissional estável, limitando-se a aproveitar as oportunidades que surgem.

Quadro 13 - Escolaridade, habitação e ocupação

Subcategorias	Indicadores	Entrevistados								
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Nível de escolaridade do entrevistado	Não indica	X								
	7º ano			X				X		
	8º ano						X		X	
	9º ano									X ³⁵
	10º ano		X		X					
Onde e com quem vive	Saiu de casa ³⁶	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Viveu na rua							X		
	Vive na favela (em contentores)								X	
	Vive com os irmãos					X				
	Vive com amigos	X	X	X	X					
	Vive com a mãe e os irmãos	X								
	Vive com a avó materna									X
	Sozinho				X		X	X		
Ocupação actual	Estuda	X		X		X				
	Trabalha	X					X			
	“Fazer mal às pessoas”							X		
	Faz biscates									X

4.4. Actos de delinquência / maus-tratos

Como se pode verificar no quadro acima, a maioria dos entrevistados cresceu em meios pautados pela violência, tendo presenciado todo o tipo de actos de violência perpetrados pelos progenitores, outros elemntos da família, vizinhos e amigos. O facto de estes jovens estarem inseridos em musseques³⁷, locais de habitação degradados e densamente povoados, propicia todo o tipo de crimes, dada a morfologia destes locais, que gera uma grande promiscuidade, já que as crianças, por exemplo, podem assistir a tudo o que se passa com os vizinhos. Este aspecto terá influenciado negativamente a formação da personalidade das crianças, que crescem julgando que estes comportamentos anti-sociais são normais.

³⁵ O entrevistado pretende ingressar no ensino secundário no presente ano lectivo.

³⁶ Todos os entrevistados saíram de casa quando viviam com os pais, ou os tios ou outros familiares.

³⁷ Ver definição mais alargada de musseque no ponto 8.

Verifica-se assim que estas vivências foram uma espécie de escola do crime, porquanto as crianças, depois adolescentes, irão repetir os comportamentos que observaram ao longo da sua infância e adolescência, conforme se pode constatar nos indicadores *Que presenciou* e *Que praticou*.

Quadro 14 - Atos de delinquência / maus tratos

Subcategorias	Indicadores		Entrevistados								
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Actos de delinquência (inclui violência doméstica)	Que presenciou	Crimes (agressões, lutas entre bandos de que resultaram mortos e feridos)							X		
		Violência (doméstica) entre vizinhos (muitos feridos)			X						X
		Violações				X					
		Violência doméstica entre os pais									X
		Violência doméstica entre o pai e a madrasta		X							
		Muitos actos de violência	X								
		Viu os amigos assassinares alguém			X						
		Viu um amigo ser assassinado			X						
		Vandalismo				X					
Atos de delinquência (inclui violência doméstica)	Que praticou	Roubo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Agressões a transeuntes				X ³⁸		X		X	
		Violência	X			X			X		
		Andar armado							X		
		Violador				X					
		Agressões a raparigas			X						
	De que foi vítima	Actos de delinquência	X								
		Maus tratos da madrasta		X							X
		Discriminação da madrasta em relação aos seus filhos									X
		Agressões físicas							X		X
		Violência psicológica dos filhos da madrasta		X							
		Negligência dos pais							X		
		Maus tratos dos pais							X		
		Maus tratos no internato						X			
		Maus tratos dos tios				X				X	
	Relativamente às suas vítimas	Gostaria de conversar com elas e fazer amizade					X				
		Pediria desculpa pelos actos cometidos sob o efeito de drogas e álcool							X		
		Reconheceria que perdeu a razão									X

³⁸ O entrevistado faz questão de salientar que estes actos resultam de uma necessidade de sobrevivência.

4.5. Prisão

Será de referir que estes jovens estiveram detidos num estabelecimento prisional para adultos, apesar de ainda serem menores, o que terá tornado esta permanência na prisão ainda mais penosa. Assim, quando um dos entrevistados diz ter aprendido muitas regras, na verdade não se trata de educação cívica, mas de uma aprendizagem sobre os meandros do mundo do crime. Desta forma, o sistema judicial não terá contribuído para a recuperação e inserção social destes jovens, sua função primordial.

Quadro 15 - Prisão

Subcategorias	Indicadores		Entrevistados								
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Prisão	Já esteve preso	Horrível / má experiência			X						X
		Lugar de sofrimento e doença							X		
		Não há comida, nem aprendizagem							X		
		Só encontrou bandidos								X	
		Não encontrou ajuda								X	
		6 meses									X
		Três vezes				X				X	
		2 anos							X		
		Aprendeu muitas regras, foi educado						X			
		1 ano e 4 meses						X			
		Espera não voltar						x			

4.6. Vícios

Verifica-se uma estreita relação entre o consumo de álcool e drogas e os delitos criminais. Os entrevistados confessaram que sob o efeito do álcool e da droga ficam mais inspirados para cometer determinado tipo de crimes. Estas substâncias servem simultaneamente para atenuar as dificuldades do seu quotidiano pois, como refere um dos entrevistados, quando o efeito da droga passa “a dor da vida é intensa”.

Quadro 16 - Vícios

Indicadores		Entrevistados								
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Álcool ↓	Sente-se bem	X		X	X			X		
	Levanta-lhe a auto-estima									
	Apetece-lhe espancar as pessoas / torna-se conflituoso			X						X ³⁹
Quando o efeito passa...	Sente-se mais calmo	X								
	Arrepende-se ⁴⁰			X						
	Tem pesadelos			X						
	Sente dores no corpo, vomita									X
Droga ↓	Consome	X		X	X	X	X ⁴¹	X		
	Gostaria de a deixar				X					
	Sente que não é ele				X					
	Sente-se bem								X	
	Sente-se forte							X		
	Divertimento								X	
	Dá uma boa concentração								X	
	Dá coragem para praticar os actos de delinquência								X	
	Fica com vontade de fazer mal às pessoas				X					
Quando o efeito passa...	Sente-se aliviado / mais calmo				X	X				
	Sente-se fraco							X		
	Passa a loucura				X					
	Não faz mal a ninguém				X		X			
	A dor da vida é intensa ⁴²								X	
	Dá-lhe vontade de trabalhar Sente-se muito mal				X					
Tabaco	Fuma			X		X				X

³⁹ O entrevistado confessa que gostaria de deixar de beber para reorganizar a sua vida. No entanto, mais adiante diz que deixará de beber se entrar para o ensino secundário.

⁴⁰ O entrevistado refer que uma vez o efeito do álcool dissipado, arrepende-se e pensa: “não pode ser, acho que foi um clone que fez aquilo”.

⁴¹ O entrevistado confessa que está drogado no momento da entrevista.

⁴² Este entrevistado afirma que só consegue, tal como os seus companheiros de crime, suportar aquela vida estando drogado.

4.7. Opinião dos entrevistados sobre o modo de vida actual e a vida que gostaria de ter

Neste quadro observam-se várias contradições dos entrevistados, que ora dizem que gostam da vida que levam, ora dizem que se sentem “sem vontade de viver”. Quanto a nós trata-se de uma aparente incoerência, pois estes jovens, por um lado, apreciam o tipo de vida que levam, sem regras e limitações impostas pela família; por outro lado, reconhecem as limitações com que vivem, sendo praticamente analfabetos e sem requisitos ou qualificações para entrar no mercado de trabalho. Estas percepções foram recolhidas junto da comunidade em que estes jovens estão inseridos.

Apesar destas contradições, há vários indicadores que revelam o desejo destes jovens em mudar de vida, pelo que indicam alguns sonhos que gostariam de realizar, nomeadamente estudar, ter emprego, ter família, tirar a carta de condução, entre outros. Sobre este assunto consulte-se a categoria 5.3. *Conselhos aos jovens*, na qual estes aspectos se encontram enumerados com maior detalhe.

Quadro 17 - Opinião dos entrevistados sobre o modo de vida actual

Subcategorias	Indicadores	Entrevistados								
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Sobre o modo de vida actual	Gosta da vida que tem	X		X	X	X				X ⁴³
	Vive uma vida normal				X					
	Bom comportamento				X					
	Maus tratos pela polícia				X ⁴⁴			X		X ⁴⁵
	Quer ter outra ocupação	X			X	X	X			X
	Não gosta da vida que tem						X	X	X	X
	Gostaria de aprender uma profissão						X ⁴⁶			
	Gostaria de trabalhar e receber um salário									X
	Gostaria de ter uma vida normal						X ⁴⁷			
	Sem vontade de viver				X					
	Vive no meio de bandidos			X	X				X	
	Esta vida é a única solução			X			X			
	A única solução é entregar-se à igreja			X						
	Quer sair desta vida			X	X	X	X	X	X	X
	Se tiver emprego, deixa esta vida						X			
	Quer estudar						X	X		
	Vive na miséria								X	
	Quer trabalhar na função pública	X								
	Gostaria de ter uma empresa e trabalhar para o governo					X				
	Gostaria de tirar a carta							X		
	Sem vontade de viver				X					
	Sente que deve ajudar quem não tem nada									X
	As pessoas que têm emprego não devem maltratar os outros									X
	Vida triste, horrível			X				X	X	
	Porta-se bem no seu bairro, senão iria sofrer com isso									X
	Já mudou de vida			X	X					

⁴³ O entrevistado diz-se satisfeito com a vida que tem porque se consegue sustentar. No entanto, esta afirmação contrasta com o conselho que dá aos jovens: “isto não é vida”.

⁴⁴ “Sou empurrado, batem-me, metem-me no canguru, algema”. O entrevistado parece dizer que o picam com agulhas e que lhe batem muito. O entrevistado parece dizer que não sente nenhuma dor num dos dedos, “mesmo picando com uma agulha”. Aparentemente, essa lesão terá sido infligida pela polícia.

⁴⁵ O entrevistado afirma que estes maus tratos acontecem porque não tem ninguém que o proteja.

⁴⁶ Sobre este indicador o entrevistado afirma: “agradecer àquela pessoa que teve a paciência e a força de me **obrigar** e de me **exigir** naquele sentido [aprender uma profissão]. Note-se os verbos em destaque que o entrevistado usou e que, na nossa opinião, denotam a percepção de que sem uma forte imposição de regras, não consegue sair daquela vida de delinquência.

⁴⁷ Por vida normal o entrevistado entende: ter casa, família, carro, emprego. Nesse caso deixaria a delinquência.

Quadro 18 - Opinião dos entrevistados sobre o modo de vida actual (continuação)

Indicadores		Entrevistados								
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
O que poderia ter feito para evitar a marginalidade	Gostaria de ter tido uma família exigente									X ⁴⁸
	Ter trabalhado							X		
	Ter estudado							X		
	Ter tido apoio na escola							X		
	Entregar-se ao mundo religioso			X						
	Entregar-se ao estudo			X						X
	Ouvir os conselhos dos pais			X						
	Ouvir os conselhos dos vizinhos			X						

4.8. Conselhos aos jovens

4.8.1. Para evitarem a delinquência

É interessante verificar que nesta categoria os entrevistados referem aspectos que coincidem parcialmente com os da categoria anterior, mas acrescentam outro mais abrangente. Para evitar a delinquência os entrevistados enunciam aspectos de carácter social e familiar que poderão evitar o ingresso dos jovens no mundo da delinquência. Apercebemo-nos de que estas propostas decorrem da sua experiência de vida. Assim, contrariamente às suas vivências, reconhecem a importância da afectividade entre pais e filhos, bem como da aceitação, por parte destes, das regras e conselhos dos seus pais.

De realçar ainda a importância dada a aspectos de carácter intelectual (cultura, leitura, formação e informação) como meio de evitar a delinquência. Para que tal seja conseguido, é necessária a cooperação de todos os membros da sociedade, com destaque para a família e a escola.

⁴⁸ Sobre este assunto o entrevistado afirma: “Sempre fui um menino obediente, sempre gostei de estudar, gostaria de ter sempre alguém a incentivar-me a estudar, a fazer as tarefas, a ir à explicação, fazer a revisão da matéria da escola. Gostava de ter alguém que me exigisse isto.”

Quadro 19 - Conselhos para evitarem a delinquência

Indicadores	Entrevistados								
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Ter uma vida tranquila									X ⁴⁹
Estudar	X		X	X					
Ter mais formação	X								
Ler muito			X						
Conhecer o que se passa no país			X						
Ter cultura			X						
Ler o jornal			X						
Menos tempo para vadiar e mais para se cultivar			X	X					
Definir objetivos de vida			X						
Trabalhos de investigação			X						
Interessar-se pela religião			X						
A delinquência destrói a vida			X	X	X	X			
Entrar no mundo do crime para perceberem o sofrimento que traz						X			
Os pais têm de abraçar os filhos								X	
Quando os pais abandonam os filhos não há solução para eles								X	
Os filhos devem abraçar os conselhos dos pais								X	

4.8.2. Para saírem da delinquência

Na opinião dos entrevistados, sair do mundo da delinquência exige várias qualidades pessoais, nomeadamente perseverança, coragem, inteligência, capacidade de planear o futuro e potencial para resolver os problemas com que se irão deparar. Trata-se, afinal, de uma motivação intrínseca.

Os entrevistados referem-se também a aspectos práticos da vida, como trabalhar, ter casa e família e, acima de tudo, fomentar os seus laços de afectividade.

⁴⁹ O entrevistado afirma que “a vida de um ser humano é estar tranquilo e trabalhar o que é seu, lutar com o seu sacrifício”. Este jovem acrescenta ainda que “a sociedade deve ter um bom comportamento para que sirva de exemplo aos jovens”.

Quadro 20 - Conselhos para saírem da delinquência

Indicadores	Entrevistados								
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Será bom mudar de vida	X				X		X		
Planejar o futuro			X						
Ter a noção de que o caminho é longo			X						
Nada é fácil – é sempre difícil			X				X		
Ser corajoso			X						
Ser muito inteligente			X						
Ter muita capacidade para resolver as coisas			X						
Deixar a droga				X					X ⁵⁰
Procurar outra forma de sobrevivência									X
Estudar				X					
Interessar-se pela religião				X					
Trabalhar				X					
Alugar uma casa				X					
Procurar uma boa vida				X					
Dar carinho à família				X					

⁵⁰ Segundo este entrevistado, são as drogas que deturpam a realidade e levam os jovens a pensar que não há outra solução.

5. Discussão dos resultados

Com o nosso estudo empírico constatámos que as três hipóteses inicialmente colocadas se confirmam, quando conjugadas entre si. Assim, denotamos que as causas da delinquência juvenil são múltiplas, ou seja, factores como a pobreza, maus-tratos infantis, famílias disfuncionais e meio social degradado contribuem decisivamente para a delinquência juvenil. As entrevistas realizadas demonstraram-nos que existe uma forte relação entre estes factores que explicaremos em seguida.

Ao longo deste estudo apercebemo-nos de que a desagregação familiar constituía o denominador comum entre todos os entrevistados, pois desde tenra idade todos eles se encontram fora de um ambiente familiar (família nuclear ou alargada). As razões que levaram estes jovens a vivenciar esta situação de abandono devem-se maioritariamente à morte precoce dos progenitores ou à sua separação; ou à ausência dos pais devido à poligamia, que conduz frequentemente a situações de violência doméstica e pobreza extrema.

Neste contexto, o menor cresce sem a capacidade de reconhecer a autoridade dos familiares e, por extensão, das instituições sociais, vivendo num mundo próprio, sem regras ou limites. Se a situação familiar não sofrer melhorias, a desobediência da criança transformar-se-á em atos de violência, enveredando por uma vida de delinquência irreversível.

De facto, apesar de não possuímos dados oficiais sobre este tema, na medida em que os organismos aos quais os solicitámos não no-los forneceream dado o carácter sigilos dos mesmos, apercebemo-nos ao longo das entrevistas de que todos os sujeitos eram reincidentes, o que reflete a ineficácia das medidas de prevenção criminal e de proteção social do Julgado de Menores. Provavelmente por falta de alternativa de um meio de subsistência legal, estes jovens delinquentes retomam o mesmo estilo de vida mesmo após uma detenção.

Na verdade, o facto de estes jovens viverem em musseques também não favorece a sua recuperação e reinserção social. Este meio é extremamente nefasto para os menores, propiciando todo o tipo de vivências inadequadas a um desenvolvimento sadio, contrariando

assim o artigo 6º da Declaração dos Direitos da Criança⁵¹: “A criança precisa de amor e compreensão para o pleno e harmonioso desenvolvimento da sua personalidade. Na medida do possível, deverá crescer com os cuidados e sob a responsabilidade dos seus pais e, em qualquer caso, num ambiente de afecto e segurança moral e material (...)”.

Ainda no espírito deste artigo, constatámos que a maioria dos entrevistados viveu na primeira infância com um dos progenitores, geralmente a mãe, sendo o pai uma figura ausente, o que faz o menor crescer com uma mentalidade deturpada e problemas psicológicos que afectam a sociedade em geral, na opinião da psicóloga Cristina Colembi em declarações à Angop (2, agosto, 2014).

No nosso estudo apercebemo-nos de que os vários membros da família desconhecem quer as normas internacionais (Declaração dos Direitos da Criança), quer as regras mais básicas de educação das crianças, essencialmente devido ao analfabetismo que grassa nestas zonas degradadas. Deste modo, é de capital importância combater o analfabetismo, implementando medidas mais eficazes que promovam uma alfabetização mais inclusiva, nomeadamente no que se refere à educação de adultos, contribuindo assim para um melhor aproveitamento escolar das crianças.

Depois de um conflito civil de cerca de 27 anos, Angola vive actualmente uma paz que dura há 13 anos, pelo que a sociedade angolana está ainda numa fase de apaziguamento social - numa tentativa de ultrapassar diferenças que poderiam conduzir a conflitos mais alargados – na qual a justiça restaurativa poderá ser uma preciosa ajuda no que concerne à aproximação e reconciliação das partes envolvidas em conflitos. Este tipo de justiça coaduna-se harmoniosamente com a tradição e a cultura angolanas no que se refere à resolução de conflitos, dada a informalidade deste “direito costumeiro” a que as populações habitualmente recorrem para a resolução dos seus diferendos.

⁵¹ Ver Anexo 4.

PARTE III – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Dos resultados empíricos à realidade socio-cultural

Na sequência daquilo que explanámos na fundamentação teórica, uma das fases mais importantes da vida de um ser humano reside nos primeiros anos de vida, que poderão influenciar o seu saudável desenvolvimento psicossocial, emocional e físico.

Neste sentido, é de capital importância que o Estado e a sociedade civil intervenham de forma incisiva nas situações que configuram flagrantes casos de maus-tratos, passíveis de suscitar a transformação futura de uma criança em delinquente. Assim, estabelecendo-se um nexó causal entre os abusos praticados pelos membros da família e uma futura vida de delinquente, constatou-se que o modo como esses abusos são perpetrados, a reiteração e a intensidade dos castigos conduzem o jovem a projectar violentamente as suas frustrações em terceiros. No entanto, este conceito não é estanque, pois, como comprovámos, ao promover uma intervenção prematura e eficaz no seio da família, bem como o afastamento do menor ou jovem desses meios perniciosos, estaremos a contribuir para que este se desenvolva de forma saudável e equilibrada, afastando-se das malhas do crime, formando-se assim cidadãos aptos para a vida harmoniosa em sociedade.

2. Sugestões para evitar/ minimizar a delinquência juvenil

Deste modo, e tendo uma noção mínima do tipo de abusos a que, infelizmente, estes jovens estão à mercê, urge a necessidade de os recuperar e tratar condignamente, ao invés de os excluir e tornar apátridas. Assim, constatámos a falta de preparação de muitos progenitores em transmitir a melhor educação possível aos seus filhos, que, desta forma, por vezes caem na marginalidade. Neste sentido, urge a necessidade de se criarem escolas para pais pré-adolescentes, adolescentes e adultos (poder-se-ia designar estas instituições como Escolas Preparatórias para a Paternidade). Estes estabelecimentos de ensino seriam vocacionados para a formação e preparação dos indivíduos no seu papel de pais, tendo como um dos principais objetivos alertar os progenitores/encarregados de educação para as responsabilidades que lhes assistem face aos seus educandos, assegurando desta forma que essas responsabilidades sejam cumpridas com maior zelo e eficácia.

Apesar de no ordenamento jurídico angolano encontrarmos normas que incentivam a criação de órgãos autónomos e não jurisdicionais que tutelem a situação de crianças delinquentes e/ou em risco, como é o caso da Comissão Tutelar de Menores e do Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC), é notório o desrespeito pelos direitos dos menores, consagrados na declaração Universal dos Direitos da Criança.

Este desrespeito consubstancia-se, nomeadamente, quanto à ausência de voz das crianças relativamente à capacidade de denúncia dos maus-tratos e abusos a que estão constantemente sujeitas. Para suprir esta lacuna, foi anunciada no dia 16 de junho de 2015, Dia da Criança Africana, a criação de duas linhas telefónicas, das redes móveis angolanas Unitel e Movicel, com o intuito de permitir as denúncias sobre os maus-tratos sofridos pelos menores. No entanto, estas linhas telefónicas não são gratuitas, carecendo de apoios privados e estatais para que tal aconteça.

Estes comportamentos de desrespeito dos direitos das crianças provêm essencialmente do analfabetismo e da ignorância da lei por parte dos progenitores. Neste sentido, urge o desenvolvimento, aplicação e difusão, por parte dos organismos estatais, de medidas de informação, sensibilização e esclarecimento à população em geral, promovendo o salutar crescimento dos menores num ambiente familiar harmonioso.

A via que consideramos mais adequada para o restauro e tratamento dos traumas que estes menores sofrem passa não só por um profundo investimento do estado em infra-estruturas básicas de educação e reabilitação, como também pela mediação penal, uma vez que o modelo restaurativo é passível de aplicação concomitantemente com o modelo tradicional de justiça.

A mediação penal surge com o intuito de restaurar os laços que se quebraram com o delito, permitindo que o prevaricador se consciencialize dos prejuízos emocionais, físicos e materiais sofridos pela vítima.

A existência de apenas um centro de acolhimento em Angola poderá ser colmatada através da cooperação com Portugal no sentido de criar novos espaços. Para que esta realidade seja possível, em termos operacionais será fulcral a contratação de profissionais qualificados, como psicopedagogos, psiquiatras, criminalistas, assistentes sociais, e, inclusive, psicólogos clínicos portugueses. Desta forma, Angola beneficiará sobremaneira com a implementação e aplicação das directrizes internacionais dos convénios que subscreveu. Estas instituições funcionariam num regime similar às defesas oficiosas, ou seja, nomear-se-iam psicólogos para acompanhar oficiosamente os jovens/menores com dificuldades financeiras). Infelizmente, a

carência de centros reeducativos traduz-se no encaminhamento destes jovens para cárceres juntamente com criminosos violentos adultos, onde acabam por aprender novas técnicas de delito, funcionando o cárcere, essencialmente, como uma escola do crime organizado.

Julgamos que a mediação seja uma das formas adequadas a atenuar a criminalidade, pois o modo participativo, voluntário e livre com que esta processa permite que as partes (em particular os prevaricadores) se apercebam dos respetivos erros e consequências associados aos seus comportamentos delituosos, suscitando-lhes intimamente o desejo de mudar e de, principalmente, corrigir os prejuízos físicos, psicológicos, emocionais e materiais causados à vítima.

Ademais, existe sempre a possibilidade de ambas as partes poderem desistir a qualquer momento da resolução do conflito pela via da mediação, remetendo o pleito para o processo tradicional.

Este processo mediador jamais poderá ser visto como um castigo que se imputa ao menor ou jovem prevaricador, mas sim como um incentivo ao arrependimento e à não reincidência por parte do mesmo, possibilitando-lhe uma inclusão social mais eficaz.

Sendo a justiça restaurativa um novo modelo no que concerne à aplicação da justiça, e devido aos excelentes resultados obtidos em vários países em que vigora tal sistema, em simultâneo com o tradicional, somos apologistas da implementação deste modelo em Angola. Julgamos, pois, que a aplicação dos princípios que norteiam a justiça restaurativa usada em outros países, se devidamente adaptados à nossa realidade sócio-cultural, poderão revelar-se determinantes para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e equilibrada.

PARTE IV - BIBLIOGRAFIA

- Aertsen, I. (2006). “Justiça restaurativa na Belgica: no sentido de uma abordagem integrada”. In *Resolução Alternativa de Litígios* – Ministério da Justiça, 115-121.
- Aertsen, I. & Peters, T. (2006, Outubro/Dezembro). “Abordagens restaurativas do crime na Belgica”. *Sub Judice*, 37, 25-36.
- Agra, C. & Castro, J. (2005). *Revista da faculdade de Direito da Universidade do Porto*, ano II, 96-97.
- Almeida, C. (2005). “A mediação perante os objetivos do Direito Penal”. In *A introdução da mediação vítima-agressor no ordenamento Jurídico Português*. Porto; Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Ministério da Justiça / Almedina, 39-51.
- Balbino, Edilene (2007). *Má gestão familiar e identidade: consequências*. Faculdade de Direito de Lisboa, tese não publicada.
- Bandeira, S. (2002). *Julgados de Paz e Mediação: Um Novo Conceito de Justiça..* Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Bastos, M. (2006, outubro/dezembro). “Breves considerações sobre a mediação penal”. *Sub Judice*, 37, 85-91.
- Beristain, A. (2000, março/junho). “Evolucion desde el crime mal delincuente y a la victima”. *Revista Direito e Cidadania*, ano III, 9, .9-23.
- Bezerra, Ingrid. (2009). Crianças e jovens vítimas de maus-tratos: futuros delinquentes? Faculdade de Direito de Lisboa, tese não publicada.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi.
- Calhau, L. (2008). *Resumo de Criminologia*. Rio de Janeiro: Editora Impetus.
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e a negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Carmo, L. (2007). *O "gang" como fenómeno de delinquência juvenil: o caso dos "gatos vadios"*. Faculdade de Direito de Lisboa, Relatório Final da disciplina de Criminologia, não publicado.
- Código Civil da República de Angola. (2013). Lisboa: Escolar Editora.

- Costa, J. F. (1986). *Diversão (desjudiciarização) e Mediação: Que Rumos?* Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. & Andrade, M. (1992). *Criminologia – O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dumbo, M. (2011). *A Delinquência Juvenil em Luanda*. Luanda: Edições Ecopy.
- Duarte, C. (2006, Outubro/Dezembro). “Justiça Restaurativa”. *Sub Judice*, 37, 47-52.
- Farrington, D. (2002). Factores de risco para a violência juvenil. In *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO.
- Fonseca, A. (2004). *Comportamento anti-social e crime – da infância à idade adulta*. Coimbra: Almedina.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Herrero, C. (2008). *Delincuencia de Menores. Tratamiento Criminológico y Jurídico*. Madrid: Dykinson
- Hespanha, P. (2001). Mal-estar e Risco Social num Mundo globalizado: Novos Problemas e Novos Desafios para a Teoria Social. In *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lakatos, E. M. (1992). *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas.
- Lauwaert, K. (2006). *Resolução Alternativa de Litígios – colectânea de textos publicados na newsletter DGAE, Ministério da Justiça* (pp. 103-104).
- Lavadinho, G. & CRUZ, M. (2002, Julho/Setembro). Violência parental/familiar. *Infância e Juventude*. Revista do Instituto de Reinserção Social.
- Lázaro, J. & Marques, F. (2006). *Sub Judice*, 37, 68-69.
- Machado, T. (2004). “Vinculação e comportamentos anti-sociais”. In *Comportamento Anti-social e Crime: da Infância à Idade Adulta*. Coimbra: Almedina.
- Magalhães, T. (2005). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Mannheim, H. (1984) *Criminologia Comparada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martin, H. & Schumann, H. (1998). A Armadilha da Globalização: O Assalto à Democracia e ao Bem-estar Social. Lisboa: Terramar.
- Matos, R. & Figueiredo, B. (2001, janeiro/março). “Maus-tratos e negligência à criança: Ressituação de uma problemática”. *Infância e Juventude*, 1, 121-134.
- Medina, M^a do C. (2008). *Lei do julgado de menores, código do processo do julgado de*

- menores anotados*. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.
- Nunes, C. (2006, julho/dezembro). “O jovem delinquente na Lei Tutelar Educativa”. *Revista Policia e Justiça*, III série, 8, 315-376.
- Pelikan, C. (2006) “Sobre a justiça restaurativa”. In *Resolução Alternativa de litígios*. Lisboa: Ministério da Justiça (pp.95-101).
- Pereira, L.N. (2008). “Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e estado no pós-guerra angolano”. In *Religião & Sociedade*, vol. 28, nº 2 Rio de Janeiro.
- Prudente, N. (s.d.). *Justiça Restaurativa em Debate*. Recuperado em 20 De Abril de 2013 em <http://justicarestaurativaemdebate.blogspot.pt/>.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ranião, T. (2007). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Anotada e comentada*. Lisboa: Quid Júris.
- Reis, R. (2010) *Justiça restaurativa e mediação em matéria penal: no âmbito da justiça juvenil*. Faculdade de Direito de Lisboa, tese não publicada.
- Sani, A. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, vol. XLI (180), 849-864.
- Santos, C. (2006). “A mediação penal, a justiça restaurativa e o sistema criminal – algumas reflexões suscitadas pelo anteprojeto que introduz a mediação penal ‘de adultos’ em Portugal”. *RPCC I*, ano 16, 85-113.
- Simões, M. (2007). *Comportamento de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, A. (2006). *Discurso de Abertura do Simpósio Internacional sobre a Protecção Jurisdicional dos Direitos da Criança Angolana*. Recuperado em 7 de Abril de 2013, de <http://www.oaang.org/>.
- Strasburger, V. (1999). *Os adolescentes e a mídia – impacto psicológico*. Porto Alegre: Artmed.
- Strecht, P. (2005). *Vontade de ser*. Lisboa: Assirio e Alvim.
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor: Notas sobre delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Tyimboto, G. das D. (s.d.). *Violência doméstica em Angola e suas implicações no processo e ensino-aprendizagem*.

- Thornberry, T. & Marvin, D. (2004). Desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interacionista. In Fonseca, A. (2004). *Comportamento anti-social e crime – da infância a idade adulta*. Coimbra: Almedina, p132-163.
- Tomson, B. & Diedler, E. (1975). Gangs: a response to the urban world (Part I). In *Gang Delinquency*. Monterey, California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Valile, A. (2012). *A problemática da violência doméstica em Angola: o caso de Benguela. Uma análise sociológica*. Dissertação de Mestrado não publicada. Orientador: José Fialho Feliciano. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, FCSH.
- Vesterdal, J. (1991). Aspectos criminológicos dos maus-tratos das crianças na família – factores etiológicos, consequências a longo prazo. *Infância e Juventude – justiça os caminhos de mudança*, 49-83.

V. SITES CONSULTADOS

- Angonotícias

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34015/brigada-de-seguranca-escolar-implementa-novos-metodos-de-actuacao-em-luanda>

- Club-K

<http://www.club-k.net/>

- Diário Económico - Sapo

<http://economico.sapo.pt/>

- Fundação António Agostinho Neto (FAAN)

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=359:poli-gamia-ou-adulteiro&catid=77:2010

- Gabinete de Documentação e Direito Comparado

www.gddc.pt

- Justiça 21

www.justica21.org.br/

- Justiça restaurativa em debate

<http://justicarestaurativaemdebate.blogspot.pt/>

- Ordem dos Advogados de Angola

www.aaang.org

- Página Global

<http://paginaglobal.blogspot.pt/2013/07/angola-violencia-domestica.html>

- Portalangop

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2008/1/7/Brigada-Escolar-garante-seguranca-nas-escolas-Luanda,9eee23c8-e3f6-4a9b-9d9d-fc7d332b62d8.html

- RedeAngola

<http://www.redeangola.info/especiais/a-cada-dia-15-brigas-de-alunos-nas-escolas-de-luanda/>

ANEXOS

Anexo 1 - Nações Unidas – Conselho Económico e Social

<http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol4/parte-vi-miscelanea/nacoes-unidas-conselho-economico-e-social>

Princípios básicos para a aplicação de programas de justiça restaurativa em matéria criminal

O Conselho Económico e Social,

Recordando sua resolução 1999/26, de 28 de julho de 1999, intitulada "Elaboração e aplicação de medidas de mediação e justiça restaurativa em matéria de justiça criminal", na qual havia pedido que a Comissão de Prevenção do Crime e de Justiça Criminal estudasse a conveniência de se formular padrões das Nações Unidas sobre mediação e justiça restaurativa,

Também recordando sua resolução 2000/14, de 27 de julho de 2000, intitulada "Princípios básicos sobre a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal", na qual pediu que o Secretário-Geral solicitasse observações dos Estados Membros e das pertinentes organizações intergovernamentais e não-governamentais, bem como dos institutos que integram do Programa das Nações Unidas em matéria de prevenção do delito e justiça criminal, sobre a conveniência e os meios de se estabelecer princípios comuns para a aplicação de programas de justiça restaurativa em matéria criminal, incluindo a conveniência da elaboração de um novo instrumento para tal objetivo,

Levando em conta os compromissos internacionais existentes com relação às vítimas, em particular a Declaração sobre os princípios fundamentais de justiça para as vítimas de delitos e de abuso de poder,

Levando em consideração os debates sobre justiça restaurativa mantidos durante o Décimo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, sob item da pauta intitulado "Delinqüentes e Vítimas: responsabilidade e equidade no processo de justiça",

Considerando a resolução 56/261 da Assembléia Geral, de 31 de janeiro de 2002, intitulada "Planos de ação para a aplicação da Declaração de Viena sobre o crime e a justiça: enfrentando os desafios do século XXI", e particularmente as medidas de justiça restaurativa necessárias para o cumprimento dos compromissos estabelecidos no parágrafo 28 da Declaração de Viena,

Levando em consideração, com louvor, o trabalho realizado pelo Grupo de Especialistas sobre Justiça Restaurativa na reunião celebrada em Ottawa, de 29 de outubro a 10 de novembro de 2001,

Levando em consideração o relatório do Secretário-Geral sobre a justiça restaurativa e o relatório do Grupo de Especialistas sobre Justiça Restaurativa,

1. Toma nota dos princípios básicos sobre a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal, os quais estão em anexo à presente resolução;
2. Encoraja os Estados Membros a se basearem nos princípios básicos sobre a utilização de programas de justiça restaurativa para a elaboração e gestão de seus programas de justiça restaurativa;
3. Solicita ao Secretário-Geral que assegure a máxima difusão possível dos princípios básicos sobre a

utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal entre os Estados Membros, os institutos da rede do Programa das Nações Unidas em matéria de prevenção do delito e justiça criminal e outras organizações internacionais, regionais e não-governamentais;

4. Exorta os Estados Membros que já tenham adotado práticas de justiça restaurativa a disponibilizar informações sobre seus programas aos países que estejam interessados nessas práticas;

5. Exorta também os Estados Membros a prestarem assistência mútua na elaboração e na aplicação de pesquisas, treinamento e outros programas, bem como nas atividades para fomentar o debate e o intercâmbio de experiências relativas à justiça restaurativa;

6. Exorta, ademais, os Estados Membros a considerar a possibilidade de prestar auxílio técnico, por meio de contribuições voluntárias, a países em desenvolvimento e a países com economia em transição que solicitem tal assistência, com o fim de ajudá-los a formular programas de justiça restaurativa.

Anexo

Princípios básicos sobre a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal

Preâmbulo

Recordando que tem havido um significativo aumento global de iniciativas relacionadas à justiça restaurativa,

Reconhecendo que tais iniciativas freqüentemente baseiam-se em formas tradicionais e nativas de justiça que vêem o crime como fundamentalmente danoso à pessoa,

Enfatizando que a justiça restaurativa é uma resposta evolutiva ao crime que respeita a dignidade e a igualdade entre cada pessoa, constrói a compreensão e promove a harmonia social por meio da recuperação das vítimas, dos infratores e das comunidades,

Destacando que este enfoque permite que aqueles afetados pelo crime compartilhem abertamente seus sentimentos e experiências, tendo como objetivo o atendimento de suas necessidades,

Consciente de que tal enfoque confere às vítimas a oportunidade de obter reparação, sentir-se mais seguras e alcançar uma conclusão para o problema; permite que os infratores compreendam melhor as causas e as conseqüências de seus comportamentos e assumam, de forma significativa, responsabilidade por suas ações; e permite que as comunidades entendam as causas do comportamento criminoso, promovam o bem-estar comunitário e previnam outros crimes

Notando que a justiça restaurativa proporciona um variado leque de medidas, que são flexíveis em sua adaptação aos sistemas criminais estabelecidos e que os complementam, levando em consideração particularidades legais, sociais e culturais,

Reconhecendo que a utilização da justiça restaurativa não obsta o direito de o Estado processar supostos infratores,

I. Terminologia

1. "Programa de justiça restaurativa" significa qualquer programa que utilize processos restaurativos e objetive alcançar resultados restaurativos.

2. "Processo restaurativo" significa qualquer processo em que a vítima e o infrator e, quando apropriado,

quaisquer outras pessoas ou membros da comunidade afetados por um crime, participem conjuntamente e de forma ativa na resolução das questões que o conflito origina, usualmente com a ajuda de um facilitador. Entre os processos restaurativos incluem-se a mediação, a conciliação, a celebração de conversas (conferencing) e reuniões para decidir a sanção (sentencing circles).

3. "Resultado restaurativo" é aquele acordo oriundo de um processo restaurativo.

Tais resultados restaurativos incluem respostas e programas tais como a reparação, a restituição e o serviço comunitário, objetivando o atendimento das necessidades e das responsabilidades individuais e coletivas das partes e alcançando a reintegração da vítima e do infrator.

4. "Partes" são a vítima, o infrator e quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados pelo crime que participem de um processo restaurativo.

5. "Facilitador" refere-se à pessoa cuja função é mediar, de maneira justa e imparcial, a participação das partes em um processo restaurativo.

II. Utilização de programas de justiça restaurativa

6. Os programas de justiça restaurativa podem ser utilizados em qualquer fase do sistema de justiça criminal, de acordo com o disposto nas leis do país.

7. Os processos restaurativos somente podem ser utilizados em situações em que há provas suficientes para se culpar o infrator, devendo ser livre e voluntário o consentimento da vítima e do infrator para a participação no processo. A vítima e o infrator devem poder retirar tal consentimento em qualquer momento do processo. Os acordos devem ser consensuais e devem conter somente obrigações razoáveis e proporcionais.

8. A vítima e o infrator devem usualmente estar de acordo com relação aos fatos fundamentais do caso, sendo isso um dos fundamentos do processo restaurativo. A participação do infrator não poderá ser utilizada como indício de confissão de culpa nos procedimentos judiciais posteriores.

9. Diferenças que levem a uma disparidade de posições, bem como as diferenças culturais entre as partes, devem ser levadas em consideração quando da submissão de um caso a um processo restaurativo, bem como em sua ulterior condução.

10. A segurança das partes deve ser levada em conta quando da submissão de um caso a um processo restaurativo, bem como em sua ulterior condução.

11. Quando os processos restaurativos não sejam apropriados ou possíveis, o caso deverá ser remetido à justiça criminal e uma decisão sobre como proceder deve ser tomada sem demora. Nesses casos, os funcionários da justiça criminal devem esforçar-se para encorajar o infrator a assumir responsabilidade frente à vítima e às comunidades afetadas, devendo também apoiar a reintegração da vítima e do infrator na comunidade.

III. Funcionamento de programas de justiça restaurativa

12. Os Estados Membros devem considerar a possibilidade da adoção de diretrizes e normas, com base normativa se preciso, que regulem a utilização de programas de justiça restaurativa. Estas diretrizes e normas devem respeitar os princípios básicos enunciados no presente texto e versarão, entre outros, sobre:

- a) As condições para a remissão de casos aos programas de justiça restaurativa;
- b) A gestão dos casos após um processo restaurativo;
- c) As qualificações, o treinamento e a avaliação dos facilitadores;
- d) A administração dos programas de justiça restaurativa;
- e) As normas sobre competência e as regras de conduta que regerão o funcionamento dos programas de justiça restaurativa.

13. Nos programas de justiça restaurativa e, em particular, nos processos restaurativos, devem ser aplicadas as salvaguardas procedimentais básicas, garantindo o tratamento igualitário para com vítimas e infratores:

- a) De acordo com as leis nacionais, a vítima e o infrator devem ter o direito de consultar advogados com relação ao processo restaurativo e, caso necessário, devem ter acesso a um tradutor ou intérprete. Os menores, além disso, devem ter o direito de serem assistidos pelos pais ou tutores;
- b) Antes de concordarem em participar de um processo restaurativo, as partes devem estar plenamente informadas sobre seus direitos, a natureza do processo e as possíveis consequências de sua decisão;
- c) Nem a vítima nem o ofensor devem ser coagidos ou induzidos de forma desleal a participar em processos restaurativos ou a aceitar resultados restaurativos.

14. As discussões feitas em um processo restaurativo que não sejam conduzidas em público devem ter caráter confidencial e não poderão ser divulgadas após o término do processo, à exceção do disposto em lei ou do acordado pelas partes.

15. Os resultados dos acordos feitos no quadro de um processo restaurativo devem ser, quando apropriado, supervisionados judicialmente ou incorporados em decisões judiciais ou julgamentos. Quando isso ocorrer, o resultado deve possuir a mesma estatura que qualquer outra decisão judicial ou sentença e deve impedir o estabelecimento de um novo processo judicial de investigação sobre os mesmos fatos.

16. Quando as partes não chegarem a um acordo, o caso deverá ser remetido à justiça criminal e uma decisão sobre como proceder deve ser tomada sem demora. Somente o fato de que não se chegou a um acordo não poderá ser invocado em procedimentos criminais posteriores.

17. O descumprimento de um acordo feito no curso de um processo restaurativo deve ser remetido de volta ao programa restaurativo ou, quando assim dispuser a legislação nacional, ao processo ordinário de justiça criminal, sendo que uma decisão sobre como proceder deve ser tomada sem demora. O descumprimento de um acordo, este diverso de uma decisão ou sentença judicial, não poderá servir como justificativa para uma condenação mais severa em procedimentos posteriores da justiça criminal.

18. Os facilitadores devem desempenhar suas funções de maneira imparcial, com o devido respeito à dignidade das partes. Nesse sentido, devem zelar para que as partes ajam com mútuo respeito, assegurando que elas possam encontrar uma solução apropriada entre si.

19. Os facilitadores devem possuir uma boa compreensão das culturas e comunidades locais e, quando apropriado, devem receber treinamento antes de assumir suas funções de facilitação.

IV. Desenvolvimento contínuo de programas de justiça restaurativa

20. Os Estados Membros devem considerar a possibilidade de formulação de estratégias e políticas nacionais objetivando o desenvolvimento da justiça restaurativa e a promoção de uma cultura propícia a sua utilização entre as autoridades policiais, judiciais e sociais, bem como entre as comunidades locais.

21. Consultas regulares entre autoridades da justiça criminal e administradores de programas de justiça restaurativa devem ser feitas, com o escopo de desenvolver uma compreensão comum e de melhorar a efetividade dos processos e os resultados restaurativos, de aumentar o campo de aplicação de tais programas, bem como de estudar meios pelos quais idéias de cunho restaurativo possam ser incorporadas nas práticas de justiça criminal.

22. Os Estados Membros, em cooperação com a sociedade civil quando apropriado, deverão promover pesquisas e avaliações sobre programas de justiça restaurativa, com o objetivo de determinar em que medida eles promovem resultados restaurativos, servem como complemento ou alternativa ao processo judicial criminal e proporcionam resultados positivos para todas as partes. Os processos restaurativos podem necessitar de mudanças concretas ao longo do tempo. Os Estados Membros, dessa forma, devem encorajar a avaliação e a modificação periódica de tais programas. Os resultados das pesquisas e das avaliações devem orientar a posterior elaboração de políticas e programas.

V. Cláusula de salvaguarda

23. Nada do enunciado nestes princípios básicos deve afetar quaisquer direitos do infrator e da vítima que estejam reconhecidos pela legislação nacional ou pelo direito internacional aplicável.

Resolução 40/34 da Assembléia Geral, anexo.

V. o Décimo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente, Viena, 10 a 17 de abril de 2000: Relatório preparado pela Secretaria (publicação das Nações Unidas, número de venda: E.00.IV.8), capítulo V, seção E.

Resolução 55/59 da Assembléia Geral, anexo.

E/CN.15/2002/5 e Corr.1.

E/CN.15/2002/5/Add.1

Anexo 2 – Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/carta-africa.html>

Sistema africano de protecção dos direitos humanos

Adoptada pela décima-oitava Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Africanos membros da Organização de Unidade Africana a 26 de Junho de 1981, em Nairobi, no Quênia.

Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de Outubro de 1986, em conformidade com o artigo 63.º.

Regras de procedimento da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos

Estados partes (informação disponível no website da Universidade de Pretória)

Preâmbulo

Os Estados africanos membros da Organização da Unidade Africana, partes na presente Carta que tem o título de «Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos»;

Lembrando a decisão 115 (XVI) da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, na sua Décima-Sexta Sessão Ordinária tida em Monróvia (Libéria) de 17 a 20 de Julho de 1979, relativa à elaboração de «um anteprojecto de Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, prevendo nomeadamente a instituição de órgãos de promoção e de protecção dos Direitos do Homem e dos Povos»;

Considerando a Carta da Organização da Unidade Africana, nos termos da qual, «a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade são objectivos essenciais para a realização das legítimas aspirações dos povos africanos»;

Reafirmando o compromisso que eles solenemente assumiram, no artigo 2.º da dita Carta, de eliminar sob todas as suas formas o colonialismo em África, de coordenar e de intensificar a sua cooperação e os seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos de África, de favorecer a cooperação internacional tendo na devida atenção a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem;

Tendo em conta as virtudes das suas tradições históricas e os valores da civilização africana que devem inspirar e caracterizar as suas reflexões sobre a concepção dos direitos do homem e dos povos;

Reconhecendo que, por um lado, os direitos fundamentais do ser humano se baseiam nos atributos da pessoa humana, o que justifica a sua protecção internacional e que, por outro lado, a realidade e o respeito dos direitos dos povos devem necessariamente garantir os direitos do homem;

Considerando que o gozo dos direitos e liberdades implica o cumprimento dos deveres de cada um;

Convencidos de que, de futuro, é essencial dedicar uma particular atenção ao direito ao desenvolvimento; que os direitos civis e políticos são indissociáveis dos direitos económicos, sociais e culturais, tanto na sua concepção como na sua universalidade, e que a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais garante o gozo dos direitos civis e políticos;

Conscientes do seu dever de libertar totalmente a África cujos povos continuam a lutar pela sua verdadeira independência e pela sua dignidade e comprometendo-se a eliminar o colonialismo, o neocolonialismo,

o *apartheid*, o sionismo, as bases militares estrangeiras de agressão e quaisquer formas de discriminação, nomeadamente as que se baseiam na raça, etnia, cor, sexo, língua, religião ou opinião pública;

Reafirmando a sua adesão às liberdades e aos direitos do homem e dos povos contidos nas declarações, convenções e outros instrumentos adoptados no quadro da Organização da Unidade Africana, do Movimento dos Países Não-Alinhados e da Organização das Nações Unidas;

Firmemente convencidos do seu dever de assegurar a promoção e a protecção dos direitos e liberdades do homem e dos povos, tendo na devida conta a primordial importância tradicionalmente reconhecida em África a esses direitos e liberdades;

Convencionaram o que se segue:

- **Primeira parte: Dos direitos e dos deveres**
- **Capítulo I - Dos direitos do homem e dos povos**
- **Capítulo II - Dos deveres**
- **Segunda Parte: Das medidas de Salvaguarda**
- **Capítulo I - Da Composição e da Organização da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos**
- **Capítulo II - Das competências da Comissão**
- **Capítulo III - Do processo da Comissão**
- **Capítulo IV - Dos princípios aplicáveis**
- **Terceira Parte: Disposições Diversas**

Primeira parte: Dos direitos e dos deveres

Capítulo I

Dos direitos do homem e dos povos

Artigo 1.º

Os Estados membros da Organização da Unidade Africana, partes na presente Carta, reconhecem os direitos, deveres e liberdades enunciados nesta Carta e comprometem-se a adoptar medidas legislativas ou outras para os aplicar.

Artigo 2.º

Toda a pessoa tem direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente Carta, sem nenhuma distinção, nomeadamente de raça, de etnia, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Artigo 3.º

1- Todas as pessoas beneficiam de uma total igualdade perante a lei.

2- Todas as pessoas têm direito a uma igual protecção da lei.

Artigo 4.º

A pessoa humana é inviolável. Todo o ser humano tem direito ao respeito da sua vida e à integridade física e moral da sua pessoa. Ninguém pode ser arbitrariamente privado desse direito.

Artigo 5.º

Todo o indivíduo tem direito ao respeito da dignidade inerente à pessoa humana e ao reconhecimento da sua personalidade jurídica. Todas as formas de exploração e de aviltamento do homem, nomeadamente a escravatura, o tráfico de pessoas, a tortura física ou moral e as penas ou os tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes são interditas.

Artigo 6.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade e à segurança da sua pessoa. Ninguém pode ser privado da sua liberdade salvo por motivos e nas condições previamente determinados pela lei; em particular ninguém pode ser preso ou detido arbitrariamente.

Artigo 7.º

1. Toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja apreciada. Esse direito compreende:

a) O direito de recorrer aos tribunais nacionais competentes de qualquer acto que viole os direitos fundamentais que lhe são reconhecidos e garantidos pelas convenções, as leis, os regulamentos e os costumes em vigor;

b) O direito de presunção de inocência, até que a sua culpabilidade seja estabelecida por um tribunal competente;

c) O direito de defesa, incluindo o de ser assistido por um defensor de sua escolha;

d) O direito de ser julgado num prazo razoável por um tribunal imparcial.

2. Ninguém pode ser condenado por uma acção ou omissão que não constituía, no momento em que foi cometida, uma infracção legalmente punível. Nenhuma pena pode ser prescrita se não estiver prevista no momento em que a infracção foi cometida. A pena é pessoal e apenas pode atingir o delinquente.

Artigo 8.º

A liberdade de consciência, a profissão e a prática livre da religião são garantidas. Sob reserva da ordem pública, ninguém pode ser objecto de medidas de constrangimento que visem restringir a manifestação dessas liberdades.

Artigo 9.º

1. Toda a pessoa tem direito à informação.
2. Toda a pessoa tem direito de exprimir e de difundir as suas opiniões no quadro das leis e dos regulamentos.

Artigo 10.º

1. Toda a pessoa tem direito de constituir, livremente, com outras pessoas, associações, sob reserva de se conformar às regras prescritas na lei.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação sob reserva da obrigação de solidariedade prevista no artigo 29.º

Artigo 11.º

Toda a pessoa tem direito de se reunir livremente com outras pessoas. Este direito exerce-se sob a única reserva das restrições necessárias estabelecidas pelas leis e regulamentos, nomeadamente no interesse da segurança nacional, da segurança de outrem, da saúde, da moral ou dos direitos e liberdades das pessoas.

Artigo 12.º

1. Toda a pessoa tem direito de circular livremente e de escolher a sua residência no interior de um Estado, sob reserva de se conformar às regras prescritas na lei.
2. Toda a pessoa tem direito de sair de qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu país. Este direito só pode ser objecto de restrições previstas na lei, necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou a moralidade pública.
3. Toda a pessoa tem direito, em caso de perseguição, de buscar e de obter asilo em território estrangeiro, em conformidade com a lei de cada país e as convenções internacionais.
4. O estrangeiro legalmente admitido no território de um Estado Parte na presente Carta só poderá ser expulso em virtude de uma decisão conforme (com a lei).
5. A expulsão colectiva de estrangeiros é proibida. A expulsão colectiva é aquela que visa globalmente grupos nacionais, raciais, étnicos ou religiosos.

Artigo 13.º

1. Todos os cidadãos têm direito de participar livremente na direcção dos assuntos públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos, isso, em conformidade com as regras prescritas na lei.
2. Todos os cidadãos têm igualmente direito de acesso às funções públicas do seu país.
3. Toda a pessoa tem direito de usar os bens e serviços públicos em estrita igualdade de todos perante a Lei.

Artigo 14.º

O direito de propriedade é garantido, só podendo ser afectado por necessidade pública ou no interesse geral da colectividade, em conformidade com as disposições das leis apropriadas.

Artigo 15.º

Toda a pessoa tem direito de trabalhar em condições equitativas e satisfatórias e de receber um salário igual por um trabalho igual.

Artigo 16.º

1. Toda a pessoa tem direito ao gozo do melhor estado de saúde física e mental que for capaz de atingir.
2. Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a tomar as medidas necessárias para proteger a saúde das suas populações e para lhes assegurar assistência médica em caso de doença.

Artigo 17.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação.
2. Toda a pessoa pode tomar livremente parte na vida cultural da Comunidade.
3. A promoção e a protecção da moral e dos valores tradicionais reconhecidos pela Comunidade constituem um dever do Estado no quadro da salvaguarda dos direitos do homem.

Artigo 18.º

1. A família é o elemento natural e a base da sociedade. Ela deve ser protegida pelo Estado que deve velar pela sua saúde física e moral.
2. O Estado tem a obrigação de assistir a família na sua missão de guardião da moral e dos valores tradicionais reconhecidos pela Comunidade.
3. O Estado tem o dever de velar pela eliminação de toda a discriminação contra a mulher e de assegurar a protecção dos direitos da mulher e da criança tal como estão estipulados nas declarações e convenções internacionais.
4. As pessoas idosas ou diminuídas têm igualmente direito a medidas específicas de protecção que correspondem às suas necessidades físicas ou morais.

Artigo 19.º

Todos os povos são iguais; gozam da mesma dignidade e têm os mesmos direitos. Nada pode justificar a dominação de um povo por outro.

Artigo 20.º

1. Todo o povo tem direito à existência. Todo o povo tem um direito imprescritível e inalienável à autodeterminação. Ele determina livremente o seu estatuto político e assegura o seu desenvolvimento económico e social segundo a via que livremente escolheu.
2. Os povos colonizados ou oprimidos têm o direito de se libertar do seu estado de dominação recorrendo a todos os meios reconhecidos pela Comunidade Internacional.
3. Todos os povos têm direito à assistência dos Estados Partes na presente Carta, na sua luta de libertação contra a dominação estrangeira, quer esta seja de ordem política, económica ou cultural.

Artigo 21.º

1. Os povos têm a livre disposição das suas riquezas e dos seus recursos naturais. Este direito exerce-se no interesse exclusivo das populações. Em nenhum caso um povo pode ser privado deste direito.
2. Em caso de espoliação, o povo espoliado tem direito à legítima recuperação dos seus bens bem como a uma indemnização adequada.

3. A livre disposição das riquezas e dos recursos naturais exerce-se sem prejuízo da obrigação de promover uma cooperação económica internacional baseada no respeito mútuo, na troca equitativa e nos princípios do direito internacional.
4. Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se, tanto individual como colectivamente, a exercer o direito de livre disposição das suas riquezas e dos seus recursos naturais com vista a reforçar a unidade e a solidariedade africanas.
5. Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a eliminar todas as formas de exploração económica estrangeira, nomeadamente a que é praticada por monopólios internacionais, a fim de permitir que a população de cada país beneficie plenamente das vantagens provenientes dos seus recursos nacionais.

Artigo 22.º

1. Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento económico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do património comum da humanidade.
2. Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento.

Artigo 23.º

1. Os povos têm direito à paz e à segurança tanto no plano nacional como no plano internacional. O princípio de solidariedade e de relações amistosas implicitamente afirmado na Carta da Organização das Nações Unidas e reafirmado na Carta da Organização da Unidade Africana deve presidir às relações entre os Estados.
2. Com o fim de reforçar a paz, a solidariedade e as relações amistosas, os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a proibir:

a) Que uma pessoa gozando do direito de asilo nos termos do artigo 12.º da presente Carta empreenda uma actividade subversiva contra o seu país de origem ou contra qualquer outro país parte na presente Carta;

b) Que os seus territórios sejam utilizados como base de partida de actividades subversivas ou terroristas dirigidas contra o povo de qualquer outro Estado Parte na presente Carta.

Artigo 24.º

Todos os povos têm direito a um meio ambiente satisfatório e global, propício ao seu desenvolvimento.

Artigo 25.º

Os Estados Partes na presente Carta têm o dever de promover e assegurar, pelo ensino, a educação e a difusão, o respeito dos direitos e das liberdades contidos na presente Carta, e de tomar medidas para que essas liberdades e esses direitos sejam compreendidos assim como as obrigações e deveres correspondentes.

Artigo 26.º

Os Estados Partes na presente Carta têm o dever de garantir a independência dos Tribunais e de permitir o estabelecimento e o aperfeiçoamento de instituições nacionais apropriadas encarregadas da promoção e da protecção dos direitos e liberdades garantidos pela presente Carta.

Capítulo II

Dos deveres

Artigo 27.º

1. Cada indivíduo tem deveres para com a família e a sociedade, para com o Estado e as outras colectividades legalmente reconhecidas e para com a Comunidade internacional.
2. Os direitos e as liberdades de cada pessoa exercem-se no respeito dos direitos de outrem, da segurança colectiva, da moral e do interesse comum.

Artigo 28.º

Cada indivíduo tem o dever de respeitar e de considerar os seus semelhantes sem nenhuma discriminação e de manter com eles relações que permitam promover, salvaguardar e reforçar o respeito e a tolerância recíprocos.

Artigo 29.º

O indivíduo tem ainda o dever:

1. De preservar o desenvolvimento harmonioso da família e de actuar em favor da sua coesão e respeito; de respeitar a todo o momento os seus pais, de os alimentar e de os assistir em caso de necessidade.
2. De servir a sua comunidade nacional pondo as suas capacidades físicas e intelectuais ao seu serviço.
3. De não comprometer a segurança do Estado de que é nacional ou residente.
4. De preservar e reforçar a solidariedade social e nacional, particularmente quando esta é ameaçada.
5. De preservar e reforçar a independência nacional e a integridade territorial da pátria e, de uma maneira geral, de contribuir para a defesa do seu país, nas condições fixadas pela lei.
6. De trabalhar, na medida das suas capacidades e possibilidades, e de desobrigar-se das contribuições fixadas pela lei para a salvaguarda dos interesses fundamentais da sociedade.
7. De velar, nas suas relações com a sociedade, pela preservação e reforço dos valores culturais africanos positivos, num espírito de tolerância, de diálogo e de concertação e, de uma maneira geral, de contribuir para a promoção da saúde moral da sociedade.
8. De contribuir com as suas melhores capacidades, a todo o momento e a todos os níveis, para a promoção e para a realização da Unidade Africana.

Segunda parte: Das medidas de salvaguarda

Capítulo I

Da composição e da organização da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos

Artigo 30.º

É criada junto da Organização da Unidade Africana uma Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, doravante denominada «a Comissão», encarregada de promover os direitos do homem e dos povos e de assegurar a respectiva protecção em África.

Artigo 31.º

1. A Comissão é composta por onze membros que devem ser escolhidos entre personalidades africanas que gozem da mais alta consideração, conhecidas pela sua alta moralidade, sua integridade e sua imparcialidade, e que possuam uma competência em matéria dos direitos do homem e dos povos, devendo ser reconhecido um interesse particular na participação de pessoas possuidoras de experiência em matéria de direito.
2. Os membros da Comissão exercem funções a título pessoal.

Artigo 32.º

A Comissão não pode compreender mais de um natural de cada Estado.

Artigo 33.º

Os membros da Comissão são eleitos por escrutínio secreto pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, de uma lista de pessoas apresentadas para esse efeito pelos Estados Partes na presente Carta.

Artigo 34.º

Cada Estado Parte na presente Carta pode, no máximo, apresentar dois candidatos. Os candidatos devem ter a nacionalidade de um dos Estados Partes na presente Carta. Quando um Estado apresenta dois candidatos, um deles não pode ser nacional desse mesmo Estado.

Artigo 35.º

1. O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana convida os Estados Partes na presente Carta a proceder, num prazo de pelo menos quatro meses antes das eleições, à apresentação dos candidatos à Comissão.
2. O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana estabelece a lista alfabética das pessoas assim apresentadas e comunica-a, pelo menos um mês antes das eleições, aos Chefes de Estado e de Governo.

Artigo 36.º

Os membros da Comissão são eleitos por um período de seis anos renovável. Todavia, o mandato de quatro dos membros eleitos quando da primeira eleição cessa ao cabo de dois anos, e o mandato de três ao cabo de quatro anos.

Artigo 37.º

Imediatamente após a primeira eleição, os nomes dos membros visados no artigo 36.º são sorteados pelo Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da O.U.A.

Artigo 38.º

Após a sua eleição, os membros da Comissão fazem a declaração solene de bem e fielmente exercerem as suas funções, com toda a imparcialidade.

Artigo 39.º

1. Em caso de morte ou de demissão de um membro da Comissão, o Presidente da Comissão informa imediatamente o Secretário-Geral da O.U.A. que declara o lugar vago a partir da data da morte ou da data em que a demissão produz efeito.
2. Se, por opinião unânime dos outros membros da Comissão, um membro cessou de exercer as suas funções em razão de alguma causa que não seja uma ausência de carácter temporário, ou se se acha incapacitado de continuar a exercê-las, o Presidente da Comissão informa o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana que declara então o lugar vago.
3. Em cada um dos casos acima previstos a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo procede à substituição do membro cujo lugar se acha vago para a parte do mandato que falta perfazer, salvo se essa parte é inferior a seis meses.

Artigo 40.º

Todo o membro da Comissão conserva o seu mandato até à data de entrada em funções do seu sucessor.

Artigo 41.º

O Secretário-Geral da O.U.A. designa um secretário da Comissão e fornece ainda o pessoal e os meios e serviços necessários ao exercício efectivo das funções atribuídas à Comissão. A O.U.A. cobre os custos desse pessoal e desses meios e serviços.

Artigo 42.º

1. A Comissão elege o seu Presidente e o seu Vice-Presidente por um período de dois anos renovável.
2. A Comissão estabelece o seu regimento interno.
3. O quorum é constituído por sete membros.
4. Em caso de empate de votos no decurso das votações, o voto do Presidente é preponderante.
5. O Secretário-Geral da O.U.A. pode assistir às reuniões da Comissão, mas não participa nas deliberações e nas votações, podendo, todavia, ser convidado pelo Presidente da Comissão a usar da palavra.

Artigo 43.º

Os membros da Comissão, no exercício das suas funções, gozam dos privilégios e imunidades diplomáticos previstos pela Convenção sobre os privilégios e imunidades da Organização da Unidade Africana.

Artigo 44.º

Os emolumentos e prestações dos membros da Comissão estão previstos no orçamento ordinário da Organização da Unidade Africana.

Capítulo II

Das competências da Comissão

Artigo 45.º

A Comissão tem por missão:

1. Promover os direitos do homem e dos povos e nomeadamente:

a) Reunir documentação, fazer estudos e pesquisas sobre problemas africanos no domínio dos direitos do homem e dos povos, organizar informações, encorajar os organismos nacionais e locais que se ocupem dos direitos do homem e, se necessário, dar pareceres ou fazer recomendações aos governos.

b) Formular e elaborar, com vista a servir de base à adopção de textos legislativos pelos governos africanos, princípios e regras que permitam resolver os problemas jurídicos relativos ao gozo dos direitos do homem e dos povos e das liberdades fundamentais.

c) Cooperar com as outras instituições africanas ou internacionais que se dedicam à promoção e à protecção dos direitos do homem e dos povos.

2. Assegurar a protecção dos direitos do homem e dos povos nas condições fixadas pela presente Carta.

3. Interpretar qualquer disposição da presente Carta a pedido de um Estado Parte, de uma instituição da Organização da Unidade Africana ou de uma organização africana reconhecida pela Organização da Unidade Africana.

4. Executar quaisquer outras tarefas que lhe sejam eventualmente confiadas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Capítulo III

Do processo da Comissão

Artigo 46.º

A Comissão pode recorrer a qualquer método de investigação apropriado; pode nomeadamente ouvir o Secretário-Geral da O.U.A. e qualquer pessoa susceptível de a esclarecer.

I -Das comunicações provenientes dos Estados Partes na presente Carta

Artigo 47.º

Se um Estado Parte na presente Carta tem fundadas razões para crer que um outro Estado Parte violou disposições desta mesma Carta, pode, mediante comunicação escrita, chamar a atenção desse Estado sobre a questão. Esta comunicação será igualmente endereçada ao Secretário-Geral da O.U.A. e ao Presidente da Comissão. Num prazo de três meses a contar da recepção da comunicação, o Estado destinatário facultará ao Estado que endereçou a comunicação explicações ou declarações escritas que elucidem a questão, as quais, na medida do possível, deverão compreender indicações sobre as leis e os regulamentos de processo aplicáveis ou aplicadas e sobre os meios de recurso, quer já utilizados, quer em instancia, quer ainda disponíveis.

Artigo 48.º

Se num prazo de três meses, a contar da data de recepção pelo Estado destinatário da comunicação inicial, a questão não estiver solucionada de modo satisfatório para os dois Estados interessados, por via de negociação bilateral ou por qualquer outro processo pacífico, qualquer desses Estados tem o direito de submeter a referida questão à Comissão mediante notificação endereçada ao seu Presidente, ao outro Estado interessado e ao Secretário-Geral da O.U.A.

Artigo 49.º

Não obstante as disposições do artigo 47.º, se um Estado Parte na presente Carta entende que um outro Estado Parte, violou disposições desta mesma Carta, pode recorrer directamente à Comissão mediante comunicação endereçada ao seu Presidente, ao Secretário-Geral da O.U.A. e ao Estado interessado.

Artigo 50.º

A Comissão só pode deliberar sobre uma questão que lhe foi submetida depois de se ter assegurado de que todos os recursos internos, acaso existam, foram esgotados, salvo se for manifesto para a Comissão que o processo relativo a esses recursos se prolonga de modo anormal.

Artigo 51.º

1. A Comissão pode pedir aos Estados Partes interessados que lhe forneçam toda a informação pertinente.
2. No momento do exame da questão, os Estados Partes interessados podem fazer-se representar perante a Comissão e apresentar observações escritas ou orais.

Artigo 52.º

Depois de ter obtido, tanto dos Estados Partes interessados como de outras fontes, todas as informações que entender necessárias e depois de ter procurado alcançar, por todos os meios apropriados, uma solução amistosa baseada no respeito dos direitos do homem e dos povos, a Comissão estabelece, num prazo razoável a partir da notificação referida no artigo 48.º, um relatório descrevendo os factos e as conclusões a que chegou. Esse relatório é enviado aos Estados interessados e comunicado à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Artigo 53.º

Quando da transmissão do seu relatório, a Comissão pode enviar à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo a recomendação que julgar útil.

Artigo 54.º

A Comissão submete a cada uma das sessões ordinárias da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo um relatório sobre as suas actividades.

II - Das outras comunicações

Artigo 55.º

1. Antes de cada sessão, o Secretário da Comissão estabelece a lista das comunicações que não emanam dos Estados Partes na presente Carta e comunica-a aos membros da Comissão, os quais podem querer tomar conhecimento das correspondentes comunicações e submetê-las à Comissão.
2. A Comissão apreciará essas comunicações a pedido da maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 56.º

As comunicações referidas no artigo 55.º, recebidas na Comissão e relativas aos direitos do homem e dos povos devem necessariamente, para ser examinadas, preencher as condições seguintes:

1. Indicar a identidade do seu autor mesmo que este solicite à Comissão manutenção de anonimato.
2. Ser compatíveis com a Carta da Organização da Unidade Africana ou com a presente Carta.
3. Não conter termos ultrajantes ou insultuosos para com o Estado impugnado, as suas instituições ou a Organização da Unidade Africana.
4. Não se limitar exclusivamente a reunir notícias difundidas por meios de comunicação de massa.
5. Ser posteriores ao esgotamento dos recursos internos se existirem, a menos que seja manifesto para a Comissão que o processo relativo a esses recursos se prolonga de modo anormal.
6. Ser introduzidas num prazo razoável, a partir do esgotamento dos recursos internos ou da data marcada pela Comissão para abertura do prazo da admissibilidade perante a própria Comissão.
7. Não dizer respeito a casos que tenham sido resolvidos em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização da Unidade Africana ou com as disposições da presente Carta.

Artigo 57.º

Antes de qualquer exame quanto ao fundo, qualquer comunicação deve ser levada ao conhecimento do Estado interessado por intermédio do Presidente da Comissão.

Artigo 58.º

1. Quando, no seguimento de uma deliberação da Comissão, resulta que uma ou várias comunicações relatam situações particulares que parecem revelar a existência de um conjunto de violações graves ou maciças dos direitos do homem e dos povos, a Comissão chama a atenção da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sobre essas situações.
2. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo pode então solicitar à Comissão que proceda, quanto a essas situações, a um estudo aprofundado e que a informe através de um relatório pormenorizado, contendo as suas conclusões e recomendações.
3. Em caso de urgência devidamente constatada, a Comissão informa o Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo que poderá solicitar um estudo aprofundado.

Artigo 59.º

1. Todas as medidas tomadas no quadro do presente capítulo manter-se-ão confidenciais até que a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo decida diferentemente.
2. Todavia, o relatório é publicado pelo Presidente da Comissão após decisão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.
3. O relatório de actividades da Comissão é publicado pelo seu Presidente após exame da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Capítulo IV

Dos princípios aplicáveis

Artigo 60.º

A Comissão inspira-se no direito internacional relativo aos direitos do homem e dos povos, nomeadamente nas disposições dos diversos instrumentos africanos relativos aos direitos do homem e dos povos, nas disposições da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização da Unidade Africana, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, nas disposições dos outros instrumentos adoptados pelas Nações Unidas e pelos países

africanos no domínio dos direitos do homem e dos povos, assim como nas disposições de diversos instrumentos adoptados no seio de instituições especializadas das Nações Unidas de que são membros as partes na presente Carta.

Artigo 61.º

A Comissão toma também em consideração, como meios auxiliares de determinação das regras de direito, as outras convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados membros da Organização da Unidade Africana, as práticas africanas conformes às normas internacionais relativas aos direitos do homem e dos povos, os costumes geralmente aceites como constituindo o direito, os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações africanas assim como a jurisprudência e a doutrina.

Artigo 62.º

Cada Estado compromete-se a apresentar de dois em dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Carta, um relatório sobre as medidas, de ordem legislativa ou outra, tomadas com vista a efectivar os direitos e as liberdades reconhecidas e garantidas pela presente Carta.

Artigo 63.º

1. A presente Carta ficará aberta a assinatura, à ratificação ou à adesão dos Estados membros da Organização da Unidade Africana.
2. A presente Carta entrará em vigor três meses depois da recepção pelo Secretário-Geral dos instrumentos de ratificação ou de adesão da maioria absoluta dos Estados membros da Organização da Unidade Africana.

Terceira parte: Disposições diversas

Artigo 64.º

1. Quando da entrada em vigor da presente Carta proceder-se-á à eleição dos membros da Comissão nas condições fixadas pelas disposições dos artigos pertinentes da presente Carta.
2. O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana convocará a primeira reunião da Comissão na sede da organização. Depois, a Comissão será convocada pelo seu Presidente sempre que necessário e pelo menos uma vez por ano.

Artigo 65.º

Para cada um dos Estados que ratificar a presente Carta ou que a ela aderir depois da sua entrada em vigor, esta mesma Carta produzirá efeito três meses depois da data do depósito por esse Estado do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 66.º

Protocolos ou acordos particulares poderão completar, em caso de necessidade, as disposições da presente Carta.

Artigo 67.º

O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana informará os Estados membros da Organização da Unidade Africana do depósito de cada instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 68.º

A presente Carta pode ser emendada ou revista se um Estado Parte enviar, para esse efeito, um pedido escrito ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo só aprecia o projecto de emenda depois de todos os Estados Partes terem sido devidamente informados e da Comissão ter dado o seu parecer por diligência do Estado proponente. A emenda deve ser aprovada pela maioria absoluta dos Estados Partes. Ela entra em vigor para cada Estado que a tenha aceite em conformidade com as suas regras constitucionais três meses depois da notificação dessa aceitação ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana.

Anexo 3 – Lei 25/11 – Lei contra a violência doméstica



Quinta-feira, 14 de Julho de 2011

I Série — N.º 133

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do « <i>Diário da República</i> », deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 440 375,00	
	A 1.ª série	Kz: 260 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 135 850,00	
	A 3.ª série	Kz: 105 700,00	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 25/11:

Contra a Violência Doméstica.

Lei n.º 26/11:

Sobre a Institucionalização do Dia do Antigo Combatente e Veterano da Pátria.

Lei n.º 27/11:

De Autorização de Créditos Adicionais ao Orçamento Geral do Estado de 2011.

Órgãos Essenciais Auxiliares do Presidente da República — Casa Civil

Despacho n.º 476/11:

Nomeia Felicidade Florência Pereira Sibu para o respectivo cargo.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e outros instrumentos de direito internacional, regularmente aprovados e formalmente integrados no direito angolano;

Havendo a necessidade de se prevenir e punir os actos de violência doméstica contra indefesos e debilitados física, psicológica e emocionalmente, exigindo maior cuidado dos sujeitos obrigados a protegê-los;

Urgindo a necessidade de se proteger a sociedade de actos de violência contra a mulher, homem, criança, idoso e adolescente, enquanto sujeitos vulneráveis à agressão;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea b) do artigo 161.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte:

LEI CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objecto)

A presente lei estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas e tem por fim:

- prevenir, combater e punir os agentes dos actos de violência doméstica;
- informar às vítimas dos crimes de violência doméstica sobre os seus direitos;

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 25/11
de 14 de Julho

Considerando que a família é o núcleo fundamental da sociedade, exigindo protecção redobrada e especial, de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República de Angola;

Reconhecendo que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, consequentemente, da sociedade;

Atendendo ao facto de que os direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados em harmonia com a

- c) assegurar uma protecção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas de violência doméstica;
- d) criar serviços especializados de atendimento às vítimas de violência doméstica junto dos órgãos competentes;
- e) incentivar as associações e outras organizações da sociedade civil vocacionadas para a prevenção da violência doméstica;
- f) fomentar políticas de sensibilização nas áreas de educação, informação, saúde e apoio social;
- g) responsabilizar administrativa, civil e criminalmente os agentes dos actos de violência doméstica;
- h) criar espaços de aconselhamento e de abrigo temporário dos envolvidos;
- i) desencorajar qualquer acto que, com base nos usos e costumes, atente contra a dignidade da pessoa humana;
- j) afastar o agente de perto da vítima, quando se mostre necessário, atendendo à gravidade da situação;
- k) responder de forma rápida, eficaz e integrada aos serviços sociais de emergência de apoio à vítima.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

A presente lei aplica-se aos factos ocorridos no seio familiar ou outro que, por razões de proximidade, afecto, relações naturais e de educação, tenham lugar, em especial:

- a) nos infantários;
- b) nos asilos para idosos;
- c) nos hospitais;
- d) nas escolas;
- e) nos internatos femininos ou masculinos;
- f) nos espaços equiparados de relevante interesse comunitário ou social.

ARTIGO 3.º
(Definição e tipo de violência doméstica)

1. Para efeitos da presente lei, entende-se por violência doméstica, toda a acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana no âmbito das relações previstas no artigo anterior.

2. A violência doméstica classifica-se em:

- a) *violência sexual* — qualquer conduta que obrigue a presenciar, a manter ou participar de relação sexual por meio de violência, coacção, ameaça ou colocação da pessoa em situação de inconsciência ou de impossibilidade de resistir;

- b) *violência patrimonial* — toda a acção que configure a retenção, a subtracção, a destruição parcial ou total dos objectos, documentos, instrumentos de trabalho, bens móveis ou imóveis, valores e direitos da vítima;
- c) *violência psicológica* — qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição de auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento psico-social;
- d) *violência verbal* — toda a acção que envolva a utilização de impropérios, acompanhados ou não de gestos ofensivos, que tenha como finalidade humilhar e desconsiderar a vítima, configurando calúnia, difamação ou injúria;
- e) *violência física* — toda a conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da pessoa;
- f) *abandono familiar* — qualquer conduta que despreze, de forma grave e reiterada, a prestação de assistência nos termos da lei.

CAPÍTULO II
Princípios Específicos

ARTIGO 4.º
(Princípio da prevenção da violência doméstica)

O princípio da prevenção da violência doméstica consiste em criar medidas que visem inibir o surgimento de actos de violência doméstica, em especial:

- a) promover o respeito e o reconhecimento da personalidade e da dignidade de outrem;
- b) promover conselhos de reconciliação familiar e outras instâncias inter-familiares para dirimir conflitos;
- c) promover a igualdade de género;
- d) reforçar a protecção à mulher grávida, à criança e ao idoso no seio familiar e social, garantindo os mecanismos de assistência;
- e) promover o diálogo, a moral e os valores tradicionais reconhecidos pela comunidade que não atentem contra a dignidade da pessoa humana;
- f) criar mecanismos conducentes à responsabilização criminal das relações sexuais entre ascendentes e descendentes ou irmãos, especialmente contra menores.

ARTIGO 5.º
(Princípio da confidencialidade)

O princípio da confidencialidade traduz-se em:

- a) respeitar a privacidade, o bom-nome e a honra dos envolvidos nos actos de violência;
- b) manter em sigilo os dados obtidos no âmbito do processo sobre a violência doméstica.

ARTIGO 6.º
(Princípio da responsabilidade criminal)

Quem praticar qualquer acto que configure violência doméstica, previsto no artigo 3.º, é punido nos termos das disposições da presente lei e da legislação penal em geral.

CAPÍTULO III
Medidas de Prevenção e Apoio

ARTIGO 7.º
(Educação)

Incumbe ao Estado integrar, nos programas curriculares de ensino, matérias que visem prevenir crimes de violência doméstica, proporcionando às crianças e aos jovens, conceitos básicos, especialmente:

- a) sobre o fenómeno da violência e as suas diversas manifestações, origens e consequências;
- b) sobre o direito e o respeito à intimidade e à reserva da vida privada;
- c) sobre os comportamentos parentais e o inter-relacionamento na vida familiar;
- d) sobre a violência simbólica e o seu carácter estrutural e institucional;
- e) sobre as relações de poder que marquem as interações pessoais, grupais e sociais;
- f) sobre o relacionamento entre crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas.

ARTIGO 8.º
(Sensibilização e informação)

O Estado assegura a promoção de políticas de prevenção de violência doméstica, através da:

- a) elaboração de guiões e produtos educativos para as famílias;
- b) sensibilização e informação sobre a educação para a igualdade do género junto das comunidades;
- c) expansão da base de conhecimentos e intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras, da informação, da identificação e da difusão de boas práticas.

ARTIGO 9.º
(Assistência social)

1. O Estado deve fomentar o surgimento de instâncias vocacionadas para o aconselhamento familiar com vista a prevenção da violência doméstica.

2. Para efeitos do número anterior as instituições devem apoiar-se, preferencialmente, nas áreas das ciências sociais, humanas e médicas.

ARTIGO 10.º
(Formação)

É assegurada a formação sobre as questões de género e violência doméstica a profissionais que intervenham no processo sobre a violência doméstica.

CAPÍTULO IV
Medidas de Protecção da Vítima

ARTIGO 11.º
(Estatuto de vítima)

Instaurado o processo criminal por infracção considerada violência doméstica, nos termos da presente lei, o lesado adquire automaticamente o estatuto de vítima para os efeitos legais, nomeadamente:

- a) acesso aos espaços de abrigo;
- b) atendimento preferencial para obtenção de prova pelas autoridades competentes;
- c) atendimento institucional, público ou privado, gratuito;
- d) emissão de declaração da condição de vítima de violência doméstica.

ARTIGO 12.º
(Medidas de protecção)

1. É assegurada protecção adequada à vítima, à sua família ou às pessoas em situação equiparada, sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de actos de vingança ou fortes indícios de que a sua privacidade seja gravemente perturbada.

2. Sem prejuízo das medidas e regras processuais previstas no Código Penal, no Código de Processo Penal e demais legislação complementar, constituído arguido por prática do crime de violência doméstica, o Ministério Público ou o juiz pode, sempre que a gravidade da situação o justifique, no prazo máximo de 72 horas, aplicar uma das seguintes medidas de protecção à vítima:

- a) encaminhar a vítima de violência doméstica provisoriamente para um espaço de abrigo temporário;
- b) proibir o contacto entre a vítima e o agente em locais que impliquem diligências na presença de ambos, nomeadamente nos edifícios dos tribunais e outros;

- c) determinar o apoio psicossocial por período não superior a seis meses, salvo se circunstâncias excepcionais impuserem a sua prorrogação;
- d) proibir ou restringir a presença do agente do crime no domicílio ou residência, em lugares de trabalho, de estudos e noutros frequentados regularmente pela vítima;
- e) apreender as armas que o agente tenha em seu poder, que permanecem sob custódia das autoridades na forma em que estas se estimem pertinentes;
- f) proibir ao autor o uso e a posse de armas de fogo, oficiando à autoridade competente para as providências necessárias;
- g) determinar o retorno à residência a quem dela haja saído por razões de segurança pessoal, na presença da autoridade competente.

3. Nos casos em que o agente viva em economia comum, a medida de injunção a opor àquele é o seu afastamento da residência, sempre que tal medida se afigure necessária.

4. O disposto nos números anteriores não prejudica a adopção das demais soluções constantes na legislação especial sobre a protecção dos familiares da vítima.

ARTIGO 13.º (Protecção dos bens)

1. Os bens pertencentes à vítima de que o agente do crime se tenha apossado contra a sua vontade devem ser, imediatamente, examinados pela autoridade competente e devolvidos à vítima.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando os bens pertencentes à vítima ou ao agente do crime tenham sido utilizados na prática do crime, podem ser apreendidos nos termos legais para fins de prova.

3. A celebração de contratos sobre os bens comuns deve ser feita nos termos do regime de bens por ambos adoptados no casamento ou na união de facto.

4. O previsto no presente artigo não prejudica a suspensão dos contratos celebrados no âmbito da relação de confiança entre os envolvidos.

ARTIGO 14.º (Prevenção da vitimização secundária)

A vítima tem direito a ser ouvida em ambiente reservado, devendo ser criadas condições adequadas para prevenir a vitimização secundária e evitar que sofra qualquer tipo de pressão.

ARTIGO 15.º (Vítima residente noutro Estado)

Sempre que a vítima de violência doméstica não possa comparecer pessoalmente por residir no exterior, pode prestar declarações através de videoconferência, teleconferência ou outros meios legalmente previstos.

ARTIGO 16.º (Cessação do estatuto de vítima)

1. O estatuto de vítima de violência doméstica cessa com o arquivamento do processo na fase de instrução preparatória, por despacho de não pronúncia ou após o trânsito em julgado da decisão.

2. A cessação do estatuto de vítima não prejudica que as autoridades competentes, ponderadas as circunstâncias concretas, mantenham as modalidades de apoio social que tenham sido estabelecidas.

ARTIGO 17.º (Atendimento gratuito)

O apoio médico, psicológico, social e jurídico às vítimas de violência doméstica é garantido gratuitamente, até que cesse o estatuto de vítima, pelos serviços públicos especializados e outras organizações da sociedade civil vocacionadas para o efeito.

CAPÍTULO V Medidas Administrativas

ARTIGO 18.º (Resolução administrativa de conflitos)

1. Os conflitos resultantes dos actos de violência doméstica que admitam desistência da queixa podem ser dirimidos administrativamente pelos órgãos públicos ou privados vocacionados para o efeito.

2. Para a solução dos conflitos de violência doméstica, os órgãos referidos no número anterior devem apoiar-se em técnicas de negociação que privilegiem a reconciliação.

3. O previsto no n.º 1 do presente artigo não prejudica o direito à indemnização devida à vítima.

ARTIGO 19.º (Espaços de abrigo e protecção)

1. Cabe ao Estado promover e coordenar o surgimento de espaços de abrigo para as vítimas e agentes de violência doméstica, a definir em regulamentação própria.

2. Na criação dos espaços de abrigo, previstos no n.º 1 do presente artigo, deve atender-se ao género, à idade e à segurança dos envolvidos.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os envolvidos na violência doméstica devem ser acolhidos em espaços de abrigo distintos, consoante sejam vítimas ou agentes do crime.

ARTIGO 20.º
(Apoio ao agente do crime)

1. O Estado deve promover a criação de condições necessárias para o apoio psicológico e psiquiátrico do agente do crime de violência doméstica.

2. Devem ser elaborados e implementados programas de recuperação dos agentes do crime de violência doméstica.

ARTIGO 21.º
(Encontros reconciliatórios)

1. Sem prejuízo de outros procedimentos e medidas que tenham sido adoptados, persistindo o conflito, podem ser promovidos, nos termos a regulamentar, encontros entre o agente do crime e a vítima, obtido o consentimento expresso de ambos, garantidas as condições de segurança necessária e a presença de um mediador credenciado para o efeito.

2. Os encontros reconciliatórios, referidos no número anterior, visam restaurar a harmonia familiar e social e a tutela dos legítimos interesses da vítima e do agente do crime de violência doméstica.

CAPÍTULO VI
Procedimento e Responsabilidade Criminal

ARTIGO 22.º
(Detenção em flagrante delito)

Em caso de detenção do agente por crime de violência doméstica, em flagrante delito, o detido mantém-se privado da sua liberdade até ser presente ao magistrado competente para interrogatório ou a juízo para audiência de julgamento sumário.

ARTIGO 23.º
(Detenção fora do flagrante delito)

Sem prejuízo do disposto na lei processual penal, a detenção do agente do crime de violência doméstica pode ser efectuada por mandado do Ministério Público, se houver perigo de continuação da actividade criminosa ou se mostre imprescindível à segurança da vítima nos termos previstos na lei.

ARTIGO 24.º
(Queixa, denúncia e desistência)

1. A queixa pode ser feita pelo lesado ou por quem tenha legitimidade nos termos da lei.

2. A denúncia pode ser feita por qualquer pessoa ou autoridade que tenha conhecimento do facto criminoso.

3. A vítima de violência doméstica pode, sem prejuízo dos casos em que a lei o proíba, desistir da queixa em qualquer fase do processo.

4. A queixa ou a denúncia pode ser apresentada, verbalmente, por escrito, por telefone, por via electrónica ou por outra via bastante, perante a autoridade policial ou ao Ministério Público.

5. Recebida a queixa ou a denúncia, as autoridades competentes devem averiguar da sua veracidade, para efeitos de procedimento criminal, nos termos da lei.

6. Quem proceder a queixa ou denúncia falsa incorre na pena aplicável ao crime de denúncia caluniosa.

ARTIGO 25.º
(Crimes que não admitem desistência)

1. Sem prejuízo do disposto na legislação penal, não admitem desistência, por constituírem crimes públicos em matéria de violência doméstica, os seguintes factos:

- a) a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível;
- b) a falta reiterada de prestação de alimentos à criança e de assistência devida à mulher grávida;
- c) o abuso sexual a menores de idade ou idosos sob tutela ou guarda e incapazes;
- d) a apropriação indevida de bens da herança que pelo seu valor pecuniário atente contra a dignidade social dos herdeiros;
- e) a sonegação, alienação ou oneração de bens patrimoniais da família, tendo em conta o seu valor pecuniário;
- f) a prática de casamento tradicional ou não com menores de catorze anos de idade ou incapazes.

2. Quem praticar um dos factos previstos nas alíneas a) e c) do número anterior é condenado na pena de prisão de dois a oito anos, se outra pena mais grave não lhe couber nos termos da legislação em vigor.

3. Quem praticar um dos factos previstos nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 1 do presente artigo é condenado na pena de

prisão até dois anos, se outra pena mais grave não lhe couber nos termos da legislação em vigor.

4. As penas previstas nos números anteriores não prejudicam o dever de indemnização imputável ao agente, nos termos da lei.

ARTIGO 26.º
(Elementos da queixa ou denúncia)

Da queixa ou denúncia devem constar os seguintes elementos:

- a) a identificação completa, se possível, da vítima e do agente;
- b) a relação doméstica, familiar ou outra entre o agente e a vítima;
- c) a descrição dos factos que motivaram a denúncia;
- d) os antecedentes de violência doméstica, se os houver.

ARTIGO 27.º
(Auto de ocorrência)

1. O queixoso ou denunciante é atendido, prioritariamente, pelas autoridades competentes que devem elaborar o auto de ocorrência, contendo:

- a) todos os elementos constantes da queixa ou denúncia, nos termos do artigo anterior;
- b) nome e idade da vítima, do agente e dos dependentes, se os houver;
- c) resumo sucinto dos factos e das medidas de protecção propostas pela vítima.

ARTIGO 28.º
(Atendimento ao queixoso ou denunciante)

1. Nos casos de violência doméstica, deve o agente de instrução registar a ocorrência e, sem prejuízo do previsto no Código do Processo Penal, adoptar imediatamente os seguintes procedimentos:

- a) ouvir a vítima ou o denunciante e lavrar o respectivo termo de queixa;
- b) recolher as provas necessárias para o esclarecimento das circunstâncias em que o facto ocorreu;
- c) remeter os autos, imediatamente, ao magistrado competente;
- d) determinar que se proceda ao exame da vítima e diligenciar, quando seja necessário, outros exames periciais;
- e) ouvir o agente e as testemunhas;
- f) acompanhar a vítima para aceder aos seus bens de utilização imediata.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, devem ser criados serviços especializados para tratamento dos crimes de violência doméstica junto dos órgãos de investigação e instrução criminal e do Ministério Público.

ARTIGO 29.º
(Dever de comparência)

Aquele que for, legalmente, notificado pela autoridade competente e não comparecer, por facto que lhe seja imputável, responde pelo crime de desobediência, punível nos termos da lei.

ARTIGO 30.º
(Direito à indemnização)

1. À vítima de violência doméstica é reconhecido o direito a obter, do agente do crime, de forma célere, uma indemnização pelos danos sofridos.

2. A indemnização referida no número anterior deve ser arbitrada tendo em conta a gravidade da agressão e a condição económica dos envolvidos.

3. Não tendo sido deduzido o pedido de indemnização civil no processo penal ou em separado em caso de condenação, o tribunal pode arbitrar uma quantia a título de reparação pelos prejuízos sofridos pela vítima.

CAPÍTULO VII
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 31.º
(Regulamentação)

A regulamentação da presente lei compete ao Titular do Poder Executivo.

ARTIGO 32.º
(Interpretação)

Na interpretação e aplicação da presente lei devem ser consideradas as condições de vulnerabilidade da vítima em situação de violência doméstica.

ARTIGO 33.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 34.º
(Direito subsidiário)

Em tudo que seja omissa a presente lei, regulam, subsidiariamente, as regras do Código Penal e do Código de Processo Penal, do Código Civil e do Código de Processo Civil e do Código da Família.

ARTIGO 35.º
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 21 de Junho de 2011.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António Paulo Kassoma*.

Promulgada aos 7 de Julho de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Lei n.º 26/11
de 14 de Julho

A Independência Nacional, proclamada a 11 de Novembro de 1975, constitui uma conquista inalienável do Povo Angolano e foi alcançada à custa de muitos sacrifícios, consentidos por vários filhos desta terra e outros anónimos que, durante o longo período da luta contra o então regime colonial português, esses valorosos combatentes, em nome da liberdade, sacrificaram-se e outros não pouparam as suas próprias vidas, deixando para sempre os seus entes-que-ridos;

O Estado Angolano, em reconhecimento, sentido patriótico e solidariedade nacional, assume como dever de honra, velar pela dignidade e respeito pelos direitos e benefícios de todos quantos tenham participado nessa conquista, dando assim o seu contributo invariável para o alcance de tão incommensurável valor, garantindo a sua protecção, preservação e dignificação, considerando-os como fonte de inspiração na sustentabilidade do patriotismo nacional.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea *n*) do artigo 164.º e da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

LEI SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO
DO DIA DO ANTIGO COMBATENTE
E VETERANO DA PÁTRIAARTIGO 1.º
(Objecto)

A presente lei tem por objecto institucionalizar, na República de Angola, o Dia Comemorativo do Antigo Combatente e Veterano da Pátria.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

O Dia Comemorativo do Antigo Combatente e Veterano da Pátria é uma data de celebração nacional, cabendo às instituições afins do Estado prestar toda a dignidade que a efeméride merece.

ARTIGO 3.º
(Institucionalização)

É institucionalizado o dia 15 de Janeiro como o Dia do Antigo Combatente e Veterano da Pátria que, para todos os efeitos, se comemora, nos termos do que dispõe a Lei n.º 10/11, de 16 de Fevereiro — Lei dos Feriados Nacionais e Locais e Datas de Celebração Nacional.

ARTIGO 4.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 5.º
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 21 de Junho de 2011.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António Paulo Kassoma*.

Promulgada aos 7 de Julho de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Lei n.º 27/11
de 14 de Julho

Considerando a necessidade de se proceder a ajustamentos pontuais ao Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2011, devido a necessidade de suplementar créditos e de inscrever despesas relacionadas com a melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente o programa de combate à pobreza, o programa nacional de urbanismo e habitação, o programa de estímulo à produção nacional de bens de consumo final e intermédios, o programa de promoção do comércio rural, o programa de recuperação de estradas terciárias e as despesas do processo eleitoral;

Considerando que tais ajustamentos têm contrapartida no excesso de arrecadação que se prevê da receita petrolífera e de disponibilidades de linhas de crédito já contratadas.

Anexo 4 – Declaração dos Direitos da Criança

Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959.

Preâmbulo

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, a sua fé nos direitos fundamentais, na dignidade do homem e no valor da pessoa humana e que resolveram favorecer o progresso social e instaurar melhores condições de vida numa liberdade mais ampla;

Considerando que as Nações Unidas, na Declaração dos Direitos do Homem, proclamaram que todos gozam dos direitos e liberdades nela estabelecidas, sem discriminação alguma, de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna ou outra situação;

Considerando que a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade uma protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento;

Considerando que a necessidade de tal protecção foi proclamada na Declaração de Genebra dos Direitos da Criança de 1924 e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos estatutos de organismos especializados e organizações internacionais preocupadas com o bem-estar das crianças;

Considerando que a Humanidade deve à criança o melhor que tem para dar,

A Assembleia Geral

Proclama esta Declaração dos Direitos da Criança com vista a uma infância feliz e ao gozo, para bem da criança e da sociedade, dos direitos e liberdades aqui estabelecidos e com vista a chamar a atenção dos pais, enquanto homens e mulheres, das organizações voluntárias, autoridades locais e Governos nacionais, para o reconhecimento dos direitos e para a necessidade de se empenharem na respectiva aplicação através de medidas legislativas ou outras progressivamente tomadas de acordo com os seguintes princípios:

Princípio 1.º

A criança gozará dos direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão reconhecidos a todas as crianças sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra da criança, ou da sua família, da sua origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação.

Princípio 2.º

A criança gozará de uma protecção especial e beneficiará de oportunidades e serviços dispensados pela lei e outros meios, para que possa desenvolver-se física, intelectual, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.

Princípio 3.º

A criança tem direito desde o nascimento a um nome e a uma nacionalidade.

Princípio 4.º

A criança deve beneficiar da segurança social. Tem direito a crescer e a desenvolver-se com boa saúde; para este fim, deverão proporcionar-se quer à criança quer à sua mãe cuidados especiais, designadamente, tratamento pré e pós-natal. A criança tem direito a uma adequada alimentação, habitação, recreio e cuidados médicos.

Princípio 5.º

A criança mental e fisicamente deficiente ou que sofra de alguma diminuição social, deve beneficiar de tratamento, da educação e dos cuidados especiais requeridos pela sua particular condição.

Princípio 6.º

A criança precisa de amor e compreensão para o pleno e harmonioso desenvolvimento da sua personalidade. Na medida do possível, deverá crescer com os cuidados e sob a responsabilidade dos seus pais e, em qualquer caso, num ambiente de afecto e segurança moral e material; salvo em circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não deve ser separada da sua mãe. A sociedade e as autoridades públicas têm o dever de cuidar especialmente das crianças sem família e das que careçam de meios de subsistência. Para a manutenção dos filhos de famílias numerosas é conveniente a atribuição de subsídios estatais ou outra assistência.

Princípio 7.º

A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deve ser o princípio directivo de quem tem a responsabilidade da sua educação e orientação, responsabilidade essa que cabe, em primeiro lugar, aos seus pais. A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a actividades recreativas, que devem ser orientados para os mesmos objectivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos.

Princípio 8.º

A criança deve, em todas as circunstâncias, ser das primeiras a beneficiar de protecção e socorro.

Princípio 9.º

A criança deve ser protegida contra todas as formas de abandono, crueldade e exploração, e não deverá ser objecto de qualquer tipo de tráfico. A criança não deverá ser admitida ao emprego antes de uma idade mínima adequada, e em caso algum será permitido que se dedique a uma ocupação ou emprego que possa prejudicar a sua saúde e impedir o seu desenvolvimento físico, mental e moral.

Princípio 10.º

A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal, e com plena consciência de que deve devotar as suas energias e aptidões ao serviço dos seus semelhantes.

Anexo 5 – Plano da entrevista

Tema

Delinquência juvenil: o que leva os jovens a enveredar por este caminho. O presente guião tem por base as hipóteses anteriormente formuladas.

Hipótese 1 – A pobreza *per si* conduz à delinquência.

Hipótese 2 - Os maus-tratos infantis conduzem à delinquência.

Hipótese 3 – O tipo de gestão familiar contribui para a delinquência.

Objectivos gerais

1. Recolher informações que permitam perceber por que motivo os jovens, oriundos de meios sócio-culturais distintos (baixo e médio/alto), caem na delinquência.
2. Recolher informação que permita compreender por que motivo(s) alguns jovens oriundos de zonas desfavorecidas não enveredam pela delinquência.
3. Recolher elementos que permitam descobrir e sistematizar as razões que levaram estes jovens à delinquência.
4. Recolher e sistematizar elementos que permitam descobrir por que alguns jovens, embora vivendo em condições adversas, não enveredaram pela delinquência.

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Formulário das perguntas
A Legitimação da entrevista e motivação	Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado	<ol style="list-style-type: none">1. Explicar, em linhas gerais, os objectivos do nosso trabalho de investigação: perceber o que leva os jovens à delinquência2. Solicitar a ajuda do entrevistado dado que as suas informações são absolutamente necessárias para o êxito do nosso trabalho.3. Assegurar o carácter confidencial dessas informações.

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Formulário das perguntas
B A infância	Recolher informações sobre a infância do entrevistado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para te conhecer melhor, gostaria de falar um pouco sobre a tua infância... 2. Com quem é que crescestes? 3. Os teus encarregados de educação trabalhavam? - se sim, em quê - se não, porquê 4. Quais as habilitações dos teus EE? 5. E tu, até que ano estudaste? 6. Onde vivias? 7. Foste vítima ou presenciaste algum ato de delinquência/criminalidade?
C Maus-tratos na infância/ adolescência	Recolher informações sobre a perpetração de maus-tratos na infância/ adolescência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alguma vez presenciaste ou estiveste envolvido em situações de violência doméstica? 2. Sofreste maus tratos na infância? Se sim : Até que idade? Que tipo de maus tratos? - físicos (agressões) - psicológicos – abuso emocional, negligência - abuso sexual 3. Como te sentiste? (triste, revoltado, furioso, ...) 4. Como reagiste? - agora à distância, o que te parece, foi a melhor atitude? 5. Procuraste ajuda? Se sim: - de quem? - conseguiste que te ajudassem? Se não: porquê? 6. Olhando para trás, o que achas que poderias ter feito melhor? E como achas que te poderiam ter ajudado?

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Formulário das perguntas
<p>D A vida do jovem delinquente na atualidade</p>	<p>Recolher informações sobre o modo de vida do entrevistado na atualidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> Qual é a tua ocupação atualmente? <ul style="list-style-type: none"> - estudas? O quê? - trabalhas? Onde? Gostarias de ter outra ocupação? Qual? O que seria preciso para conseguires ter essa ocupação? Com quem vives? <ul style="list-style-type: none"> - com os pais ou outros familiares - com amigos - sozinho Que razões te levaram a sair de casa dos teus EE? Quais são as ocupações das pessoas com que vives? E quais as suas habilitações literárias? Atualmente sofres algum tipo de mau-trato? <p>Se sim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - qual? - por parte de quem? - com que frequência? Como te sentes? Como reages? No bairro em que vives, já foste vítima ou presenciaste algum ato de delinquência/ criminalidade?⁵²

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Formulário das perguntas
<p>E Experiência de delinquência Na atualidade</p> <p>(Justiça restaurativa)</p>	<p>Recolher informação que permita traçar o perfil do jovem delinquente</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. E tu, já praticaste algum ato de delinquência/criminalidade? 2. Qual / quais? 3. Em que circunstâncias? 4. Com que frequência? 5. Na altura pareceu-te que era a única solução? E agora à distância o que te parece? 6. Na tua opinião o que poderia ter evitado a concretização de tal ato? 7. Já estiveste preso? 8. Se sim, qual o balanço que fazes dessa experiência? <ul style="list-style-type: none"> - aspetos positivos - aspetos negativos 9. Se houver a possibilidade de te encontrares com a(s) vítima(s) dos teus atos de delinquência, gostarias de o fazer? <p>Se sim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o que achas que sentirias? - o que lhe(s) dirias?

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Formulário das perguntas
F Vícios	Verificar se existe algum tipo de dependência	<ol style="list-style-type: none"> 1. À tua volta, há quem tenha vícios, dependência de alguma coisa? Tabaco, álcool, drogas? 2. E tu? Tens algum tipo de vício? 3. Qual? 4. Que drogas consomes? (se o entrevistado tiver referido o consumo de drogas) 5. Com que frequência consomes essas substâncias? (tabaco, álcool, drogas) Se sim: como financias o teu vício? 6. Quando consomes qualquer uma destas substâncias, como te sentes? 7. E depois do seu efeito passar, como te sentes? 8. Na tua opinião há alguma alternativa ao consumo de ...?
G Mudar de vida	Verificar o grau de satisfação do entrevistado relativamente à sua vida e se pretende modificá-la	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gostas da vida que tens? Se sim: porquê? Se não: <ul style="list-style-type: none"> - que tipo de vida gostarias de ter? - porquê? - o que te falta para o conseguir? - a nível pessoal (qualidades como a coragem, persistência, por exemplo) - que estarás disposto a fazer para atingir esse objetivo? - a nível familiar (apoio da família e amigos) - a nível institucional (apoios de ONGs, do Estado) 2. Que conselhos darias aos jovens para não caírem na delinquência? 3. Que conselhos darias aos jovens delinquentes que querem mudar de vida?

Anexo 6 – Síntese das entrevistas realizadas a jovens delinquentes

E1

Perfil: Cresceu com os pais. O pai faleceu (era pastor na igreja) e a mãe não trabalha. Os pais fizeram a 4ª ou a 8ª classe. O entrevistado estudou até à 10ª classe. Já presenciou muitos atos de delinquência. Jovem delinquente. Não quis revelar mais sobre a sua vida, receando que o entrevistador pertencesse à segurança.

Hesitou na resposta, mas disse que na infância sofreu alguns maus-tratos até aos 14 anos. Depois de o pai falecer viveu com os tios, dando a entender que foram os tios a mal tratá-lo. Refere como maus-tratos sofridos “invenções, chamarem-te nomes, nomes que tu não és, muita coisa”. Questionado sobre se os tios lhe batiam, confirmou que sim. O entrevistado sentia-se “muito mal. Diz que os tios “achavam aquilo [os maus tratos] uma coisa normal” e diziam que era para o seu bem.

Não procurou ajuda.

Na resposta à pergunta "Como é que achas que naquela altura podiam ter-te ajudado?" diz que devia ter sido mais informado. “é complicado”

Estuda Ciências Humanas e trabalha num salão de beleza. Gostaria de trabalhar num sítio melhor onde se ganhe mais (“função pública, etc.”). O entrevistado refere que para o conseguir tem que se formar. Atualmente vive com a mãe e com os irmãos.

O entrevistado refere que, quando faleceu, foi para a casa de uma tia, “que cuidava de nós todos [supõe-se que esteja a referir-se a si próprio e aos irmãos]”. “A tia mandava e quando tu não cumprias era um caso”. Refere que ia “na praça, vender”.

Já foi vítima de delinquência mas nunca viu ninguém ser vítima de delinquência.

Já praticou atos de delinquência, em grupo. “Éramos atacados e formámos um grupo para nos defendermos. Era para nos defendermos dos inimigos, naquele tempo havia muitos grupos”.

O entrevistado afirma que o número de grupos de delinquentes ter-se-á reduzido (“um bocadinho”) devido ao aumento do número de “esquadras escolares” que o “governo angolano dos anos passados” implementou.

Nunca esteve preso. Diz que hoje, se encontrasse os antigos membros do grupo em que se inseria que perguntava se ainda permaneciam “na mesma vida”. Só bebe cerveja, não consome drogas. A cerveja levanta-lhe a autoestima (não se sabe se bebe apenas socialmente ou se é alcoólico). Quando o efeito passa sente-se mais calmo. Gosta da vida que tem.

Para não caírem na delinquência, aconselha os jovens a estudarem e a terem mais formação. Quanto aos jovens delinquentes que querem mudar de vida diz “ninguém gosta de ter uma má vida, se querem mudar de vida é bom para eles”.

E2

Perfil: Jovem que sofreu maus tratos, de uma família desestruturada de classe media-baixa. Foi delinquente mas deixou a vida de marginal, optando agora por trabalhar e estudar.

Cresceu com o pai e “com madrastas”. Foi mesmo uma vida muito dura. Se falarmos sobre isso é como se estivesse a reviver esse momento. É muito pesado. Mas é bom estar uma vez a contar essa história”.

A Mãe vive sozinha. O entrevistado dá a entender que fugia para casa da Mãe e que a família ia buscá-lo: “eles iam sempre me buscar quando fugia”. “Aquilo era mesmo um sofrimento. Você é o primeiro filho do teu velho mas o teu velho já terminou com a tua velha há muito tempo mas quer ficar contigo e arranja uma mulher para tomar conta [do filho]”.

A madrasta maltratava-o, culpando-o pelos problemas conjugais do casal: “quando o meu velho ia trabalhar qualquer coisa era comigo. Qualquer raiva sobre eles, discussão deles era comigo. Chamava-me nomes, eu é que impedia a life deles.” Segundo o entrevistado, a madrasta inventava coisas que “não existiam” [mentiras] e fazia queixas ao marido de situações que não se tinham verificado. “Fazia-me mesmo coisas malaicas”, refere sobre a madrasta.

O pai trabalha [no Malongo, não se sabe o que faz]. Depreende-se que a madrasta não trabalhava: “ficava aí, inventa coisas”. Ela em um filho “particular e você nota mesmo a diferença de tratamento, é uma diferença grande”. Sofreu vários atos de violência doméstica, “inclusive do “velho” [pai] e também já os presenciou entre o pai e a madrasta, em que vários objetos serviram de ferramentas de ataque (“barrotes, tachos, panelas”).

Sofreu maus tratos na infância (“pancadas, mesmo”), mas na resposta à pergunta “sofreste maus tratos na infância. “Os amigos, os vizinhos e as pessoas mais próximas é que davam algo de incentivo”, refere. Sofreu maus-tratos até aos 14/15 anos. Era maltratado pelo pai e pela madrasta.

“Nos olhos deles não tinha o mesmo tratamento”. Era agredido com objetos, nomeadamente sapatos. Ficou com uma marca feita por um sapato da madrasta. “Era raiva, mesmo ódio, acho que a minha presença os incomodava mas eu não sabia porquê, nada fazia nada que os irritasse”. “Eu sentia-me um visitante naquela casa, um estranho, não era bem-vindo. Eu tremia no meio deles, não me sentia à vontade, sofria muitas pancadas. Você sente uma diferença de tratamento. Sofri bué. Depois, te obriga a calar e a lavar pratos”.

Questionado sobre se a atitude que tomou foi a melhor quanto à violência doméstica de que foi vítima, o entrevistado parece dizer que não poderia ter feito mais nada a não ser “ir na onda”, pois era apenas uma criança de 1, 12 anos” e não tinha autonomia.

O pai chegou a estudar no ensino superior mas o entrevistado não sabe dizer até onde chegou. Diz que o pai “tem muita responsabilidade [profissional]”.

O entrevistado estudou até à 10ª classe.

No bairro onde vivia já presenciou atos de delinquência, testemunhou alguns ou foi vítima. “Isso acontece bué lá na banda e noutras bandas. (...) não querem saber o que te vai acontecer”. O entrevistado dá a entender que se registam muitos atos de violência “lá na banda e noutras bandas”.

E3

Resumo: entrevistado fez parte de um gangue que comete vários crimes. Quer dar a entender que já não pratica esses atos, quando tal não é verdade.

O entrevistado cresceu com os pais. Cresceu com os pais e com as tias. Os pais trabalhavam (o pai trabalhava “nessas coisas da informação, TPA”), a mãe é “uma senhora batalhadora e negociante, viaja muito em negócios”. Os pais fizeram a 5ª classe.

O entrevistado frequenta a 7ª classe.

Já presenciou atos de delinquência e já foi vítima (“graças a Deus consegui livrar-me nessa situação”). Disse ter já visto coisas piores do que aquelas de que já foi vítima. “Vivo no meio dos bandidos, numa sociedade má”. Já presenciou “alguém a ser assassinado”.

Já assistiu a casos de violência doméstica entre vizinhos. Sofreu maus-tratos até aos 18 anos.

Percebi que o motivo da violência de que foi alvo prendia-se com o facto de pedir aos pais bens que eles não lhe podiam dar. “Os pais voltavam-se contra mim e acabavam por me espancar e isso tornou-se um hábito. Sentia-me isolado e muito mal, sozinho neste mundo, sem falta de carinho”.

O entrevistado referiu que se revoltava devido á situação, dizendo que se ia vingar. Sentia-se mal, “acorrentado”, condicionado. “Queria fazer mal mesmo”.

Diz ter procurado ajuda junto de familiares e amigos. “Comecei a tentar analisar os factos e a mudar aos poucos”. Diz ter seguido os conselhos dessas pessoas.

Na resposta à pergunta “o que poderias ter feito para tentar evitar conflitos dentro de casa?” O entrevistado respondeu que “Há certas coisas que temos que engolir, não falar para melhorar o clima”. Começou a adotar essa estratégia (de não responder em muitas situações, numa ótica de apaziguamento, sugerida por outros familiares e amigos), o que melhorou o clima familiar.

Estuda mas não trabalha. Estuda na escola pública. Deve referir-se ao facto de ter essas disciplinas.

Saiu de casa dos pais porque “em casa havia muitos choques e os pais não conseguiam aguentar e eu também não conseguia aguentar. Fazia muitas coisas, estava num clima mesmo muito perigoso [embora aqui pareça estar a referir-se a um ambiente fora de casa]”.

Os amigos com quem vive “são drogueiros, a vida deles é só jogar à bola, uma vida mesmo horrível nos becos, tentar violar, tentar prejudicar, memo, roubar a casa do vizinho, fazer os planos de noite

para assaltar. Uns estudaram até à 4ª classe, à 5ª classe, outros desistiram, não resistiram a essa vida que estou a levar. Outros não tiveram o privilégio de estudar por falta de patrocínio [dinheiro para pagar os estudos]. Esses vivem na rua, outros não conhecem nem pai nem mãe. A maioria não estuda”.

O entrevistado disse ter visto um amigo ser assassinado por motivos passionais. Pertenceu a um grupo [gang]. Parece ter dito que foi o “capitão” do grupo. “Fazíamos planos a partir das 23h. Quem é que nós podemos prejudicar?”, perguntavam a si próprios, em busca de acção. “Já bati grandes raparigas, cria-me um stress. Ele espanca mesmo moça. Eu fui conhecido a nível de Angola. Na minha área eu sou um dos grupos mais conhecidos e mais procurados. Por isso não chega, porque eles têm mesmo tropas, elites. Eu já cortei a cabeça de um indivíduo”. O entrevistado fala com orgulho do seu gang e dos seus crimes.

“Nós fazíamos isso a toda a hora, constantemente. Era como trocar de roupa a toda a hora. Hoje vamos fazer um plano na zona A, na zona C. Nós fazíamos turnos, não dormíamos, combinávamos com outros grupos, o nosso grupo era muito extenso.”

Na resposta à pergunta se esses atos eram a única solução da sua vida o entrevistado afirma que sim, “porque já estava acostumado àquilo e era a vida mais boa. Eu gostava, os meus amigos gostavam. Sair daquela vida era difícil porque me adaptei e me levou a ser alguém neste mundo”, diz com orgulho.

O entrevistado considera agora aquele tipo de vida “era muito má, muito triste, que você se arrisca. Consegues perder as pessoas de quem tanto gostas. Esse tipo de vida é horrível”. Fala com desespero dessas situações.

“O que poderia ter acontecido para que não cometesses esse atos?” – “é a pessoa entregar-se ao mundo religioso, entregar-se mais ao estudo e ouvir os conselhos dos pais, dos vizinhos”.

O entrevistado já esteve preso. Quanto a essa experiência, refere que “só via muita escuridão, sentia-me isolado, via muitas coisas negativas em mim. Nem a família me visitava. Ficava pequeno de tanto pensar. A cadeia é horrível. Ali pensas nas coisas que fizeste mal, como se estivesse no inferno, num buraco sem saída”.

“Arrependi-me bastante por estar naquela vida horrível e graças a Deus consegui superar isso”.

Questionado sobre se gostaria de se encontrar com as suas vítimas, “explicava que já não sou a pessoa do passado, já mudei, realmente já mudei. Já pedi perdão pelo passado”.

Tem amigos dependentes de drogas, álcool e tabaco. “Há amigos que o dinheiro deles é só para isso, não conseguem sobreviver nessa situação. Eles sentem-se mesmo mal”, diz o entrevistado. Tem o vício do álcool, até “rebentar”. Para alimentar o vício do álcool diz “tramancar” [roubar]. Quando roubava usava o dinheiro para beber – “no mesmo dia vou no álcool”.

Questionado sobre o que sente quando bebe, o entrevistado diz que lhe dá “uma sensação positiva, dá-me uma sensação de bater pessoa, mesmo, dá-me stress, dá-me vontade de espancar até o gajo

estar no limão[???]”. Aparentemente, o entrevistado comete efetivamente esses atos. Quando o efeito do álcool passa sente-se arrependido – “não pode ser, acho que foi um clone que fez aquilo. Os amigos ficam contra mim. Uma noite só tive pesadelos e foi muito mau para mim”. Diz que a única alternativa para deixar o álcool é “se entregar na palavra, se entregar na Igreja. Jesus tem poder, é só crer no nome dele”. Afirma gostar da vida que leva.

Para os jovens não caírem na delinquência aconselha-os a “inclinarem-se para os conhecimentos positivos, ler muito, ter conhecimento das coisas que envolvem o país, principalmente ter a cultura de ler o jornal, porque quanto mais tempo ler o jornal menos vai ter tempo para vadiar e criar um ato negativo [criminoso], para ganhar mais experiência e ver as coisas boas que você tem que traçar [objetivos de vida]. É preciso ganhar mais tempo na escola, ganhar mais experiência, ganhar mais tempo, fazer trabalhos de investigação e inclinar-se nas coisas de Deus”.

Aos jovens delinquentes que querem deixar de o ser, o entrevistado deixa a mensagem que “dou forças para saírem dessa vida de delinquência, que olhem à sua frente [planeiem o futuro], porque o caminho é tão longo. Nada é fácil, é sempre difícil. Caminhar sempre em frente, ser corajoso, ser forte, ser muito inteligente, ter muita capacidade e assim consegue resolver alguma coisa”. Termina a entrevista dizendo que a entrevista o ajudou muito.

E4

Cresceu com o pai e a mãe mas foi apenas na infância. Depois, cresceu com um amigo “fetara” [que rouba] mas esse amigo não rouba. Os pais trabalhavam. O pai fez só o Curso Médio e a mãe até à 11ª classe. O entrevistado estudou até à 10ª classe.

Já presenciou vários atos de delinquência e “também fui um deles, andava com delinquentes. Fumava, também, agora ainda fumo mas não roubo”.

Já presenciou situações de violência – “eu estava lá mas não fiz nada, estava lá só a andar com as pessoas, com os meus amigos, apenas assisti, eles não queriam deixar, estavam drogados, violaram a miúda, a polícia apareceu e levou-a ao hospital”.

Questionado sobre a violência doméstica, o entrevistado confunde o conceito – assim como se verifica com os outros – dizendo que lutou com um vizinho com um vizinho de quem não gostava muito e que lhe falava mal. O entrevistado agrediu o vizinho com uma garrafa.

Sofreu maus tratos na infância – “sofri muito, desprezavam-me muito”. Sofreu maus-tratos até aos 3 anos. “Para comer tratavam-me mal, chamavam-me bandido, drogueiro, essas coisas todas”.

O entrevistado sentia-se muito triste com esse tipo de situações, até que decidiu começar a estudar e a trabalhar, “a batalhar na vida”, tendo alugado um quarto. Quando era maltratado, o entrevistado tinha vontade “de pegar numa faca e espetar na pessoa” que o maltratava, “mas depois pensava” e não fazia aquilo. Considera que agiu bem, pois não “agiu nada de mal, saí daí e fui-me embora” [ou

seja, não perpetrou agressões]. Nessa fase difícil da sua vida pediu ajuda a muita gente – “depois comecei a viver uma vida normal. O Fetara é meu amigo, ele ajudou-me”.

Após ser ajudado começou a ter “bons comportamentos, a procurar emprego, deixei de fumar...”. Atualmente estuda e trabalha. Trabalha como aprendiz de mecânico na Toyota mas gostaria de fazer outra coisa profissionalmente.

Vive sozinho. Saiu de casa dos pais porque “estava a sentir-me mais velho, queria estar à vontade, sozinho” mas continua a visitar os pais. Queria lutar pela vida, “como faço hoje”. Atualmente, quem o maltrata são os tios e as tias – “tão a querer ver-me mal”. Maltratam o entrevistado se ele não deixa “algo” na casa dos tios [dinheiro]. Não diz a que maus-tratos é sujeito, mas refere que há-de sempre ajudá-las, “para ter dinheiro para dar”.

O entrevistado afirma ter assistido a violência no bairro em que vive. “Estava no meio de bandidos e na rua passava um jovem e eles foram lá, agrediram-no, tiraram-lhe o telefone e fugiram [aqui, o entrevistado distancia-se dessas ações]. Já roubei, já lutei, já matei, continuo a fazer isso até agora, sou gatuno, sou drogueiro, não sei se me vão ajudar ou não” [portanto, à semelhança do entrevistado anterior, este entrevistado parece dar querer a entender que a experiência no crime já passou, quando afinal se mantém. Contradiz-se totalmente].

O entrevistado refere que toma essas atitudes porque não tem ninguém que o ajude – “drogo, roubo, mato, agrido, violo, faço vandalismos, para mim é uma coisa normal”. Parece querer dizer que vai continuar assim.

Já estive preso 3 vezes. Diz ser capaz de “pedir desculpa” às suas vítimas. “São coisas que acontecem na vida, depois começamos a mudar, vamos à igreja, procuramos o bom caminho para sair do caminho negativo” [uma vez mais, o entrevistado parece querer dizer aquilo que entende ser o que fica melhor e não a realidade].

O pai, o tio e o avô fumam. O entrevistado tem “vários vícios” – “fumo chicken e liamba, bebo, fumo droga, bebo whisky. Sou drogueiro, com orgulho. Gosto de fumar bem, faz-me bem. Fumo para não pensar muito na vida. Fumo cocaína, fumo liamba, fumo libanga. Fumo porque é o meu vício, gosto de fumar, faz-me bem, sou drogueiro, é bom, faz-me bem fumar aquilo”.

Quanto à forma como financia o vício, afirma ser “desenrascador, desenrasco o meu dinheiro. O que der para comer como, o resto é para os meus vícios”. O entrevistado diz que, quando consome as referidas substâncias, se sente “tipo não sou eu, sinto-me perdido, dá-me vontade de fumar mais e de fazer mal às pessoas. Gosto mesmo de fumar, é o meu vício”. Passado o efeito, afirma sentir-se “aliviado, à vontade, sem aquelas loucuras, converso bem com as pessoas, não faço mal a ninguém, dá-me vontade de trabalhar”.

Afirma que “só me sinto melhor quando não fumo, sem fumo sem droga, sinto-me melhor”, o que contradiz o seu gosto por fumar drogas. “Sempre que fumo a cabeça não bate bem, dá-me vontade de roubar. Estar sem fumar é melhor”. Parece dizer que gostava de deixar as drogas, menos a liamba, que é uma erva natural, “faz-me bem”.

Diz que gosta da vida que tem mas “tem momentos que me fazem perder a vontade de viver”.

Quanto à resposta à pergunta “que conselhos darias aos jovens para caírem no mau caminho?”, o entrevistado diz que recusem as más companhias – “drogueiros” -, “que estudem, vão à igreja. Se seguirem o caminho da delinquência ele vai destruir a tua vida”. Aos jovens delinquentes que queiram mudar de vida o entrevistado aconselha a que “deixem de se drogar, a droga não faz bem, o melhor é procurar a escola, o caminho da Igreja, trabalhar, alugar uma casa e procurar uma boa vida. A vida de delinquência não é vida nenhuma, tem riscos – se não é morte é cadeia, se não é cadeia é fumar droga e depois entra e sai, entra e sai. Dar carinho à tua família e deixar de roubar, ir à Igreja e estudar” são as palavras finais que deixa.

E5

Cresceu num meio onde havia muitos jovens delinquentes. Morava em casa dos tios, com quem cresceu. Deixou a casa dois tios e agora vive com os irmãos. Os tios trabalhavam – o tio numa empresa petrolífera. “Estudou fora”. O entrevistado diz que estuda biologia mas não diz em que ano. Estuda biologia e afirma que gostava de “ter uma empresa minha e trabalhar para o governo”. Quando questionado sobre se gostaria de ter outra ocupação é isso que refere.

Morava na casa dos pais mas estes não trabalhavam, pelo que foi viver com os tios “para ter uma boa vida. Vamos ver se a vida muda”.

“Sempre que eu pedia alguma coisa o meu tio mandava-me esperar”. O entrevistado parece dizer que formou um gangue na escola “para assaltar”.

Sobre se já presenciou atos de violência doméstica o entrevistado conta uma história em que viu um rapaz na rua com um chapéu de que gostou lhe pediu para experimentar. “Ele começou a exaltar-se e entrámos em briga”.

O entrevistado furtava dinheiro em casa dos tios – “quando o tio não está, a tia não está, pegava na mala, lá no guarda-fato, e ia comprar o que eu queria”.

O entrevistado diz que sofria maus tratos, mas o que considera maus tratos não o são – “não poderia sair, não poderia estar com os cambas, sempre que voltava em casa era um grito. Se eu não fizesse nada em casa era um caso”.

Diz ter sofrido estes “maus tratos” até aos 12 anos e não preferir “não falar disso”.

Quanto à resposta à pergunta se achou que agiu bem o entrevistado dá a entender que sim – “é tio, né? Preferia manter-me calado, se falasse era em caso, para mim”. Procurava ajuda “dos cambas, mesmo, da tia. Quando tinha problemas em casa ia para casa dos amigos, ficava ali, davam-me comida”.

Quanto à atitude – neste caso, a “atitude” parece ter sido ir para casa dos amigos para fugir dos problemas familiares.

Agora não sofre maus-tratos. Já praticou atos de delinquência. Prefere não dizer com que frequência o entrevistado e os amigos assaltavam pessoas. Afirma que está “calmo, agora”.

Diz nunca ter sido preso por ter conseguido fugir da polícia.

Diz que gostaria de estar face a face com as suas vítimas, “a conversar”. Diria que “passado é passado, tentava puxar amizade”.

Parece dizer que os amigos “fumavam e drogavam”. O entrevistado fuma, bebe cerveja e usa anças. Diz que só as consome quando está desanimado – “uma vez por semana”. Para financiar o vício rouba. Quando passa o efeito dessas substâncias sente-se “mais calmo, como se não tivesse havido nada” mas não refere o que acontece quando consome. Não encontra alternativa às substâncias que consome.

Afirma gostar da vida que tem – “sinto-me bem assim”. Para não caírem na delinquência, aconselha os jovens “a não seguirem o mesmo caminho, porque essa vida...pa’, para eles não seguirem esse caminho”.

Aconselha os jovens delinquentes a mudarem de vida. Ele próprio diz que gostaria de mudar mas aparentemente não sabe explicar porquê.

E6

O entrevistado cresceu num internato, para o qual foi levado por uma tia. É órfão (os pais já faleceram).

A tia não trabalhava, “desenrascava a vida”. Por não ter condições para criar o entrevistado foi entregá-lo ao internato. O entrevistado não sabe até que classe a tia estudou. Ele próprio estudou até à 8ª classe (no internato), tendo desistido na 9ª “porque a delinquência era demais”.

Já esteve envolvido em várias situações de violência doméstica: “fui mal tratado e já mal tratei muito”, diz o entrevistado. Sofreu maus tratos no internato (entre os 7 e os 12 anos). “O internato tem regras e quem as quebrar é castigado. Os castigos eram muito difíceis. Se não trabalhares não comes. De segunda a sexta tens que ficar no internato e obedecer às regras. Ao sábado e ao domingo davam dispensa para visitar a família”.

Perante os maus tratos o entrevistado sentia-se “muito mal, muito oprimido da minha vida”. A sua reação perante os maus tratos era “não quebrar as regras para não sofrer maus tratos”.

“Quem desobedecesse às regras do internato, naquela semana trabalhava 3 dias. Acordava às 4:30, varria o quintal, catava a água, limpava o chão e lavava a roupa dos camaradas do internato”, afirmou o entrevistado.

Durante o tempo em que sofreu maus tratos o entrevistado procurou ajuda mas ninguém o ajudou “a não ser o deus do céu, que me dava vida, que me ajudava a resolver os meus problemas”.

À pergunta “o que achas que podias fazer para melhorar esse sofrimento, essa condição de vida que estavas a passar?” o entrevistado respondeu “não me envolver, não esperar, o que me aconteceu atrás aconteceu mais à frente. Esta é a minha decisão”.

Atualmente o entrevistado é serralheiro mas ainda não tem certificado. O entrevistado diz que “há falta de trabalho”.

Gostaria muito de ter outra ocupação, diz o entrevistado. “Gostaria de ter um emprego, de trabalhar e ganhar mensalmente. Vou procurar uma menina para viver comigo e para fazer família”.

O entrevistado gostaria de fazer mais um curso para adquirir o certificado e “é com esse curso que vou adquirir um emprego”. Atualmente vive sozinho. Saiu da casa dos pais após o falecimento destes.

Integra um grupo de delinquentes que atua fora das zonas em que os seus elementos vivem: “Não praticamos [atos de delinquência] no nosso bairro, nem na minha zona, praticamos noutra zona”.

Questionado sobre que tipo de atos pratica com o seu grupo, o entrevistado afirma “batemos pessoal na rua, desmontamos coisas alheias. Todos os dias [praticamos atos de delinquência], sobrevivemos daquilo. Se não fizermos aquilo não temos nada. É o motivo que nos leva a bater, a receber”, diz.

O entrevistado observa que esta é a única solução para sobreviver. “Por enquanto, agora não temos emprego, quando conseguirmos [um emprego] vamos deixar” [a delinquência].

O entrevistado já cumpriu 1 ano e 4 meses de prisão. À pergunta “o que tiraste de positivo e de negativo da prisão” respondeu “espero não voltar mais àquele sítio, é uma miséria. Fui educado, aprendi muitas normas, muitas regras enquanto me encontrava na cadeia”.

À pergunta “se pudesses encontrar as vítimas dos teus crimes o que gostarias de lhes dizer?” o entrevistado percebeu a pergunta ao contrário, pensando que se referia aos delinquentes. Respondeu “daria muitos conselhos, para que possam deixar aquela vida. Peço a Deus que possa vir me tirar [da vida de delinquência].

Respondendo à pergunta “no teu grupo há algum tipo de vícios? Tabaco, álcool, drogas?” O entrevistado responde “eu só me injeto drogas de semana. Neste preciso momento eu ‘tou drogado’ (o entrevistado dá muita ênfase à palavra “drogado”).

O entrevistado consome cocaína. “Meio quilo são 30 dólares, um quilo são 60 dólares”.

Na resposta à pergunta “com que frequência consomes cocaína?” responde “Todas as semanas. Se eu meter esta semana vai fazer quase 3 semanas sem meter nenhuma porra. Cada vez que bebo água ‘tou no lume, ‘tou no limão”.

Respondendo à questão: “consomes álcool?”, o entrevistado afirmou “infelizmente eu não consumo álcool, a minha droga é a cocaína”.

O entrevistado diz que se sente “muito diferente, sinto-me rigoroso” quando mete cocaína. Quando o efeito da droga passa sente-se muito mal, “porque já está no sangue”. “É só cocaína, fora disso não entra mais nada” [no seu organismo], afirma, como resposta à pergunta sobre se, para ele, existe alguma droga que possa substituir a cocaína.

O entrevistado afirma não gostar da vida que tem. “Gostaria de ter uma vida normal, ter o meu carro, a minha casa, os meus filhos, a minha esposa, ter um emprego garantido...só aí é que vou deixar a bandidagem”.

Para atingir estes objectivos na vida, diz que falta vontade própria e muito apoio. O conselho que o entrevistado daria aos jovens para não caírem no mundo da delinquência era precisamente “entrarem no mundo da delinquência, para eles saberem, para viverem a realidade e o sofrimento” (aqui há uma contradição com uma resposta anterior, em que diz que lhes daria conselhos para deixarem a delinquência).

O entrevistado diz que os jovens delinquentes que querem deixar o crime devem “continuar no mundo da delinquência, que é o caminho do diabo, é o caminho de satanás”.

E7

O entrevistado cresceu com os pais mas agora vive só. Parece dizer que quando saiu de casa foi viver na rua, “tirando coisas alheias. Até hoje faço isso. Vejo isso como algo que me dá dinheiro para comer, beber, sustentar os meus vícios”.

Não sabe até que classe os pais estudaram. O entrevistado estudou até à 7ª classe. Referiu também que já assistiu a atos de violência/crimes. Já presenciou agressões, lutas entre grupos, que causaram mortos e feridos.

Sofreu maus tratos até aos 17 anos. Refere que esses maus tratos eram “pouca atenção” por parte dos pais, por isso resolveu sair de casa e viver sozinho até hoje. O entrevistado sentia-se “muito mal” com esses maus tratos. O entrevistado diz que esses maus tratos o levavam a ser violento na rua). “Eu achava que essa era a melhor solução”, diz o entrevistado.

O entrevistado refere ter pedido ajuda várias vezes, “até aos tios, que me chamavam de bruxo e feiticeiro”. Os tios não o ajudavam. Diz que poderiam tê-lo ajudado “com trabalho, com aprendizagem e apoiar na escola”.

“Atualmente, a minha ocupação é fazer mal às pessoas, tirando na rua, andando armado. Ninguém me ajuda, não posso ajudar eu sozinho”, diz o entrevistado, afirmando que gostaria de fazer “cursos, carta de condução, muitas ocupações porque os outros também estão ocupados”.

Hoje em dia, refere que só sofre de maus tratos pela polícia. “Sou conhecido, a polícia já me conhece. Sou empurrado, batem-me, metem-me no canguru, algema”. O entrevistado parece dizer que o picam com agulhas e que lhe batem muito. O entrevistado diz que não sente nenhuma dor num dos dedos, “mesmo picando com uma agulha”. Aparentemente, essa lesão terá sido infligida pela polícia.

O entrevistado refere que os crimes que mais pratica são “roubos”, dependendo do dia - se não tiver nada que comer, vai para a rua “desenrascar”. Já cumpriu dois anos de prisão.

“A prisão não é um bom sítio, é um sítio de sofrimento, de muita doença, não há comida, não há nada. Lá não há nenhuma aprendizagem”, diz o entrevistado.

Se encontrasse uma das suas vítimas, o entrevistado “pediria desculpa, por aquilo foi por baixo da droga e da bebida”. De facto, bebe cerveja, fuma liamba, libanga, “muita droga”. Fuma quando tem, quando não tem aguenta.

Quando o efeito das drogas passa sente-se “muito mal, muito fraco”, mas quando toma drogas sente “muita força”. “A vida está muito triste para mim”, diz o entrevistado. Para melhorar a vida diz que falta “trabalhar, alguém me apoiar. Trabalho é mais necessário. Se conseguir um emprego tudo vai passar, se não conseguir vai-se continuar sempre a fazer maldades”, diz.

Que conselhos daria aos jovens para não entrarem no mundo da delinquência - “não se agruparem”. Quanto aos jovens delinquentes que querem deixar o crime, o entrevistado aconselha a “lutarem para sair. Entrar n este mundo é fácil, mas sair é muito difícil”, afirma.

E8

O entrevistado cresceu com uma tia porque “cresci muito malandro”, afirma. Os pais não estudaram. Não sabe até que classe a tia estudou. O entrevistado estudou até à 8ª classe.

A resposta à pergunta “foste vítima ou presenciaste algum ato de violência?” foi novamente “cresci muito malandro, cresci muito malandro, por isso é que eles [deverá estar a referir-se à família da tia com quem viveu] chegaram ao ponto de me chutar. Agora estou aqui na minha favela, já não ligo mais nada deles”.

Ter o dinheiro à força é a sua vida. “É a frustração da vida”, diz. Esta foi a resposta à pergunta “foste vítima de violência doméstica?”

O entrevistado diz ter sido maltratado pela tia. Saiu de casa desta aos 12 anos. O entrevistado parece querer dizer que o acusavam do desaparecimento de coisas na casa da tia. Parece também dizer que se não trabalhasse não comia e que lhe batiam (“muito pau na cabeça”).

Também a conversa deste entrevistado parece incoerente, por vezes. Respondendo à pergunta “o que sentias com esses maus tratos” afirmou “sentia-me à vontade, sentia que quero procurar o que é meu”.

A resposta à pergunta “qual era a tua reação aos maus tratos?” é incoerente. “O que eu fazia, o que eu fazia...eu estudava em toda a coisa...comportamento...imaginava bué da minha vela, não aguentei mais”.

“Procurar ajuda é para quem tem. Não tenho nenhuma porta onde bater. Sou o segundo filho da minha mãe. Qual quê”. Esta foi a resposta à pergunta “procuraste ajuda?”.

O entrevistado não trabalha nem estuda, à semelhança dos amigos, com quem vive. “Estamos aqui nessa miséria. Se entrar nesses contentores vai encontrar um colchão. A gente ferra aqui e só saímos para procurar cumbú”.

Já praticaste algum crime? “A gente não tem nenhuma ajuda. Só para ter o dinheiro é uma delinquência. O entrevistado parece dizer que roubam dinheiro na rua e batem nos transeuntes.

O entrevistado já esteve preso 2 ou 3 vezes. A resposta à pergunta “o que houve de positivo e negativo na cadeia?” foi: “Na cadeia encontrei muitos bandidos como eu, não tenho nenhuma ajuda, ‘tou sempre nessa vida. A gente precisa de ajuda”.

Se encontrasse novamente as suas vítimas o entrevistado não tinha nada a dizer-lhes.

O grupo de delinquentes em que o entrevistado se insere fuma “muita liamba, liamba é bué. Bebida a gente não compra”. O entrevistado usa “todo o tipo de drogas. Fumo muita maconha, fumo libanga, fumo night”. Afirma também beber álcool. “A droga é tipo um divertimento, dá uma boa concentração da nossa vida que levamos só tem que estar mesmo drogado”, diz.

O entrevistado diz que se sente muito à vontade quando consome drogas, mas quando o efeito passa sente mais “a dor da vida, fica muito a sério. Não podes ter muita coragem de rebentar uma lamba no caminho”.

Que conselhos darias aos jovens para não entrarem na delinquência? “O conselho que posso dar é que os pais também têm de os abraçar, o pai quando abandona o filho, o filho não vai ter forma mais de não sei quê”.

E que conselhos darias aos jovens delinquentes que querem mudar de vida? “É que abracem os conselhos dos pais”.

E9

O entrevistado cresceu num internato, para o qual foi levado por uma tia. É órfão (os pais já faleceram).

A tia não trabalhava, “desenrascava a vida”. Por não ter condições para criar o entrevistado foi entregá-lo ao internato. O entrevistado não sabe até que classe a tia estudou. Ele próprio estudou até à 8ª classe (no internato), tendo desistido na 9ª “porque a delinquência era demais”.

Já estive envolvido em várias situações de violência doméstica: “fui mal tratado e já mal tratei muito”, diz o entrevistado. Sofreu maus tratos no internato (entre os 7 e os 12 anos). “O internato tem regras e quem as quebrar é castigado. Os castigos eram muito difíceis. Se não trabalhares não comes. De segunda a sexta tens que ficar no internato e obedecer às regras. Ao sábado e ao domingo davam dispensa para visitar a família”.

Perante os maus tratos o entrevistado sentia-se “muito mal, muito oprimido da minha vida”. A sua reação perante os maus tratos era “não quebrar as regras para não sofrer maus tratos”.

“Quem desobedecesse às regras do internato, naquela semana trabalhava 3 dias. Acordava às 4:30, varria o quintal, catava a água, limpava o chão e lavava a roupa dos camaradas do internato”, afirmou o entrevistado.

Durante o tempo em que sofreu maus tratos o entrevistado procurou ajuda mas ninguém o ajudou “a não ser o deus do céu, que me dava vida, que me ajudava a resolver os meus problemas”.

À pergunta “o que achas que podias fazer para melhorar esse sofrimento, essa condição de vida que estavas a passar?” o entrevistado respondeu “não me envolver, não esperar, o que me aconteceu atrás aconteceu mais à frente. Esta é a minha decisão”

Atualmente o entrevistado é serralheiro mas ainda não tem certificado. O entrevistado parece dizer que “há falta de trabalho” daí para aqui e daqui para aí.

Gostaria muito de ter outra ocupação, diz o entrevistado. “Gostaria de ter um emprego, de trabalhar e ganhar mensalmente. Vou procurar uma menina para viver comigo e para fazer família”.

O entrevistado gostaria de fazer mais um curso para adquirir o certificado e “é com esse curso que vou adquirir um emprego”. Atualmente vive sozinho. Saiu da casa dos pais após o falecimento destes.

Integra um grupo de delinquentes que atua fora das zonas em que os seus elementos vivem: “Não praticamos [atos de delinquência] no nosso bairro, nem na minha zona, praticamos noutra zona”.

Questionado sobre que tipo de atos pratica com o seu grupo, o entrevistado afirma “batemos pessoal na rua, desmontamos coisas alheias. Todos os dias [praticamos atos de delinquência],

sobrevivemos daquilo. Se não fizermos aquilo não temos nada. É o motivo que nos leva a bater, a receber”, diz.

O entrevistado observa que esta é a única solução para sobreviver. “Por enquanto, agora não temos emprego, quando conseguirmos [um emprego] vamos deixar” [a delinquência].

O entrevistado já cumpriu 1 ano e 4 meses de prisão. À pergunta “o que tiraste de positivo e de negativo da prisão” respondeu “espero não voltar mais àquele sítio, é uma miséria. Fui educado, aprendi muitas normas, muitas regras enquanto me encontrava na cadeia”.

À pergunta “se pudesses encontrar as vítimas dos teus crimes o que gostarias de lhes dizer?” o entrevistado percebeu a pergunta ao contrário, pensando que se referia aos delinquentes. Respondeu “daria muitos conselhos, para que possam deixar aquela vida. Peço a Deus que possa vir me tirar [da vida de delinquência].

Respondendo à pergunta “no teu grupo há algum tipo de vícios? Tabaco, álcool, drogas?” O entrevistado responde “eu só me injeto drogas de semana [é o que o entrevistado parece responder aos 10:58]. Neste preciso momento eu ‘tou drogado’” (o entrevistado dá muita ênfase à palavra “drogado”).

O entrevistado consome cocaína. “Meio quilo são 30 dólares, um quilo são 60 dólares”.

Na resposta à pergunta “com que frequência consumes cocaína?” [aos 11’42’] não se percebe bem o que o entrevistado diz. Percebe-se a maioria das palavras mas não o significado das frases: “Todas as semanas. Se eu meter esta semana vai fazer quase 3 semanas sem meter nenhuma porra. Cada vez que bebo água ‘tou no lume, ‘tou no limão.

Respondendo à questão: “consumes álcool?”, o entrevistado afirmou “infelizmente eu não consumo álcool, a minha droga é a cocaína”.

O entrevistado diz que se sente “muito diferente, sinto-me rigoroso” quando mete cocaína. Quando o efeito da droga passa sente-se muito mal, “porque já está no sangue”. “É só cocaína, fora disso não entra mais nada” [no seu organismo], afirma, como resposta à pergunta sobre se, para ele, existe alguma droga que possa substituir a cocaína.

O entrevistado afirma não gostar da vida que tem. “Gostaria de ter uma vida normal, ter o meu carro, a minha casa, os meus filhos, a minha esposa, ter um emprego garantido...só aí é que vou deixar a bandidagem”.

Para atingir estes objectivos na vida, diz que falta vontade própria e muito apoio. O conselho que o entrevistado daria aos jovens para não caírem no mundo da delinquência era precisamente “entrarem no mundo da delinquência, para eles saberem, para viverem a realidade e o sofrimento” (aqui há uma contradição com uma resposta anterior, em que diz que lhes daria conselhos para deixarem a delinquência).

O entrevistado diz que os jovens delinquentes que querem deixar o crime devem “continuar no mundo da delinquência, que é o caminho do diabo, é o caminho de satanás”.

E10

O entrevistado cresceu com uma tia porque “cresci muito malandro”, afirma. Os pais não estudaram. Não sabe até que classe a tia estudou. O entrevistado estudou até à 8ª classe.

A resposta à pergunta “foste vítima ou presenciaste algum ato de violência?” foi novamente “cresci muito malandro, cresci muito malandro, por isso é que eles [deverá estar a referir-se à família da tia com quem viveu] chegaram ao ponto de me chutar. Agora estou aqui na minha favela, já não ligo mais nada deles”.

São se percebe o que o entrevistado diz. Só se percebe que ter o dinheiro à força é a sua vida. “É a frustração da vida”, diz. Esta foi a resposta à pergunta “foste vítima de violência doméstica?”

O entrevistado diz ter sido maltratado pela tia. Saiu de casa desta aos 12 anos. Aos 4’08” o entrevistado parece querer dizer que o acusavam do desaparecimento de coisas na casa da tia. Parece também dizer que se não trabalhasse não comia e que lhe batiam (“muito pau na cabeça”).

Também a conversa deste entrevistado parece incoerente, por vezes. Respondendo à pergunta “o que sentias com esses maus tratos” afirmou “sentia-me à vontade, sentia que quero procurar o que é meu” .

A resposta à pergunta “qual era a tua reação aos maus tratos?” é incoerente – “O que eu fazia, o que eu fazia...eu estudava em toda a coisa...comportamento...imaginava bué da minha vela, não aguentei mais”.

“Procurar ajuda é para quem tem. Não tenho nenhuma porta onde bater. Sou o segundo filho da minha mãe. Qual quê”. Esta foi a resposta à pergunta “procuraste ajuda?”.

O entrevistado não trabalha nem estuda, à semelhança dos amigos, com quem vive. “Estamos aqui nessa miséria. Se entrar nesses contentores vai encontrar um colchão. A gente ferra aqui e só saímos para procurar cumbú”.

Não se percebe a resposta à pergunta “atualmente alguém te maltrata?”

Já praticaste algum crime? “A gente não tem nenhuma ajuda. Só para ter o dinheiro é uma delinquência. O entrevistado parece dizer que roubam dinheiro na rua e batem nos transeuntes.

O entrevistado já esteve preso 2 ou 3 vezes. A resposta à pergunta “o que houve de positivo e negativo na cadeia?” foi: “Na cadeia encontrei muitos bandidos como eu, não tenho nenhuma ajuda, ‘tou sempre nessa vida. A gente precisa de ajuda”.

Se encontrasse novamente as suas vítimas o entrevistado não tinha nada a dizer-lhes.

O grupo de delinquentes em que o entrevistado se insere fuma “muita liamba, liamba é bué. Bebida a gente não compra”. O entrevistado usa “todo o tipo de drogas. Fumo muita maconha, fumo

libanga, fumo night”. Afirmar também beber álcool. “A droga é tipo um divertimento, dá uma boa concentração da nossa vida que levamos só tem que estar mesmo drogado”, diz.

O entrevistado diz que se sente muito à vontade quando consome drogas, mas quando o efeito passa sente mais “a dor da vida, fica muito a sério. Não podes ter muita coragem de rebentar uma lamba no caminho.

Que conselhos darias aos jovens para não entrarem na delinquência? “O conselho que posso dar é que os pais também têm de os abraçar, o pai quando abandona o filho, o filho não vai ter forma mais de não sei quê”.

E que conselhos darias aos jovens delinquentes que querem mudar de vida? “É que abracem os conselhos dos pais”.

E11

O entrevistado cresceu com os pais, mas agora vive só. Parece dizer que quando saiu de casa foi viver na rua, “tirando coisas alheias. Até hoje faço isso. Vejo isso como algo que me dá dinheiro para comer, beber, sustentar os meus vícios”.

Não sabe até que classe os pais estudaram. O entrevistado estudou até à 7ª classe. Referiu também que já assistiu a atos de violência/crimes. Já presenciou agressões, lutas entre grupos, que causaram mortos e feridos.

Sofreu maus tratos até aos 17 anos. Refere que esses maus tratos eram “pouca atenção” por parte dos pais, por isso resolveu sair de casa e viver sozinho até hoje. O entrevistado sentia-se “muito mal” com esses maus tratos. O entrevistado parece dizer que esses maus tratos o levavam a ser violento na rua). “Eu achava que essa era a melhor solução”, diz o entrevistado.

O entrevistado refere ter pedido ajuda várias vezes, “até aos tios, que me chamavam de bruxo e feiticeiro”. Os tios não o ajudavam. Diz que poderiam tê-lo ajudado “com trabalho, com aprendizagem e apoiar na escola”.

“Atualmente, a minha ocupação é fazer mal às pessoas, tirando na rua, andando armado. Ninguém me ajuda, não posso ajudar eu sozinho”, diz o entrevistado, afirmando que gostaria de fazer “cursos, carta de condução, muitas ocupações porque os outros também estão ocupados”.

Hoje em dia, refere que só sofre de maus tratos pela polícia. “Sou conhecido, a polícia já me conhece. Sou empurrado, batem-me, metem-me no canguru, algema”. O entrevistado parece dizer que o picam com agulhas e que lhe batem muito. O entrevistado parece dizer que não sente nenhuma dor num dos dedos, “mesmo picando com uma agulha”. Aparentemente, essa lesão terá sido infligida pela polícia.

O entrevistado refere que os crimes que mais pratica são “roubos”, dependendo do dia - se não tiver nada que comer, vai para a rua “desenrascar”. Já cumpriu dois anos de prisão.

“A prisão não é um bom sítio, é um sítio de sofrimento, de muita doença, não há comida, não há nada. Lá não há nenhuma aprendizagem”, diz o entrevistado.

Se encontrasse uma das suas vítimas, o entrevistado “pediria desculpa, por aquilo foi por baixo da droga e da bebida”. De facto, bebe cerveja, fuma liamba, libanga, “muita droga”. Fuma quando tem, quando não tem aguenta.

Quando o efeito das drogas passa sente-se “muito mal, muito fraco”, mas quando toma drogas sente “muita força”. “A vida está muito triste para mim”, diz o entrevistado. Para melhorar a vida diz que falta “trabalhar, alguém me apoiar. Trabalho é mais necessário. Se conseguir um emprego tudo vai passar, se não conseguir vai-se continuar sempre a fazer maldades”, diz.

Não se percebe que conselhos daria aos jovens para não entrarem no mundo da delinquência. Quanto aos jovens delinquentes que querem deixar o crime, o entrevistado aconselha a “lutarem para sair. Entrar n este mundo é fácil, mas sair é muito difícil”, afirma.

E12

Perfil: Cresceu com os pais. O pai faleceu (era pastor na igreja) e a mãe não trabalha. Os pais fizeram a 4ª ou a 8ª classe (não se percebe). O entrevistado estudou até à 10ª classe. Já presenciou muitos atos de delinquência. Jovem delinquente. Não quis revelar mais sobre a sua vida, receando que o entrevistador peretencesse à segurança.

Hesitou na resposta, mas disse que na infância sofreu alguns maus-tratos até aos 14 anos. Depois de o pai falecer viveu com os tios, dando a entender que foram os tios a mal tratá-lo. Refere como maus-tratos sofridos “invenções, chamarem-te nomes, nomes que tu não és, muita coisa”. Questionado sobre se os tios lhe batiam, confirmou que sim. O entrevistado sentia-se “muito mal. Diz que os tios “achavam aquilo [os maus tratos] uma coisa normal” e diziam que era para o seu bem.

Não procurou ajuda. Quando questionado pela razão pela qual não procurou ajuda, o entrevistado respondeu de forma conformada, quase sem esperança, não se percebendo a sua resposta (falou muito baixo e de forma aparentemente evasiva).

Na resposta à pergunta "Como é que achas que naquela altura podiam ter-te ajudado?" diz que devia ter sido mais informnado. Presta mais informação mas não se percebe, terminando com “é complicado”

Estuda Ciências Humanas e trabalha num salão de beleza. Gostaria de trabalhar num sítio melhor onde se ganhe mais (“função pública, etc.”). O entrevistado refere que para o conseguir tem que se formar. Atualmente vive com a mãe e com os irmãos.

O entrevistado refere que, quando faleceu, foi para a casa de uma tia, “que cuidava de nós todos [supõe-se que esteja a referir-se a si próprio e aos irmãos]”. “A tia mandava e quando tu não cumprias era um caso”. Refere que ia “na praça, vender”, mas não se percebe quem trabalhava na praça. Há muita informação que não se percebe.

Os irmãos estudam (um está na faculdade e outro trabalha, o resto não se percebe).

Não se percebe se ainda é vítima de maus-tratos.

Já foi vítima de delinquência mas nunca viu ninguém ser vítima de delinquência.

Já praticou atos de delinquência, em grupo. Pelo que foi possível perceber, o entrevistado diz “éramos atacados e formámos um grupo para nos defendermos. Era para nos defendermos dos inimigos, naquele tempo havia muitos grupos”.

O entrevistado afirma que o número de grupos de delinquentes ter-se-á reduzido (“um bocadinho”) devido ao aumento do número de “esquadras escolares” que o “governo angolano dos anos passados” implementou.

Nunca esteve preso. Diz que hoje, se encontrasse os antigos membros do grupo em que se inseria que perguntava se ainda permaneciam “na mesma vida”. Só bebe cerveja, não consome drogas. A cerveja levanta-lhe a autoestima (não se sabe se bebe apenas socialmente ou se é alcoólico). Quando o efeito passa sente-se mais calmo. Gosta da vida que tem (não se percebe a razão).

Para não caírem na delinquência, aconselha os jovens a estudarem e a terem mais formação. Quanto aos jovens delinquentes que querem mudar de vida não se percebe o que diz, percebendo-se apenas que “ninguém gosta de ter uma má vida, se querem mudar de vida é bom para eles”.

E13

Perfil: Jovem que sofreu maus tratos, de uma família desestruturada de classe media-baixa. Foi delinquente mas deixou a vida de marginal, optando agora por trabalhar e estudar.

Cresceu com o pai e “com madrastas”. Uma vez refere-se a madrasta, outras refere-se a madrastas. Foi mesmo uma vida muito dura. Se falarmos sobre isso é como se estivesse a reviver esse momento. É muito pesado. Mas é bom estar uma vez a contar essa história”.

A Mãe vive sozinha. O entrevistado dá a entender que fugia para casa da Mãe e que a família ia buscá-lo: “eles iam sempre me buscar quando fugia”. “Aquilo era mesmo um sofrimento. Você é o primeiro filho do teu velho mas o teu velho já terminou com a tua velha há muito tempo mas quer ficar contigo e arranja uma mulher para tomar conta [do filho]”.

A madrasta maltratava-o, culpando-o pelos problemas conjugais do casal: “quando o meu velho ia trabalhar qualquer coisa era comigo. Qualquer raiva sobre eles, discussão deles era comigo. Chamava-me nomes, eu é que impedia a life deles.” Segundo o entrevistado, a madrasta inventava coisas que “não existiam” [mentiras] e fazia queixas ao marido de situações que não se tinham verificado. “Fazia-me mesmo coisas malaicas”, refere sobre a madrasta.

O pai trabalha [no Malongo, não se sabe o que faz]. Depreende-se que a madrasta não trabalhava: “ficava aí, inventa coisas”. Ela em um filho “particular e você nota mesmo a diferença de tratamento, é uma diferença grande”. Sofreu vários atos de violência doméstica, “inclusive do “velho” [pai] e também já os presenciou entre o pai e a madrasta, em que vários objetos serviram de ferramentas de ataque (“barrotes, tachos, panelas”).

Sofreu maus tratos na infância (“pancadas, mesmo”), mas na resposta à pergunta “sofreste maus tratos na infância?” não se percebe a maioria da informação. “Os amigos, os vizinhos e as pessoas mais próximas é que davam algo de incentivo”, refere. Sofreu maus-tratos até aos 14/15 anos. Pelo que foi possível perceber, era maltratado pelo pai e pela madrasta.

“Nos olhos deles não tinha o mesmo tratamento”, o entrevistado faz referência a pessoas que serão os filhos da madrasta e que o discriminariam. Não se percebe se os filhos da madrasta também lhe batiam, mas aparentemente exerciam sobre ele violência psicológica. Era agredido com objetos, nomeadamente sapatos. Ficou com uma marca feita por um sapato da madrasta. “Era raiva, mesmo ódio, acho que a minha presença os incomodava, mas eu não sabia porquê, nada fazia nada que os irritasse”. “Eu sentia-me um visitante naquela casa, um estranho, não era bem-vindo. Eu tremia no meio deles, não me sentia à vontade, sofria muitas pancadas. Você sente uma diferença de tratamento. Sofri bué. Depois, te obriga a calar e a lavar pratos”.

Questionado sobre se a atitude que tomou foi a melhor quanto à violência doméstica de quem foi vítima, o entrevistado parece dizer que não poderia ter feito mais nada a não ser “ir na onda”, pois era apenas uma criança de 1, 12 anos” e não tinha autonomia. Foi isto que foi possível perceber.

O pai chegou a estudar no ensino superior, mas o entrevistado não sabe dizer até onde chegou. Diz que o pai “tem muita responsabilidade [profissional]”.

O entrevistado estudou até à 10ª classe.

No bairro onde vivia já presenciou atos de delinquência, testemunhou alguns ou foi vítima. “Isso acontece bué lá na banda e noutras bandas. (...) não querem saber o que te vai acontecer”. Não se percebe se o entrevistado esteve envolvido nessas situações. O entrevistado dá a entender que se registam muitos atos de violência “lá na banda e noutras bandas”.

E14

Resumo: entrevistado fez parte de um gangue que comete vários crimes. Não se percebe se ainda faz parte do gang ou já não, pois umas vezes fala no presente, outras no passado. No entanto, a conclusão que se tira é que quer dar a entender que já não pratica esses atos, quando tal não é verdade.

O entrevistado cresceu com os pais. Cresceu com os pais e com as tias. Os pais trabalhavam (o pai trabalhava “nessas coisas da informação, TPA”), a mãe é “uma senhora batalhadora e negociante, viaja muito em negócios”. Os pais fizeram a 5ª classe.

O entrevistado frequenta a 7ª classe.

Já presenciou atos de delinquência e já foi vítima (“graças a Deus consegui livrar-me nessa situação”). Disse ter já visto coisas piores do que aquelas de que já foi vítima. “Vivo no meio dos bandidos, numa sociedade má”. Já presenciou “alguém a ser assassinado” da parte dos próprios amigos.

Já assistiu a casos de violência doméstica entre vizinhos. Sofreu maus-tratos até aos 18 anos.

Percebi que o motivo da violência de que foi alvo prendia-se com o facto de pedir aos pais bens que eles não lhe podiam dar. “Os pais voltavam-se contra mim e acabavam por me espancar e isso tornou-se um hábito. Sentia-me isolado e muito mal, sozinho neste mundo, sem falta de carinho”.

O entrevistado referiu que se revoltava devido á situação, dizendo que se ia vingar. Sentia-se mal, “acorrentado”, condicionado. Pelo que foi possível perceber, o entrevistado terá dito que queria “fazer mal mesmo”, mas não se percebe se tomou algum ato criminoso.

Diz ter procurado ajuda junto de familiares e amigos. “Comecei a tentar analisar os factos e a mudar aos poucos”. Diz ter seguido os conselhos dessas pessoas mas não se percebe a maioria da informação.

Na resposta à pergunta “o que poderias ter feito para tentar evitar conflitos dentro de casa?” O entrevistado respondeu que “Há certas coisas que temos que engolir, não falar para melhorar o clima”. Começou a adotar essa estratégia (de não responder em muitas situações, numa ótica de apaziguamento, sugerida por outros familiares e amigos), o que melhorou o clima familiar.

Estuda mas não trabalha. Estuda na escola pública. Refere-se à Matemática, História e Geografia mas não se percebe exatamente sobre o quê. Deve referir-se ao facto de ter essas disciplinas.

Não se percebe a resposta à pergunta “com quem vives?”

Saiu de casa dos pais porque “em casa havia muitos choques e os pais não conseguiam aguentar e eu também não conseguia aguentar. Fazia muitas coisas, estava num clima mesmo muito perigoso [embora aqui pareça estar a referir-se a um ambiente fora de casa]”.

Os amigos com quem vive “são drogueiros, a vida deles é só jogar à bola, uma vida mesmo horrível nos becos, tentar violar, tentar prejudicar, memo, roubar a casa do vizinho, fazer os planos de noite para assaltar. Uns estudaram até à 4ª classe, à 5ª classe, outros desistiram, não resistiram a essa vida que estou a levar. Outros não tiveram o privilégio de estudar por falta de patrocínio [dinheiro para pagar os estudos]. Esses vivem na rua, outros não conhecem nem pai nem mãe. A maioria não estuda”.

O entrevistado disse ter visto um amigo ser assassinado por motivos passionais. Pertenceu a um grupo [gang]. Parece ter dito que foi o “capitão” do grupo. “Fazíamos planos a partir das 23h. Quem é que nós podemos prejudicar?”, perguntavam a si próprios, em busca de acção. “Já bati grandes raparigas, cria-me um stress. Ele espanca mesmo moça.”. “Eu fui conhecido a nível de

Angola. Na minha área eu sou um dos grupos mais conhecidos e mais procurados. Por isso não chega, porque eles têm mesmo tropas, elites. Eu já cortei a cabeça de um indivíduo”. O entrevistado fala com orgulho do seu gang e dos seus crimes.

“Nós fazíamos isso a toda a hora, constantemente. Era como trocar de roupa a toda a hora. Hoje vamos fazer um plano na zona A, na zona C. Nós fazíamos turnos, não dormíamos, combinávamos com outros grupos, o nosso grupo era muito extenso.”

Na resposta à pergunta se esses atos eram a única solução da sua vida o entrevistado afirma que sim, “porque já estava acostumado àquilo e era a vida mais boa. Eu gostava, os meus amigos gostavam. Sair daquela vida era difícil porque me adaptei e me levou a ser alguém neste mundo”, diz com orgulho.

O entrevistado considera agora aquele tipo de vida “era muito má, muito triste, que você se arrisca. Consegues perder as pessoas de quem tanto gostas. Esse tipo de vida é horrível”. Fala com desespero dessas situações.

“O que poderia ter acontecido para que não cometesses esse atos?” – “é a pessoa entregar-se ao mundo religioso, entregar-se mais ao estudo e ouvir os conselhos dos pais, dos vizinhos”.

O entrevistado já esteve preso. Quanto a essa experiência, refere que “só via muita escuridão, sentia-me isolado, via muitas coisas negativas em mim. Nem a família me visitava. Ficava pequeno de tanto pensar. A cadeia é horrível. Ali pensas nas coisas que fizeste mal, como se estivesse no inferno, num buraco sem saída”.

Não se percebe muita da informação, apenas algumas parte de frases, mas aparentemente o entrevistado quer dizer que se tivesse dado ouvidos aos pais, aos tios e à Igreja que não teria enveredado pelo crime e que teria sido uma pessoa melhor. “Arrependi-me bastante por estar naquela vida horrível e graças a Deus consegui superar isso”.

Questionado sobre se gostaria de se encontrar com as suas vítimas, “explicava que já não sou a pessoa do passado, já mudei, realmente já mudei. Já pedi perdão pelo passado”.

Tem amigos dependentes de drogas, álcool e tabaco. “Há amigos que o dinheiro deles é só para isso, não conseguem sobreviver nessa situação. Eles sentem-se mesmo mal”, diz o entrevistado. Tem o vício do álcool, até “rebentar”. Para alimentar o vício do álcool diz “tramancar” [roubar]. Quando roubava usava o dinheiro para beber – “no mesmo dia vou no álcool”.

Questionado sobre o que sente quando bebe, o entrevistado diz que lhe dá “uma sensação positiva, dá-me uma sensação de bater pessoa, mesmo, dá-me stress, dá-me vontade de espancar até o gajo estar no limão[???]”. Aparentemente, o entrevistado comete efetivamente esses atos. Quando o efeito do álcool passa sente-se arrependido – “não pode ser, acho que foi um clone que fez aquilo. Os amigos ficam contra mim. Uma noite só tive pesadelos e foi muito mau para mim”. Diz que a única alternativa para deixar o álcool é “se entregar na palavra, se entregar na Igreja. Jesus tem poder, é só crer no nome dele”. Afirma gostar da vida que leva.

Para os jovens não caírem na delinquência aconselha-os a “inclinarem-se para os conhecimentos positivos, ler muito, ter conhecimento das coisas que envolvem o país, principalmente ter a cultura de ler o jornal, porque quanto mais tempo ler o jornal menos vai ter tempo para vadiar e criar um ato negativo [criminoso], para ganhar mais experiência e ver as coisas boas que você tem que traçar [objetivos de vida]. É preciso ganhar mais tempo na escola, ganhar mais experiência, ganhar mais tempo, fazer trabalhos de investigação e inclinar-se nas coisas de Deus”.

Aos jovens delinquentes que querem deixar de o ser, o entrevistado deixa a mensagem que “dou forças para saírem dessa vida de delinquência, que olhem à sua frente [planeiem o futuro], porque o caminho é tão longo. Nada é fácil, é sempre difícil. Caminhar sempre em frente, ser corajoso, ser forte, ser muito inteligente, ter muita capacidade e assim consegue resolver alguma coisa”. Termina a entrevista dizendo que a entrevista o ajudou muito. Não se percebe a maior parte da informação mas tê-lo-á ajudado a pensar sobre si próprio e os seus atos.

E15

Cresceu com o pai e a mãe mas pelo, que se percebe foi apenas na infância. Depois, cresceu com um amigo “fetara” [que rouba] mas esse amigo não rouba. Os pais trabalhavam. O pai fez só o Curso Médio e a mãe até à 11ª classe. O entrevistado estudou até à 10ª classe.

Já presenciou vários atos de delinquência e “também fui um deles, andava com delinquentes. Fumava, também, agora ainda fumo mas não roubo”.

Já presenciou situações de violência – “eu estava lá mas não fiz nada, estava lá só a andar com as pessoas, com os meus amigos, apenas assisti, eles não queriam deixar, estavam drogados, violaram a miúda, a polícia apareceu e levou-a ao hospital”.

Questionado sobre a violência doméstica, o entrevistado confunde o conceito – assim como se verifica com os outros – dizendo que lutou com um vizinho com um vizinho de quem não gostava muito e que lhe falava mal. Pelo que é possível perceber, o entrevistado agrediu o vizinho com uma garrafa.

Sofreu maus tratos na infância – “sofri muito, desprezavam-me muito”. Sofreu maus-tratos até aos 3 anos. “Para comer tratavam-me mal, chamavam-me bandido, drogueiro, essas coisas todas”.

O entrevistado sentia-se muito triste com esse tipo de situações, até que decidiu começar a estudar e a trabalhar, “a batalhar na vida”, tendo alugado um quarto. Quando era maltratado, o entrevistado tinha vontade “de pegar numa faca e espetar na pessoa” que o maltratava, “mas depois pensava” e não fazia aquilo. Considera que agiu bem, pois não “agi nada de mal, saí daí e fui-me embora” [ou seja, não perpetrou agressões]. Nessa fase difícil da sua vida pediu ajuda a muita gente – “depois comecei a viver uma vida normal. O Fetara é meu amigo, ele ajudou-me”.

Após ser ajudado começou a ter “bons comportamentos, a procurar emprego, deixei de fumar...”. Atualmente estuda e trabalha. Trabalha como aprendiz de mecânico na Toyota mas gostaria de fazer outra coisa profissionalmente.

Vive sozinho. Saiu de casa dos pais porque “estava a sentir-me mais velho, queria estar à vontade, sozinho” mas continua a visitar os pais. Queria lutar pela vida, “como faço hoje”. Atualmente, quem o maltrata são os tios e as tias – “tão a querer ver-me mal”. Percebe-se que maltratam o entrevistado se ele não deixa “algo” na casa dos tios [dinheiro]. Não diz a que maus-tratos é sujeito, mas refere que há-de sempre ajudá-las, “para ter dinheiro para dar”.

O entrevistado afirma ter assistido a violência no bairro em que vive. “Estava no meio de bandidos e na rua passava um jovem e eles foram lá, agrediram-no, tiraram-lhe o telefone e fugiram [aqui, o entrevistado distancia-se dessas ações]. Já roubei, já lutei, já matei, continuo a fazer isso até agora, sou gatuno, sou drogueiro, não sei se me vão ajudar ou não” [portanto, à semelhança do entrevistado anterior, este entrevistado parece dar querer a entender que a experiência no crime já passou, quando afinal se mantém. Contradiz-se totalmente].

O entrevistado refere que toma essas atitudes porque não tem ninguém que o ajude – “drogo, roubo, mato, agrido, violo, faço vandalismos, para mim é uma coisa normal”. Parece querer dizer que vai continuar assim.

Já estive preso 3 vezes. Diz ser capaz de “pedir desculpa” às suas vítimas. “São coisas que acontecem na vida, depois começamos a mudar, vamos à igreja, procuramos o bom caminho para sair do caminho negativo” [uma vez mais, o entrevistado parece querer dizer aquilo que entende ser o que fica melhor e não a realidade].

O pai, o tio e o avô fumam. O entrevistado tem “vários vícios” – “fumo chicken e liamba, bebo, fumo droga, bebo whisky. Sou drogueiro, com orgulho. Gosto de fumar bem, faz-me bem. Fumo para não pensar muito na vida. Fumo cocaína, fumo liamba, fumo libanga. Fumo porque é o meu vício, gosto de fumar, faz-me bem, sou drogueiro, é bom, faz-me bem fumar aquilo”.

Quanto à forma como financia o vício, afirma ser “desenrascador, desenrasco o meu dinheiro. O que der para comer como, o resto é para os meus vícios”. O entrevistado diz que, quando consome as referidas substâncias, se sente “tipo não sou eu, sinto-me perdido, dá-me vontade de fumar mais e de fazer mal às pessoas. Gosto mesmo de fumar, é o meu vício”. O entrevistado presta mais algumas informações que não se percebem. Passado o efeito, afirma sentir-se “aliviado, à vontade, sem aquelas loucuras, converso bem com as pessoas, não faço mal a ninguém, dá-me vontade de trabalhar”.

Afirma que “só me sinto melhor quando não fumo, sem fumo sem droga, sinto-me melhor”, o que contradiz o seu gosto por fumar drogas. “Sempre que fumo a cabeça não bate bem, dá-me vontade de roubar. Estar sem fumar é melhor”. Parece dizer que gostava de deixar as drogas, menos a liamba, que é uma erva natural, “faz-me bem”.

Diz que gosta da vida que tem mas “tem momentos que me fazem perder a vontade de viver”. O resto não se percebe.

Quanto à resposta à pergunta “que conselhos darias aos jovens para caírem no mau caminho?”, o entrevistado diz que recusem as más companhias – “drogueiros” –, “que estudem, vão à igreja. Se seguirem o caminho da delinquência ele vai destruir a tua vida”. Aos jovens delinquentes que queiram mudar de vida o entrevistado aconselha a que “deixem de se drogar, a droga não faz bem, o melhor é procurar a escola, o caminho da Igreja, trabalhar, alugar uma casa e procurar uma boa vida. A vida de delinquência não é vida nenhuma, tem riscos – se não é morte é cadeia, se não é cadeia é fumar droga e depois entra e sai, entra e sai”. Não se percebe alguma da informação. “Dar carinho à tua família e deixar de roubar, ir à Igreja e estudar” são as palavras finais que deixa.

E16

Cresceu num meio onde havia muitos jovens delinquentes. Morava em casa dos tios, com quem cresceu. Pelo que é possível perceber, deixou a casa dois tios e agora vive com os irmãos. Os tios trabalhavam – o tio numa empresa petrolífera. “Estudou fora”. O entrevistado diz que estuda biologia mas não diz em que ano. Estuda biologia e afirma que gostava de “ter uma empresa minha e trabalhar para o governo”. Quando questionado sobre se gostaria de ter outra ocupação é isso que refere.

Morava na casa dos pais mas estes não trabalhavam, pelo que foi viver com os tios “para ter uma boa vida. Vamos ver se a vida muda”.

“Sempre que eu pedia alguma coisa o meu tio mandava-me esperar”. O entrevistado parece dizer que formou um gangue na escola “para assaltar”, mas não se percebe bem a informação.

Sobre se já presenciou atos de violência doméstica o entrevistado conta uma história em que viu um rapaz na rua com um chapéu de que gostou lhe pediu para experimentar. “Ele começou a exaltar-se e entrámos em briga”.

Pelo que se percebe, o entrevistado furtava dinheiro em casa dos tios – “quando o tio não está, a tia não está, pegava na mala, lá no guarda-fato, e ia comprar o que eu queria”.

O entrevistado diz que sofria maus tratos, mas o que considera maus tratos não o são – “não poderia sair, não poderia estar com os cambas, sempre que voltava em casa era um grito. Se eu não fizesse nada em casa era um caso”.

Diz ter sofrido estes “maus tratos” até aos 12 anos e não preferir “não falar disso”.

Quanto à resposta à pergunta se achou que agiu bem o entrevistado dá a entender que sim – “é tio, né? Preferia manter-me calado, se falasse era em caso, para mim”. Procurava ajuda “dos cambas, mesmo, da tia. Quando tinha problemas em casa ia para casa dos amigos, ficava ali, davam-me comida”.

Quanto à atitude – neste caso, a “atitude” parece ter sido ir para casa dos amigos para fugir dos problemas familiares.

Agora não sofre maus-tratos. Já praticou atos de delinquência. Ao explicar qual, afirmou que teve uma bola e que resolveu assaltar algo mas não se percebe o quê. Não se entende a explicação. Prefere não dizer com que frequência o entrevistado e os amigos assaltavam pessoas. Afirma que está “calmo, agora”.

Pelo que é possível perceber, para não ter entrado no crime precisaria de ter as coisas de que precisava, mas não é explícito.

Diz nunca ter sido preso por ter conseguido fugir da polícia.

Diz que gostaria de estar face a face com as suas vítimas, “a conversar”. Diria que “passado é passado, tentava puxar amizade”.

Parece dizer que os amigos “fumavam e drogavam”. O entrevistado fuma, bebe cerveja e usa anças. Não se percebe a explicação que dá sobre o que são “anças”. Diz que só as consome quando está desanimado – “uma vez por semana”. Para financiar o vício rouba. Quando passa o efeito dessas substâncias sente-se “mais calmo, como se não tivesse havido nada” mas não refere o que acontece quando consome. Não encontra alternativa às substâncias que consome.

Afirma gostar da vida que tem – “sinto-me bem assim”. Para não caírem na delinquência, aconselha os jovens “a não seguirem o mesmo caminho, porque essa vida...pa’, para eles não seguirem esse caminho”. **Não se percebe a maioria da informação.**

Aconselha os jovens delinquentes a mudarem de vida. Ele próprio diz que gostaria de mudar mas aparentemente não sabe explicar porquê. Não se percebe a explicação.

E17

Perfil: é um jovem de 21 anos de idade, oriundo da classe média (baixa), que cresceu num dos musseques/bairros degradados da periferia da cidade de cabinda, num meio bastante hostil, cujos actos de violência entre os vizinhos, e mesmo dentro de casa, eram constantes. Apesar de não se lembrar concretamente da idade em que os pais separaram-se, o mesmo acha que tenha sido aos 5/6 anos de idade... Um dos motivos que levaram a separação dos pais foi o facto de o pai ter várias mulheres assumidas, em diferentes casas da província.

Ao separarem-se, o mesmo fica sob-custódia do pai e de uma madrasta no lar em que sempre cresceu com os seus irmãos maternos mais novos, e com os outros filhos da nova esposa de seu pai. De realçar que o pai de T1 e a sua nova madrasta também tinham filhos em comum.

Nesta nova fase de T1 começam os maus tratos perpetrados pela sua madrasta, que o acusou de feiticeiro/bruxo, o que contribuiu para que fosse expulso de casa aos 9 anos, pois ele representava um grande perigo para os outros membros da família, uma vez que poderia matar/comer quem estivesse ao seu redor.

Deste modo, os seus progenitores procederam a entrega de todos os seus documentos de identidade, para que ele passasse a viver a mercê de si próprio.

Assim, a partir dos 9/10 anos de idade integra uma gang que garantiu a sua sobrevivência, quando aos 16 anos é preso por assaltos, agressões, tentativas de homicídios, e violações.

Ainda hoje vive de alguns assaltos em grupo, pois pertence a uma gang, e de alguns biscates (negócios/trabalhos ocasionais) tais como trabalhos em obras de construção, lavagem de carros, transporte de mercadorias, que o permitem sobreviver, apesar de na entrevista por vezes não assumir a sua forma de vida errante, pois o receio de que o entrevistado fosse polícia, segurança do estado, ou mesmo alguém a mando da policia, com o intuito de o prender com as afirmações prestadas e assim sofrer certas represálias pelos erros cometidos no passado.

O T1 nunca mais entrou em contacto com qualquer membro da sua família.

E18

O entrevistado cresceu num internato, para o qual foi levado por uma tia. É órfão (ambos os pais já faleceram).

A tia não trabalhava, “desenrascava a vida”. Por não ter condições para criar o entrevistado foi entregá-lo ao internato. O entrevistado não sabe até que classe a tia estudou. Ele próprio estudou até à 8ª classe (no internato), tendo desistido na 9ª “porque a delinquência era demais”.

Já estive envolvidos em várias situações de violência doméstica: “fui mal tratado e já mal tratei muito”, diz o entrevistado. Sofreu maus tratos no internato (entre os 7 e os 12 anos). “O internato tem regras e quem as quebrar é castigado. Os castigos eram muito difíceis. Se não trabalhares não comes. De segunda a sexta tens que ficar no internato e obedecer às regras. Ao sábado e ao domingo davam dispensa para visitar a família”.

Perante os maus tratos o entrevistado sentia-se “muito mal, muito oprimido da minha vida”. A sua reação perante os maus tratos era “não quebrar as regras para não sofrer maus tratos”.

“Quem desobedecesse às regras do internato, naquela semana trabalhava 3 dias. Acordava às 4:30, varria o quintal, catava a água, limpava o chão e lavava a roupa dos camaradas do internato, afirmou o entrevistado.

Durante o tempo em que sofreu maus tratos o entrevistado procurou ajuda mas ninguém o ajudou “a não ser o deus do céu, que me dava vida, que me ajudava a resolver os meus problemas”.

À pergunta “o que achas que podias fazer para melhorar esse sofrimento, essa condição de vida que estavas a passar?”. O entrevistado respondeu “não me envolver, não esperar, o que me aconteceu atrás aconteceu mais à frente. Esta é a minha decisão” .

Atualmente o entrevistado é serralheiro mas ainda não tem certificado de serralheiro [é isto que o entrevistado parece dizer mas não se percebe bem]. O entrevistado parece dizer que “há falta de trabalho”.

Gostaria muito de ter outra ocupação, diz o entrevistado. “Gostaria de ter um emprego, de trabalhar e ganhar mensalmente. Vou procurar uma menina para viver comigo e para fazer família”.

O entrevistado gostaria de fazer mais um curso para adquirir o certificado e “é com esse curso que vou adquirir um emprego”. Atualmente vive sozinho.

Saiu da casa dos pais após o falecimento destes.

Integra um grupo de delinquentes que atua fora das zonas em que os seus elementos vivem: “Não praticamos no nosso bairro, nem na minha zona, praticamos noutra zona”.

Questionado sobre que tipo de atos pratica com o seu grupo, o entrevistado afirma “batemos pessoal na rua, desmontamos coisas alheias. Todos os dias [praticamos atos de delinquência], sobrevivemos daquilo. Se não fizermos aquilo não temos nada. É o motivo que nos leva a bater, a receber”.

O entrevistado diz que esta é a única solução para sobreviver. “Por enquanto, agora não temos emprego, quando conseguirmos [um emprego] vamos deixar” [a delinquência].

O entrevistado já cumpriu 1 ano e 4 meses de prisão. À pergunta “o que tiraste de positivo e de negativo da prisão” respondeu “espero não voltar mais àquele sítio, é uma miséria. Fui educado, aprendi muitas normas, muitas regras enquanto me encontrava na cadeia”.

À pergunta “se pudesses encontrar as vítimas dos teus crimes o que gostarias de lhes dizer?” o entrevistado percebeu a pergunta ao contrário, pensando que se referia aos delinquentes. Respondeu “daria muitos conselhos, para que possam deixar aquela vida. Peço a Deus que possa vir me tirar [da vida de delinquência].

Respondendo à pergunta “no teu grupo há algum tipo de vícios? Tabaco, álcool, drogas?” O entrevistado responde “eu só me injeto drogas de semana. Neste preciso momento eu ‘tou drogado’ [o entrevistado dá muita ênfase à palavra “drogado”].

O entrevistado consome cocaína. “Meio quilo são 30 dólares, um quilo são 60 dólares”.

Na resposta à pergunta “com que frequência consumes cocaína?” Não se percebe bem o que o entrevistado diz. Percebe-se a maioria das palavras mas não o significado das frases: “Todas as semanas. Se eu meter esta semana vai fazer quase 3 semanas sem meter nenhuma porra. Cada vez que bebo água ‘tou no lume, ‘tou no limão.

Respondendo à questão: “consumes álcool?”, o entrevistado afirmou “infelizmente eu não consumo álcool, a minha droga é a cocaína”.

O entrevistado diz que se sente “muito diferente, sinto-me rigoroso” quando mete cocaína. Quando o efeito da droga passa sente-se muito mal, “porque já está no sangue”. “É só cocaína, fora disso não entra mais nada” [no seu organismo], afirma, como resposta à pergunta sobre se, para ele, existe alguma droga que possa substituir a cocaína.

O entrevistado afirma não gostar da vida que tem. “Gostaria de ter uma vida normal.

T19

O entrevistado cresceu com os pais. Atualmente vive com a avó materna. A mãe era negociante (comprava mercadoria na Ponta Negra, vendendo-a posteriormente em Luanda). O pai trabalhava numa empresa privada, tendo estudado até ao ensino médio. Não se percebe se o pai frequentou o 2º ano da faculdade “o 3º mandou lixar”. A mãe concluiu este grau de ensino.

Por seu lado, o entrevistado estudou até à 9ª classe, mas pretende ingressar no ensino médio durante o atual ano letivo.

O entrevistado afirma ter presenciado cenas de delinquência entre os mais velhos do bairro onde morava. “Vi os moradores reagir contra os moradores de outro bairro. Presenciei luta, e houve muitos feridos”. Ou seja, aparentemente, o entrevistado quer dizer que as situações de delinquência a que assistiu decorreram na sua infância.

Refere ainda terem-se registado episódios de violência doméstica entre os pais, que se depois “se entendiam”.

Após a morte da mãe o pai “arranjou uma outra mulher, que eu considerava como a minha madrasta, que me maltratava muito. Ela fazia separação”. Ou seja, o entrevistado parece querer dizer que a madrasta o discriminava em relação aos seus filhos e que influenciava o pai no sentido de este não lhe prestar atenção. “O pai dava em nome de todos, mas a madrasta separava”. Estes maus-tratos ocorreram entre os 12 e os 15 anos. O pai achava esses maus tratos como “uma coisa normal”.

Atualmente, o entrevistado diz apenas ser maltratado pela polícia, “pelo facto de não ter alguém para me defender. Às vezes estou a lavar carros e a polícia vem, leva-me, dá-me castigo, maltrata-me. A tendência é para fugir, para me proteger para não ser maltratado”.

Ao falar sobre a forma como se sente em relação a este aspeto, o entrevistado afirma “o que devo fazer é ajudar aqueles que não têm. Não é porque eu tenho que vou maltratar os que não têm. Isto é muito feio, isso está muito mal”. Aparentemente, o entrevistado está a referir-se às pessoas que têm e que não têm emprego, mas também poderá ser às que têm e não têm dinheiro para viver. Não se compreende bem. “As pessoas que têm são as mesmas que fazem publicidade, metem no nome das outras pessoas mas no fundo, no fundo é tudo para eles (não há dúvida que o entrevistado diz mesmo isto, mas não se percebe o que pretende afirmar com este raciocínio). Os que não têm continuam mesmo a não ter”.

No entanto, o entrevistado afirma que o mesmo se pode verificar com ele. “Um dia pode vir a acontecer na minha pessoa. Posso vir a ter a minha mulher e posso divorciar da minha mulher, vou arranjar outra mulher”. Ou seja, pode divorciar-se da mulher com que estiver casado, colocando a hipótese de “a minha mulher pode fazer o mesmo para eles [maltratar os filhos], vou querer é escutar a minha mulher, porque eu estou a morar com ela em casa e é ela que vai tomar conta desses meus filhos ou dos filhos que vou fazer com ela”. Portanto, o entrevistado dá a entender que poderá agir para com os seus próprios filhos da mesma forma que o seu pai agiu com ele.

Maus-tratos da madrasta: “ela fazia muita separação. Eu é que fazia sempre os trabalhos de casa [deprendemos que esses trabalhos fossem arranjos e talvez o trabalho normal que uma casa envolve diariamente]. “Sempre que eu reclamava de uma coisa, ela achava esquisito, mesmo que eu tivesse razão”. A madrasta batia ao entrevistado. Este parece dizer que, ao informar o pai acerca desses acontecimentos, este se deixava influenciar pela esposa.

“Eu já estava a passar de uma fase de criança para adolescente, quando alguém chega numa fase de adolescente já sabe o bem e o mal. Porque se eu tiver aquela coragem de pegar numa faca e espetar em alguém, vou saber que eu matei aquela pessoa ou a magoei, com 15 anos já é adolescente. Por isso é que eu sabia [distinguir] entre o bem e o mal”. Quando a madrasta o maltratava o entrevistado pensava “muito na mãe”.

Procurava a ajuda do pai, que não lhe “dava ouvidos”, por isso, nos últimos tempos [antes de sair de casa] “fugia de casa, uma ou duas semanas, e dormia por aí. Quando achava que podia ir a casa ia, quando não achava ficava por aí”. Onde vivia, não tinha mais família que o ajudasse, porque “íamos de um sítio para outro. Nós deslocámo-nos de um sítio para outro. Saímos de Cabinda para morar em Luanda”. No entanto, fica a dúvida se essas deslocações eram frequentes, do género nomadismo. O pai é de Luanda.

A forma como o entrevistado entende que pode ser ajudado é “meter-me num centro de formação, aprender pelo menos algum trabalho e depois de ter lucro daquele trabalho vou agradecer àquela pessoa que teve a paciência e a força de me obrigar e de me exigir naquele sentido” [de aprender uma profissão].

À questão “O que poderias ter feito melhor naquele tempo?” o entrevistado responde “Sempre fui um menino obediente, sempre gostei de estudar, gostaria de ter sempre alguém a incentivar-me a estudar, a fazer as tarefas, a ir à explicação, fazer a revisão da matéria da escola. Gostava de ter alguém que me exigisse isto. O meu pai tinha pouco tempo para isso, portanto, assim que a minha mãe foi [morreu], tudo para mim ficou cancelado”. Aparentemente, a mãe era quem incentivava o entrevistado a estudar e lhe dava apoio.

Não tem trabalho certo, faz biscates. “Desenrasco a minha vida normalmente, mas gostaria de ter outra ocupação se alguém aparecer e me apoiar”. “Consoante aquele trabalho é que vou organizar os meus sonhos”.

Afirma nunca ter sido vítima de crime ou delinquência no bairro em que vive, dizendo logo em seguida que “lá, eu comporto-me muito bem, por que se me dedicar à delinquência aí quem vai sofrer sou eu. Por que do outro lado, a minha avó é mais velha, coitada, fica à rasca para nos dar de comer. Essa é a razão [a avó, aparentemente] para eu não me dedicar muito à delinquência”.

Afirma que, “infelizmente, nunca pratiquei um ato de delinquência, nem sonho um dia praticar”. No entanto, à pergunta “já alguma vez estiveste preso”, responde “pelo mal governamental. Tentei aproveitar-me dos bens alheios. Tentei furtar mas deu errado. Os donos das coisas apanharam-me e meteram-me na cadeia. Fui para a investigação criminal 6 meses. Ao 7º dia fui para a cadeia geral (IAB?) e fiquei lá quase seis meses”. O entrevistado afirma que a prisão foi uma má experiência.

Sobre a possibilidade de se encontrar com as suas vítimas, o entrevistado diz que “não tem mais como reagir, porque quem perdeu a razão fui eu, que tentei aproveitar-me das coisas deles. De acordo com o código penal de Angola, é crime aproveitarmo-nos dos bens alheios”.

Tinha amigos que fumavam droga [liamba] e tabaco, “mas depois afastei-me daqueles camaradas, para também não o fazer. O meu maior vício é beber. Só beber. Gosto muito de beber. Gosto muito de beber cerveja”.

“Infelizmente não consumo droga. Nem liamba, nem lipanga, nem cocaína, nem cigarros”, responde o entrevistado à pergunta “consomes drogas?” Quando o entrevistado diz “infelizmente (como já aconteceu algumas linhas acima) não se entende se o diz com a perfeita noção do sentido da sua frase ou se usa o termo “infelizmente” sem conhecimento exato do significado da palavra.

À pergunta “como fincias o vício do álcool?” o entrevistado não percebeu a pergunta ou contornou-a, tendo respondido “com tempo. Quando achar que dá para deixar vou dar um tempo, vou deixar de beber para tentar organizar a minha vida”.

Não se percebe a ideia da resposta à pergunta “o que é que sentes quando consomes álcool?”, apenas se entendem algumas palavras soltas. Querirá o entrevistado dizer que fica alterado e conflituoso? Aparentemente sim.

O entrevistado nunca fumou drogas nem tabaco. Quando o efeito da cerveja passa sente-se “fraco, com dores no corpo. O pior é quando eu bebo mesmo muito, a tendência é para vomitar, tirar coisas de dentro para fora”.

Sobre a questão se há alguma alternativa à cerveja o entrevistado responde que para “de consumir cerveja quando conseguir lugar no ensino médio e ter um emprego, fora disso não paro de beber cerveja ou álcool”.

Afirma gostar da vida que tem, “porque Deus está a permitir neste preciso momento. Eu como e outros comem e muito mais”.

Para aconselhar os jovens a não caírem na delinquência, o entrevistado diz “que isso não é vida, a vida de um ser humano é estar tranquilo e trabalhar o que é seu, lutar com o seu sacrifício”. O entrevistado quer dizer que a sociedade deve ter um bom comportamento para que sirva de exemplo aos jovens...

O entrevistado aconselha os jovens delinquentes a “deixarem de consumir drogas [repete a frase e dá-lhe ênfase], procurem outra forma de sobreviver. Alguns acham que a droga é um produto que

os faz acreditar que o mundo é mesmo assim e que vai continuar assim. As coisas não funcionam da forma como pensam, funcionam de outra maneira”.

Anexo 7 – Lei sobre o Julgado de Menores



Sexta-feira, 19 de Abril de 1996

1 Série — N.º 16

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — KzR 12 000.00

Venda e correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U. E. E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Telec. «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço da folha limpa publica de nos Estados da República 1.º 2.º 3.º 4.º de KzR 35 000 00, 3.º 4.º de KzR 30 000 00, 4.º de KzR 25 000 00, 5.º de KzR 20 000 00, 6.º de KzR 15 000 00, 7.º de KzR 10 000 00, 8.º de KzR 5 000 00, 9.º de KzR 2 500 00, 10.º de KzR 1 250 00, 11.º de KzR 625 00, 12.º de KzR 312 50, 13.º de KzR 156 25, 14.º de KzR 78 12, 15.º de KzR 39 06, 16.º de KzR 19 53, 17.º de KzR 9 76, 18.º de KzR 4 88, 19.º de KzR 2 44, 20.º de KzR 1 22, 21.º de KzR 61, 22.º de KzR 30, 23.º de KzR 15, 24.º de KzR 7, 25.º de KzR 3, 26.º de KzR 1, 27.º de KzR 0,50, 28.º de KzR 0,25, 29.º de KzR 0,12, 30.º de KzR 0,06, 31.º de KzR 0,03, 32.º de KzR 0,01, 33.º de KzR 0,005, 34.º de KzR 0,002, 35.º de KzR 0,001, 36.º de KzR 0,0005, 37.º de KzR 0,0002, 38.º de KzR 0,0001, 39.º de KzR 0,00005, 40.º de KzR 0,00002, 41.º de KzR 0,00001, 42.º de KzR 0,000005, 43.º de KzR 0,000002, 44.º de KzR 0,000001, 45.º de KzR 0,0000005, 46.º de KzR 0,0000002, 47.º de KzR 0,0000001, 48.º de KzR 0,00000005, 49.º de KzR 0,00000002, 50.º de KzR 0,00000001, 51.º de KzR 0,000000005, 52.º de KzR 0,000000002, 53.º de KzR 0,000000001, 54.º de KzR 0,0000000005, 55.º de KzR 0,0000000002, 56.º de KzR 0,0000000001, 57.º de KzR 0,00000000005, 58.º de KzR 0,00000000002, 59.º de KzR 0,00000000001, 60.º de KzR 0,000000000005, 61.º de KzR 0,000000000002, 62.º de KzR 0,000000000001, 63.º de KzR 0,0000000000005, 64.º de KzR 0,0000000000002, 65.º de KzR 0,0000000000001, 66.º de KzR 0,00000000000005, 67.º de KzR 0,00000000000002, 68.º de KzR 0,00000000000001, 69.º de KzR 0,000000000000005, 70.º de KzR 0,000000000000002, 71.º de KzR 0,000000000000001, 72.º de KzR 0,0000000000000005, 73.º de KzR 0,0000000000000002, 74.º de KzR 0,0000000000000001, 75.º de KzR 0,00000000000000005, 76.º de KzR 0,00000000000000002, 77.º de KzR 0,00000000000000001, 78.º de KzR 0,000000000000000005, 79.º de KzR 0,000000000000000002, 80.º de KzR 0,000000000000000001, 81.º de KzR 0,0000000000000000005, 82.º de KzR 0,0000000000000000002, 83.º de KzR 0,0000000000000000001, 84.º de KzR 0,00000000000000000005, 85.º de KzR 0,00000000000000000002, 86.º de KzR 0,00000000000000000001, 87.º de KzR 0,000000000000000000005, 88.º de KzR 0,000000000000000000002, 89.º de KzR 0,000000000000000000001, 90.º de KzR 0,0000000000000000000005, 91.º de KzR 0,0000000000000000000002, 92.º de KzR 0,0000000000000000000001, 93.º de KzR 0,00000000000000000000005, 94.º de KzR 0,00000000000000000000002, 95.º de KzR 0,00000000000000000000001, 96.º de KzR 0,000000000000000000000005, 97.º de KzR 0,000000000000000000000002, 98.º de KzR 0,000000000000000000000001, 99.º de KzR 0,0000000000000000000000005, 100.º de KzR 0,0000000000000000000000002, 101.º de KzR 0,0000000000000000000000001, 102.º de KzR 0,00000000000000000000000005, 103.º de KzR 0,00000000000000000000000002, 104.º de KzR 0,00000000000000000000000001, 105.º de KzR 0,000000000000000000000000005, 106.º de KzR 0,000000000000000000000000002, 107.º de KzR 0,000000000000000000000000001, 108.º de KzR 0,0000000000000000000000000005, 109.º de KzR 0,0000000000000000000000000002, 110.º de KzR 0,0000000000000000000000000001, 111.º de KzR 0,00000000000000000000000000005, 112.º de KzR 0,00000000000000000000000000002, 113.º de KzR 0,00000000000000000000000000001, 114.º de KzR 0,000000000000000000000000000005, 115.º de KzR 0,000000000000000000000000000002, 116.º de KzR 0,000000000000000000000000000001, 117.º de KzR 0,0000000000000000000000000000005, 118.º de KzR 0,0000000000000000000000000000002, 119.º de KzR 0,0000000000000000000000000000001, 120.º de KzR 0,00000000000000000000000000000005, 121.º de KzR 0,00000000000000000000000000000002, 122.º de KzR 0,00000000000000000000000000000001, 123.º de KzR 0,000000000000000000000000000000005, 124.º de KzR 0,000000000000000000000000000000002, 125.º de KzR 0,000000000000000000000000000000001, 126.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000005, 127.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000002, 128.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000001, 129.º de KzR 0,00000000000000000000000000000000005, 130.º de KzR 0,00000000000000000000000000000000002, 131.º de KzR 0,00000000000000000000000000000000001, 132.º de KzR 0,000000000000000000000000000000000005, 133.º de KzR 0,000000000000000000000000000000000002, 134.º de KzR 0,000000000000000000000000000000000001, 135.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000000005, 136.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000000002, 137.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000000001, 138.º de KzR 0,00000000000000000000000000000000000005, 139.º de KzR 0,00000000000000000000000000000000000002, 140.º de KzR 0,00000000000000000000000000000000000001, 141.º de KzR 0,000000000000000000000000000000000000005, 142.º de KzR 0,000000000000000000000000000000000000002, 143.º de KzR 0,000000000000000000000000000000000000001, 144.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000000000005, 145.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000000000002, 146.º de KzR 0,0000000000000000000000000000000000000001, 147.º de KzR 0,005, 148.º de KzR 0,002, 149.º de KzR 0,001, 150.º de KzR 0,0005, 151.º de KzR 0,0002, 152.º de KzR 0,0001, 153.º de KzR 0,005, 154.º de KzR 0,002, 155.º de KzR 0,001, 156.º de KzR 0,0005, 157.º de KzR 0,0002, 158.º de KzR 0,0001, 159.º de KzR 0,005, 160.º de KzR 0,002, 161.º de KzR 0,001, 162.º de KzR 0,0005, 163.º de KzR 0,0002, 164.º de KzR 0,0001, 165.º de KzR 0,005, 166.º de KzR 0,002, 167.º de KzR 0,001, 168.º de KzR 0,0005, 169.º de KzR 0,0002, 170.º de KzR 0,0001, 171.º de KzR 0,005, 172.º de KzR 0,002, 173.º de KzR 0,001, 174.º de KzR 0,0005, 175.º de KzR 0,0002, 176.º de KzR 0,0001, 177.º de KzR 0,005, 178.º de KzR 0,002, 179.º de KzR 0,001, 180.º de KzR 0,0005, 181.º de KzR 0,0002, 182.º de KzR 0,0001, 183.º de KzR 0,005, 184.º de KzR 0,002, 185.º de KzR 0,001, 186.º de KzR 0,0005, 187.º de KzR 0,0002, 188.º de KzR 0,0001, 189.º de KzR 0,005, 190.º de KzR 0,002, 191.º de KzR 0,001, 192.º de KzR 0,0005, 193.º de KzR 0,0002, 194.º de KzR 0,0001, 195.º de KzR 0,005, 196.º de KzR 0,002, 197.º de KzR 0,001, 198.º de KzR 0,0005, 199.º de KzR 0,0002, 200.º de KzR 0,0001, 201.º de KzR 0,005, 202.º de KzR 0,002, 203.º de KzR 0,001, 204.º de KzR 0,0005, 205.º de KzR 0,0002, 206.º de KzR 0,0001, 207.º de KzR 0,005, 208.º de KzR 0,002, 209.º de KzR 0,001, 210.º de KzR 0,0005, 211.º de KzR 0,0002, 212.º de KzR 0,0001, 213.º de KzR 0,005, 214.º de KzR 0,002, 215.º de KzR 0,001, 216.º de KzR 0,0005, 217.º de KzR 0,0002, 218.º de KzR 0,0001, 219.º de KzR 0,005, 220.º de KzR 0,002, 221.º de KzR 0,001, 222.º de KzR 0,0005, 223.º de KzR 0,0002, 224.º de KzR 0,0001, 225.º de KzR 0,005, 226.º de KzR 0,002, 227.º de KzR 0,001, 228.º de KzR 0,0005, 229.º de KzR 0,0002, 230.º de KzR 0,0001, 231.º de KzR 0,005, 232.º de KzR 0,002, 233.º de KzR 0,001, 234.º de KzR 0,0005, 235.º de KzR 0,0002, 236.º de KzR 0,0001, 237.º de KzR 0,005, 238.º de KzR 0,002, 239.º de KzR 0,001, 240.º de KzR 0,0005, 241.º de KzR 0,0002, 242.º de KzR 0,0001, 243.º de KzR 0,005, 244.º de KzR 0,002, 245.º de KzR 0,001, 246.º de KzR 0,0005, 247.º de KzR 0,0002, 248.º de KzR 0,0001, 249.º de KzR 0,005, 250.º de KzR 0,002, 251.º de KzR 0,001, 252.º de KzR 0,0005, 253.º de KzR 0,0002, 254.º de KzR 0,00
--	-------------	--	---

O preço de cada linha publicitada nos Órgãos da República 1.ª e 2.ª séries de KzR 35 000.00, e para a 3.ª série KzR 20 000.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação de 3.ª série, de depósitos prévios a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U. E. E.

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 49/96

Estabelece os artigos 17.º e 28.º do Código do Imposto Predial Urbano

Lei n.º 50/96

De nova redacção ao artigo 32.º do Código de Imposto Industrial, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 15/77, de 29 de Abril

Lei n.º 89/96

Sobre a suspensão de efeitos do acto administrativo

Lei n.º 95/96

Sobre o Julgado de Menores — Revoga o Capítulo III da Lei n.º 790, de 27 de Agosto, Lei sobre a adopção e colocação da criança e de outra legislação que contraria o disposto na presente lei

Ministérios da Economia e Finanças e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

Decreto executivo conjunto n.º 16/96

Actualiza as prazos de validade e solvabilidade — Revoga tudo o que dispuser em contrário as presentes diplomas

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 6/96
de 19 de Abril

Haveria necessidade de ajustar algumas disposições constantes do Código do Imposto Predial Urbano, no âmbito da reestruturação em curso do sistema fiscal

A situação vigente no domínio fiscal torna imperioso confirmar os valores matriciais fixados com o momento actual

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte lei.

Artigo 1.º — O artigo 17.º do Código do Imposto Predial Urbano passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 17.º — 1. Quando um prédio, ou parte dele, for arrendado por quantia inferior a última renda anual convencional, ou de valor locativo, se não se encontrava anteriormente em regime de arrendamento, ter-se-á como não arrendado para efeitos de determinação da taxa colectável.

2. Considera-se igualmente como não arrendado, todo o prédio cujo titular do direito ao rendimento não tenha apresentado a declaração modelo 1 a que se refere o artigo 19.º do Código e que apresente rendimento colectável inferior ao valor locativo de prédio não arrendado, calculado nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Código.

3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não se aplica se tiver ocorrido uma baixa geral do nível de rendas ou se o prédio, dado de arrendamento com mobiliário, passar a ser sem mobiliário.

4. Se a renda anterior se encontrava desactualizada, a nova renda deve comparar-se com a do prédio, ou parte do prédio, dado de arrendamento, em regime de liberdade contratual e que melhor sirva de padrão.

5. O efeito de repartição fiscal, decidirá cada caso com audiência prévia do contribuinte, ficando a decisão sujeita a confirmação do Director Nacional de Impostos que poderá ordenar as diligências que entender necessárias

Art. 2.º — O artigo 28.º do Código do Imposto Predial Urbano deve ter a seguinte redacção:

Artigo 28.º — 1. O rendimento colectável dos prédios urbanos não arrendados, obtém-se deducto do valor locativo e encargos mencionados no artigo 16.º do Código

2. O valor locativo corresponde à justa renda pelo período de um ano em regime de liberdade contratual

2. A suspensão requerida só pode ser concedida quando

- a) existir efectiva probabilidade de a execução do acto causar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ao interessado;
- b) não resultar da suspensão grave lesão de interesse público.

ARTIGO 3.º

(Suspensão da execução da decisão judicial)

1. Quando a imediata execução de uma decisão judicial transitada em julgado, proferida em matéria de contencioso administrativo, for susceptível de causar prejuízo grave para o Estado, pode o órgão da administração ou a pessoa colectiva de direito público a quem caiba executá-la requerer ao tribunal a suspensão da sua execução, por um período máximo de seis meses.

2. Na disposição do número anterior não se incluem as decisões judiciais que conduzem ao pagamento de uma quantia em dinheiro.

ARTIGO 3.º

(Execução da decisão judicial)

1. A inexecução da decisão judicial transitada em julgado, proferida em matéria de contencioso administrativo, pode ser pedida ao tribunal que a proferiu, sempre que se verificar qualquer um dos seguintes fundamentos:

- a) ser impossível a execução;
- b) existir grave prejuízo para o interesse público;
- c) existirem circunstâncias de ordem, segurança e tranquilidade pública que obstem à execução.

2. Aplica-se ao pedido de inexecução o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

ARTIGO 4.º

(Indemnização em caso de inexecução)

1. Quando, tratando-se de decisão judicial que não conduza ao pagamento de uma quantia em dinheiro, o órgão do Estado ou a pessoa colectiva de direito público, para cuja rectificação pelo tribunal, não executar a decisão judicial, o Estado constitui-se na obrigação de indemnizar o interessado pelos prejuízos que a inexecução lhes causar.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável nos casos em que o tribunal declarar a inexecução requerida nos termos do n.º 1 do artigo 3.º.

3. O pedido de indemnização contra o Estado deve ser formulado, sob pena de caducidade no prazo de dois anos a contar da notificação do tribunal a ordenar a execução da decisão judicial, transitada em julgado.

ARTIGO 5.º

(Liquidação da indemnização)

Na liquidação da indemnização devem ser considerados, além dos prejuízos resultantes da inexecução da decisão judicial, os juros devidos a as custas e encargos judiciais.

ARTIGO 6.º

(Órbitas e entidades)

As dívidas e obrigações resultantes da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 7.º

(Regulamentação)

A presente lei deve ser regulamentada pelo Governo no prazo de 90 dias após a sua publicação.

ARTIGO 8.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional.

Publique-se.

Lisboa, aos 6 de Dezembro de 1995.

O Presidente da Assembleia Nacional em exercício, *Lúcia do Manuel Dias*.

O Presidente da República, *JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS*.

Lei n.º 9/96

de 19 de Abril

Esta lei vem criar o órgão jurisdicional ao qual é atribuída competência para decidir as questões relativas a menores.

No âmbito da sua jurisdição estarão as crianças e os adolescentes que estejam em situação de perigo social ou de pré-delinquência e que em razão da sua immaturidade estejam fora da competência dos outros tribunais.

Prevê-se a aplicação de medidas tutelares que visarão a protecção, assistência e educação do menor; a sua situação de perigo clama por uma intervenção coordenada, do órgão judicial composto por um juiz e coadjuvado por dois peritos assessores.

Sancionam-se diversas condutas por parte dos representantes dos menores ou de órgãos de comunicação social, de pessoas singulares ou jurídicas, que leze o princípio consagrado na Lei Constitucional de que a sociedade deve protecção social ao menor.

Estabelece-se a coordenação necessária entre o Julgado de Menores e os órgãos de assistência social que em complementaridade terão de decidir, preparar e executar as medidas tutelares que as circunstâncias impuserem.

Reconhece-se o menor como sujeito de direito a quem se aplicam os princípios que norteiam a administração da justiça dando-lhes as necessárias garantias judiciais.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 88.º da Lei Constitucional a Assembleia Nacional aprova a seguinte

LEI SOBRE O JULGADO DE MENORES

CAPÍTULO I

Criação e fim

ARTIGO 1.º

(Criação)

É criada pelo presente diploma, a Sala do Julgado de Menores, órgão jurisdicional de competência especializada, integrado no Tribunal Provincial da Província onde se encontra, adiante designada «Julgado de Menores».

ARTIGO 2.^o
(Esm)

O Juizado de Menores tem por fim assegurar aos menores sujeitos à sua jurisdição a protecção judicial, a defesa dos seus direitos e interesses e a protecção legal que lhe é concedida pela Lei Constitucional, mediante a aplicação de medidas tutelares de vigilância, assistência e educação.

ARTIGO 3.^o
(Âmbito da jurisdição)

Relembra-se a Jurisdição do Juizado de Menores

- a) os menores que se encontrem em qualquer das situações descritas na presente lei,
- b) os pais, tutores ou quem tenha o menor a seu cargo, nos casos previstos na presente lei,
- c) todo aquele que pratique acto que constitua violação dos deveres de protecção social do menor

CAPÍTULO II

(Composição e órgãos que o integram)

ARTIGO 4.^o
(Composição)

1. O Juizado de Menores é o órgão colegial, composto por um Juiz especializado conjuvado por dois peritos assessores que podem ser funcionários da Administração do Estado ou representantes da sociedade civil.

2. A decisão é proferida pelo Juiz depois de ouvido o parecer dos Peritos Assessores.

ARTIGO 5.^o
(Peritos assessores)

1. Os Peritos Assessores são nomeados pelo Ministro da Justiça, pelo período de 3 anos e serão escolhidos preferencialmente entre funcionários dos serviços de assistência social, educação, saúde ou pessoas da sociedade civil de reconhecida idoneidade.

2. Os Peritos Assessores são nomeados entre quem preencha os seguintes requisitos:

- a) ter reconhecida idoneidade moral e cívica,
- b) ter idade superior a 24 anos;
- c) residir na área onde o Juizado de Menores vai exercer as suas funções,
- d) possuir como habilitações literárias mínimas a 12.^a classe ou equivalentes,
- e) ter comprovada experiência com matérias que se relacionem com o menor.

3. Os Peritos Assessores estão sujeitos às mesmas incompatibilidades, impedimentos e surseições a que estão sujeitos os juizes.

ARTIGO 6.^o
(Atuação do Juiz)

Incumbe ao Juiz do Juizado de Menores preparar e decidir em primeira instância os processos sujeitos à sua jurisdição,

bem como os respectivos incidentes e exercer as demais atribuições consignadas na lei.

ARTIGO 7.^o
(Procurador de menores)

1. Os Magistrados do Ministério Público que exerçam funções no Juizado de Menores são designados Procuradores de Menores.

2. Compete ao Procurador de Menores representar judicialmente o menor assim como defender os seus direitos e zelar pelos seus interesses, podendo exigir aos pais, tutores ou pessoas encarregadas da sua guarda os esclarecimentos necessários.

ARTIGO 8.^o
(Serviços sociais)

1. O Juizado de Menores integra na sua estrutura serviços sociais para o exercício da sua jurisdição.

2. Nas províncias em que não for possível a constituição dos serviços sociais, pode o Juizado de Menores requisitar a outros órgãos da Administração do Estado funcionários habilitados para o exercício das respectivas atribuições.

3. Cabe na geral aos serviços sociais proceder à averiguação dos factos necessários à decisão e o acompanhamento e cumprimento das decisões proferidas.

ARTIGO 9.^o
(Legislação)

Têm legislação para o procedimento judicial:

- a) o Procurador de Menores,
- b) as autoridades policiais tradicionais,
- c) os pais, tutores ou quem tenha o menor a seu cargo,
- d) quem no exercício das suas funções tenha conhecimento do facto sujeito à competência do Juizado de Menores,
- e) os representantes de pessoas jurídicas cujo objecto seja a protecção do menor, que no exercício da sua actividade tenham conhecimento do facto da competência do Juizado de Menores.

CAPÍTULO III

Das medidas tutelares e de protecção social

ARTIGO 10.^o
(Natureza das medidas)

1. Podem ser aplicadas singular ou cumulativamente, aos menores sujeitos a jurisdição do Juizado de Menores, as medidas tutelares de protecção, assistência ou educação previstas nesta lei.

2. O Juizado de Menores deve, de acordo com as circunstâncias de cada caso, aplicar as medidas adequadas à protecção do menor.

ARTIGO 11.^o
(Revisão de decisões)

As decisões relativas ao arquivamento dos autos, a suspensão da medida ou do processo e a aplicação, alteração ou cessação de medidas tutelares podem ser a todo o tempo

revistas, com vista à mais fácil reintegração social do menor ou em virtude de se não ter conseguido a execução prática da medida decretada.

ARTIGO 12.º
(Espécies das medidas)

Compete ao Juiz de Menores:

- a) aplicar medidas de protecção social aos menores de qualquer idade;
- b) aplicar medidas de prevenção criminal aos menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos de idade, excluído.

ARTIGO 13.º
(Medidas provisórias)

1. Quando a urgência da situação assim o exigir ou se tornar imprescindível, ao Juiz de Menores, a recolha de informações, este pode decretar medidas de natureza provisória.

2. As medidas de natureza provisória não podem ser aplicadas por período superior a três meses e só por razões ponderosas podem ser prorrogadas por igual período de tempo.

ARTIGO 14.º
(Aplicabilidade das medidas de protecção social)

As medidas de protecção social são decretadas, quando esteja em perigo o bem estar físico ou moral do menor, designadamente, quando ocorra qualquer das seguintes situações:

- a) sejam vítimas de maus tratos físicos, morais ou de negligência por parte de quem os tenha à sua guarda;
- b) se encontrem em situação de abandono ou desamparo;
- c) se mostrem gravemente maladaptados à disciplina da família e da comunidade;
- d) sejam utilizados como mão de obra e estejam sujeitos a esforços físicos susceptíveis de causar lesões graves;
- e) se dediquem à mendicância, vadiagem, prostituição e libertinagem, ou fiquem ao uso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes.

ARTIGO 15.º
(Enunciação das medidas de protecção social)

As medidas de protecção social são, entre outras, as seguintes:

- a) permanência em casa dos pais ou tutores ou outros responsáveis mediante acompanhamento do Juiz de Menores;
- b) imposição de regras de conduta;
- c) colocação em família substituta;
- d) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino;
- e) inscrição em curso de formação profissional;
- f) requisição de assistência médica, de testes psicológicos ou outras;

- g) acolhimento em estabelecimento de assistência ou educativo;
- h) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.

ARTIGO 16.º
(Aplicabilidade das medidas de prevenção criminal)

As medidas de prevenção criminal são aplicáveis aos menores que possuam factos tipificados na lei como delitos.

ARTIGO 17.º
(Enunciação das medidas de prevenção criminal)

2. As medidas de prevenção criminal são as seguintes:

- a) repressão;
- b) imposição de regras de conduta;
- c) condenação do menor ou do seu representante legal, em multas, indemnizações ou restituições;
- d) prestação de serviços à comunidade;
- e) liberdade assistida;
- f) acolhimento em estabelecimento de assistência ou educativo;
- g) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.

CAPÍTULO IV
Protecção social do menor

ARTIGO 18.º
(Violação do direito de protecção social do menor)

Constitui violação do dever de protecção social do menor a prática de qualquer dos seguintes actos:

- a) o não cumprimento, por parte dos pais, tutores ou pessoa que tenha o menor à seu cargo, das medidas de protecção social ou de prevenção criminal, impostas ao menor;
- b) a ordem de saída do menor da residência familiar, não autorizada pelo Juiz de Menores, por parte dos pais, tutores ou qualquer pessoa que tenha o menor à seu cargo;
- c) a identificação pelos meios de comunicação social, de pessoa do menor a quem seja atribuída a prática do facto tipificado na lei penal como crime, ou que seja ofendido com crime de natureza sexual;
- d) a utilização pelos meios de comunicação social da pessoa do menor para narração do facto susceptível de denunciar o acto, frustração ou frustração de natureza pessoal ou familiar;
- e) a permissão de entrada de menores em casas de diversão, de espectáculos, ou de jogos impróprios para menores e a falta de afiliação no exterior do edifício da natureza dos mesmos e das faixas etárias a que se destinam;
- f) venda, entrega ou exposição à menores de revistas e cassetes ou qualquer outro material gráfico, visual ou auditivo, com carácter pornográfico ou que incentive o uso ilícito de estupefacientes ou de armas de guerra;

- g) exibição pelas cadeias de rádio e televisão, dentro das horas consideradas próprias para o público infantil juvenil, de programas de violência física ou moral ou de sexo;
- h) permanência de menor com idade inferior a 16 anos em casas de diversão para além das 0 horas;

2. A violação do disposto no número anterior faz incorrer o seu autor em contração cujo conhecimento é da competência do Juízo de Menores.

ARTIGO 19.º
(*Medidas aplicáveis*)

1. Os factos previstos no artigo anterior estão sujeitos às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa a fixar entre o limite do salário mínimo e máximo anual, da função pública;
- c) proibição do exercício da actividade por 10 dias, ou multa correspondente;
- d) indemnização a favor do menor por danos morais;
- e) proibição do exercício da actividade até dois anos.

2. Quando o facto praticado pelos pais tutores ou pessoa que lega o menor a seu cargo revelar necessidade de se alterar o exercício da autoridade paternal será dado cumprimento ao previsto no artigo 23.º da presente lei.

CAPÍTULO V
Recursos

ARTIGO 20.º
(*Tribunais de recursos*)

Das decisões do Juízo de Menores cabe recurso:

- a) para a Câmara do Civil e do Administrativo do Tribunal Supremo, das que apliquem medidas de protecção social ao menor;
- b) para a Câmara dos Crimes Criminais do Tribunal Supremo, das que apliquem medidas de prevenção criminal ao menor;
- c) para a Câmara do Civil e Administrativo do Tribunal Supremo das que apliquem medidas por contração por violação do dever de protecção social ao menor.

CAPÍTULO VI
Participações

ARTIGO 21.º
(*Participação criminal*)

Quando se agite a prática de facto que constitua infracção penal cometida contra menor, o Juízo de Menores deve dar conhecimento ao representante do Ministério Público junto do Tribunal competente para procedimento.

ARTIGO 22.º
(*Participação à sala de família*)

Quando o Juízo de Menores aplicar medida que envolva alteração ou limitação do exercício da autoridade paternal, deve

dar conhecimento do facto ao Ministério Público junto da sala de família para procedimento.

ARTIGO 23.º
(*Condição ao Juízo de menores*)

A condição pela sala dos crimes comuns de menores de 18 anos deve ser obrigatoriamente comunicada ao Juízo de Menores competente.

CAPÍTULO VII
Defesa do menor

ARTIGO 24.º
(*Condição de advogado*)

1. Os pais, tutores, qualquer pessoa que tenha menores a seu cargo e o menor com idade superior a 15 anos de idade podem constituir advogado para intervir no processo.

2. Os interessados que não disponham de recursos económicos, podem requerer ao Juízo de Menores que lhe seja atribuído o benefício da assistência judiciária.

ARTIGO 25.º
(*Confidencialidade*)

1. Os processos da competência do Juízo de Menores são de natureza confidencial e não podem ser usados em desfavor da pessoa do menor.

2. A sua consulta por terceiros pode ser autorizada pelo juiz quando o fim, de natureza científica, estatística ou outro, o justifique.

3. A violação da confidencialidade dos processos e a utilização das certidões para fins diversos dos constantes do número anterior, constituem crime de desobediência.

CAPÍTULO VIII
Da comissão tutelar de menores

ARTIGO 26.º
(*Funções e constituição*)

1. A Comissão Tutelar de Menores é um órgão permanente e autónomo, não jurisdicional, a quem cabe, em estreita colaboração com o Juízo de Menores, encaminhar os menores sujeitos à sua jurisdição e cooperar na execução das suas decisões.

2. Em cada Província é instituída uma Comissão Tutelar de Menores integrada por cinco membros, dos quais três são designados pelo Ministério da Assistência e Reintegração Social e os outros designados pelo Instituto Nacional da Criança.

ARTIGO 27.º
(*Atribuições da comissão tutelar*)

1. São atribuições da Comissão Tutelar de Menores:

- a) encaminhamento do menor ao Juízo de Menores prestado toda a informação pertinente;
- b) acompanhamento do menor sujeito a medidas preventivas;
- c) acompanhamento e execução das medidas decretadas pelo Juízo de Menores para a sua efectivação.

2 No exercício das suas funções a Comissão Tutelar de Menores pode:

- a) fazer declaração para registo de nascimento quando ele for omitido;
- b) prestar apoio aos representantes do menor, na obtenção do registo de nascimento;
- c) solicitar às Conservatórias do Registo Civil, certidões de registo necessárias ao desempenho das suas funções;

3 Quando o Juízo de Menores aplicar a medida de semi-internamento ou internamento em estabelecimento de assistência ou educativo, cabe à Comissão Tutelar de Menores executá-la, depois de transitada em julgado.

4 Tratando-se da aplicação de qualquer outra medida, o Juízo de Menores decide sobre a intervenção ou não da Comissão Tutelar de Menores.

CAPÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 26.º (Revogação de legislação)

É revogado o Capítulo III da Lei n.º 7/80, de 27 de Agosto e demais legislação que contrarie o disposto na presente lei.

ARTIGO 29.º (Regulamentação)

A presente lei deve ser regulamentada pelo Governo no prazo de 90 dias após a sua publicação.

ARTIGO 30.º (Dívidas e comissões)

As dívidas e comissões suscitadas na interpretação e aplicação da presente lei, são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 31.º (Instituído em vigor)

A presente lei entra em vigor à data da sua publicação.

ARTIGO 32.º (Disposição transitória)

Enquanto não estiverem reunidas as condições de funcionamento do Juízo de Menores, a competência que lhe é atribuída na presente lei é exercida pelo Juiz Presidente do Tribunal Provincial ou por quem este designar.

Visto e aprovada pela Assembleia Nacional.

Publica-se.

Luanda, aos 30 de Novembro de 1995.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando José de Franco Dias Van-Dúren*.

O Presidente da República, *JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto executivo conjunto n.º 16/96 de 19 de Abril

O Programa do Governo propõe-se assegurar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população beneficiária dos regimes de segurança social, designadamente através da valorização dos salários e das prestações pecuniárias.

Assim, através do presente diploma se procede à actualização das prestações, de modo a garantir, a melhoria do poder de compra.

Nos termos das disposições combinadas da alínea c) do artigo 112.º e da n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determina-se:

ARTIGO 1.º (Actualização das pensões)

As pensões de velhice, invalidez e sobrevivência são actualizadas nas condições previstas no presente diploma.

ARTIGO 2.º (Pensão mínima)

A pensão mínima é fixada em KzR 492 000 00, devendo todas as pensões inferiores ser acrescidas dos montantes suficientes para perfazer aquele valor.

ARTIGO 3.º (Aumento das Pensões)

As actuais pensões pagas pelo regime geral de Segurança Social, da Fregião Pública e dos Antigos Combatentes, são aumentadas nos seguintes termos:

- a) as pensões situadas entre KzR 12 000 00 até 20 000 00 são aumentadas em 4 000%;
- b) as pensões situadas entre KzR 21 000 00 até 30 000 00 são aumentadas em 3 900%;
- c) as pensões situadas entre KzR 31 000 00 até 40 000 00 são aumentadas em 3 800%;
- d) as pensões situadas entre KzR 41 000 00 até 50 000 00 são aumentadas em 3 720%;
- e) as pensões situadas entre KzR 51 000 00 até 60 000 00 são aumentadas em 3 650%;
- f) as pensões situadas entre KzR 61 000 00 até 70 000 00 são aumentadas em 3 600%;
- g) as pensões situadas entre KzR 71 000 00 até 80 000 00 são aumentadas em 3 545%;
- h) as pensões situadas entre KzR 81 000 00 até 90 000 00 são aumentadas em 3 505%;
- i) as pensões situadas entre KzR 91 000 00 até 100 000 00 são aumentadas em 3 470%;
- j) as pensões situadas entre KzR 101 000 00 até 120 000 00 são aumentadas em 3 440%;